



EXERCÍCIO 1994

*Electricidade de Portugal, S.A.*

GRUPO **EDP**

RELATÓRIOS DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

**1994**

<b>REESTRUTURAÇÃO DA EDP</b>	3
Resposta aos novos desafios do sector eléctrico nacional	3
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	6
<b>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES</b>	8
<b>SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA</b>	
Enquadramento macroeconómico	
A electricidade no contexto energético global	12
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO DA EDP, S. A.</b>	15
Macroestratégia	16
Gestão financeira	18
Inovação tecnológica	20
Processos de desenvolvimento de sistemas de informação comunitária	21
Gestão dos passivos do holding	22
Política de qualidade e questões ambientais	23
Resultados do exercício de 1994	24
Projeções para 1995	27
Relatório de actividades realizadas	29
<b>RELAÇÃO DE CONTAS DA EDP, S. A.</b>	
Relatório do Conselho de Administração de 1994	24
Relatório do Conselho de Administração de resultados em 94-12-31	24
<b>DOCUMENTOS DE APOIO ÀS CONCLUSÕES</b>	
Relatório do Conselho de Administração	40
Relatório do Conselho de Administração	46
Relatório do Conselho de Administração do Grupo Electrónico EDP, S. A.	48
Relatório do Conselho de Administração	49
Relatório do Conselho de Administração da Geral de Electricidade	51
<b>ANEXO DE GESTÃO</b>	52
Relatório do Conselho de Administração	53
Relatório do Conselho de Administração	62
Relatório do Conselho de Administração	67
Relatório do Conselho de Administração	68
Relatório do Conselho de Administração	69
Relatório do Conselho de Administração	70
Relatório do Conselho de Administração	71
Relatório do Conselho de Administração	72
Relatório do Conselho de Administração	73
Relatório do Conselho de Administração	74
Relatório do Conselho de Administração	75
Relatório do Conselho de Administração	76
Relatório do Conselho de Administração	77
Relatório do Conselho de Administração	78
Relatório do Conselho de Administração	79
Relatório do Conselho de Administração	80
Relatório do Conselho de Administração	81
Relatório do Conselho de Administração	82
Relatório do Conselho de Administração	83
Relatório do Conselho de Administração	84
Relatório do Conselho de Administração	85
Relatório do Conselho de Administração	86
Relatório do Conselho de Administração	87
Relatório do Conselho de Administração	88
Relatório do Conselho de Administração	89
Relatório do Conselho de Administração	90
Relatório do Conselho de Administração	91
Relatório do Conselho de Administração	92
Relatório do Conselho de Administração	93
Relatório do Conselho de Administração	94
Relatório do Conselho de Administração	95
Relatório do Conselho de Administração	96
Relatório do Conselho de Administração	97
Relatório do Conselho de Administração	98
Relatório do Conselho de Administração	99
Relatório do Conselho de Administração	100
Relatório do Conselho de Administração	101
Relatório do Conselho de Administração	102
Relatório do Conselho de Administração	103
Relatório do Conselho de Administração	104
Relatório do Conselho de Administração	105
Relatório do Conselho de Administração	106
Relatório do Conselho de Administração	107
Relatório do Conselho de Administração	108
Relatório do Conselho de Administração	109
Relatório do Conselho de Administração	110
Relatório do Conselho de Administração	111
Relatório do Conselho de Administração	112
Relatório do Conselho de Administração	113
Relatório do Conselho de Administração	114
Relatório do Conselho de Administração	115
Relatório do Conselho de Administração	116
Relatório do Conselho de Administração	117
Relatório do Conselho de Administração	118
Relatório do Conselho de Administração	119
Relatório do Conselho de Administração	120



<b>REESTRUTURAÇÃO DA EDP</b>	3
Resposta aos novos desafios do sector eléctrico nacional	3
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	6
<b>EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES</b>	8
<b>SITUAÇÃO ECONÓMICA E ENERGÉTICA</b>	11
Enquadramento macroeconómico	12
A electricidade no contexto energético global	12
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO DA EDP, S. A.</b>	15
Macroestrutura da EDP, S. A.	16
Gestão financeira do Grupo	18
Função planeamento	18
Gestão e desenvolvimento dos sistemas de informação comuns	19
Gestão dos patrimónios da holding	19
Política de qualidade e questões ambientais	20
Contas do exercício de 1994	20
Perspectivas para 1995	21
Proposta de aplicação de resultados	21
<b>DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDP, S. A.</b>	23
Balanço analítico em 31 de Dezembro de 1994	24
Demonstração de resultados	26
Anexo ao Balanço e Demonstração de resultados em 94-12-31	28
<b>DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO</b>	44
Certificação Legal de Contas	45
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	46
Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração da EDP, S. A.	48
Relatório do Auditor Externo (contas individuais)	49
Extracto da acta da Assembleia Geral de Accionistas	51
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO DO GRUPO EDP</b>	52
O Mercado da energia no Grupo EDP	53
Actividades complementares	58
Desenvolvimento do sistema electroprodutor	62
Investigação e Desenvolvimento	67
Recursos humanos	68
Inspeção e Auditoria: política de qualidade	69
Ambiente: uma questão actual; uma política mobilizadora	70
Evolução económica e financeira do Grupo	71
Perspectivas para 1995	85
<b>DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO EDP</b>	87
Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1994	88
Demonstração consolidada dos resultados	90
Anexo ao Balanço e Demonstração de resultados consolidados em 94.12.31	92
<b>DOCUMENTOS DE APRECIACÃO E CERTIFICAÇÃO</b>	112
Certificação Legal das Contas Consolidadas	113
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	115
Parecer dos Auditores ao Conselho de Administração da EDP, S. A. (contas consolidadas)	116
Relatório do Auditor Externo (contas consolidadas)	117
Extracto da acta da Assembleia Geral de Accionistas	119
<b>ANEXO ESTATÍSTICO - GRUPO EDP</b>	120
<b>EMPRESAS DO GRUPO EDP</b>	128



## RESPOSTA AOS NOVOS DESAFIOS DO SECTOR ELÉCTRICO NACIONAL

Ao longo de quase duas décadas a EDP teve por missão a construção e exploração das infra-estruturas necessárias ao abastecimento de energia eléctrica, no espaço continental do território Português. Fê-lo em regime de exclusividade. Orgulha-se de, no âmbito dessa missão, ter cumprido com sucesso alguns objectivos fundamentais mesmo com prejuízo, em certas circunstâncias, da performance económica e financeira.

É o caso da electrificação total do território e da uniformização tarifária, com as quais se pôs fim a situações de carácter social dificilmente sustentáveis e se introduziram princípios de racionalidade na propagação dos custos de produção para os Clientes.

Este ciclo chegou ao fim e o ano de 1994 ficará a constituir um marco importante na vida da EDP.

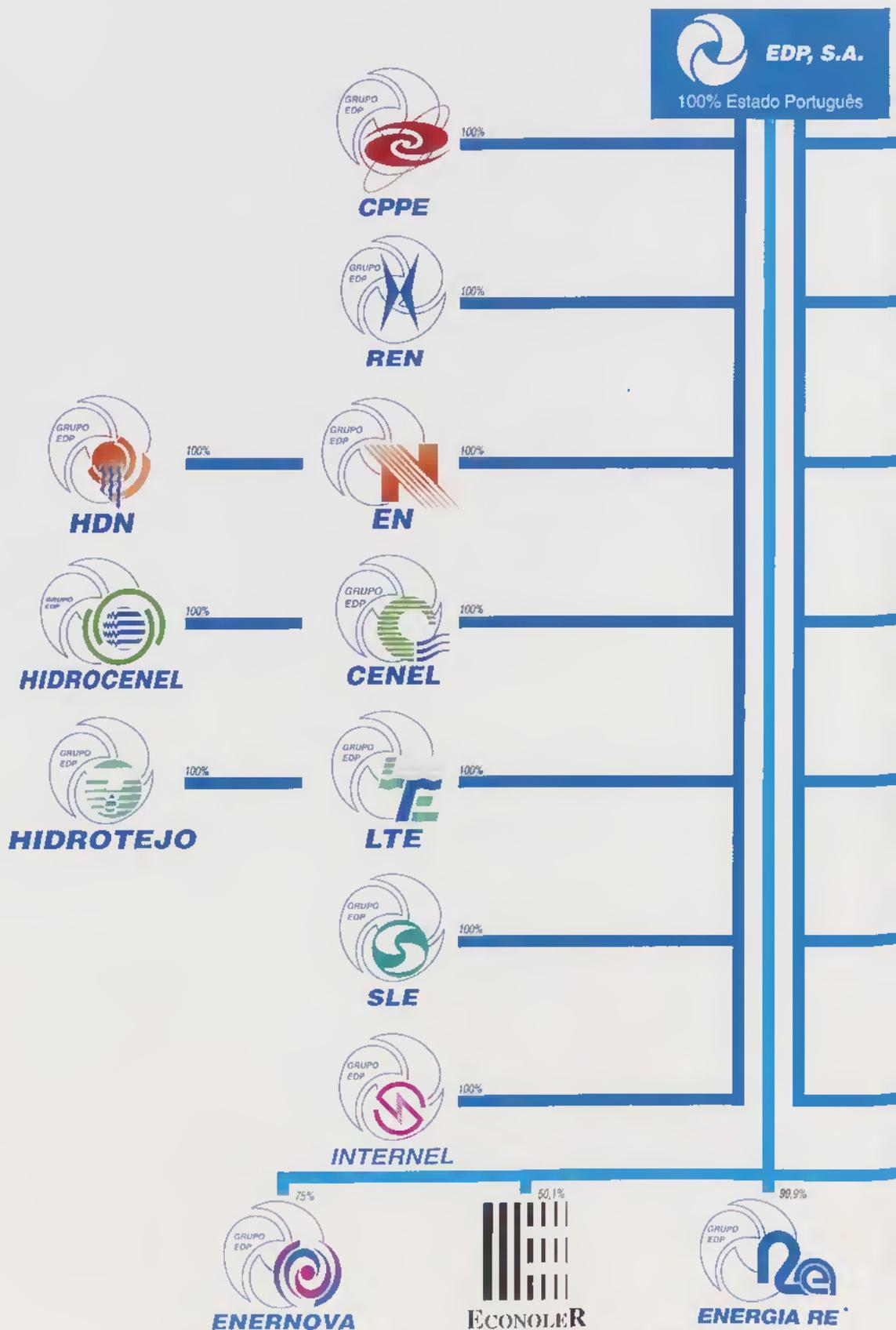
De uma empresa vertical que, durante largos anos, ocupou praticamente todo o universo do sector eléctrico, a EDP transformou-se numa estrutura de Grupo Empresarial, criando um conjunto vasto de novas empresas, por destaque dos negócios que já assegurava internamente com marcante individualidade. O diploma legal que lhe atribuiu a natureza de sociedade anónima de capitais públicos apontava já nesse sentido. A mudança subordinou-se igualmente aos normativos básicos que estabeleceram os princípios da reestruturação do sector da electricidade em Portugal.

Era necessário que a EDP deixasse de ser confundida com o sector da electricidade e que se criassem condições para que outros agentes acessem ao mercado. Cumpria-se assim o objectivo de introduzir factores de competitividade onde isso se justificava.

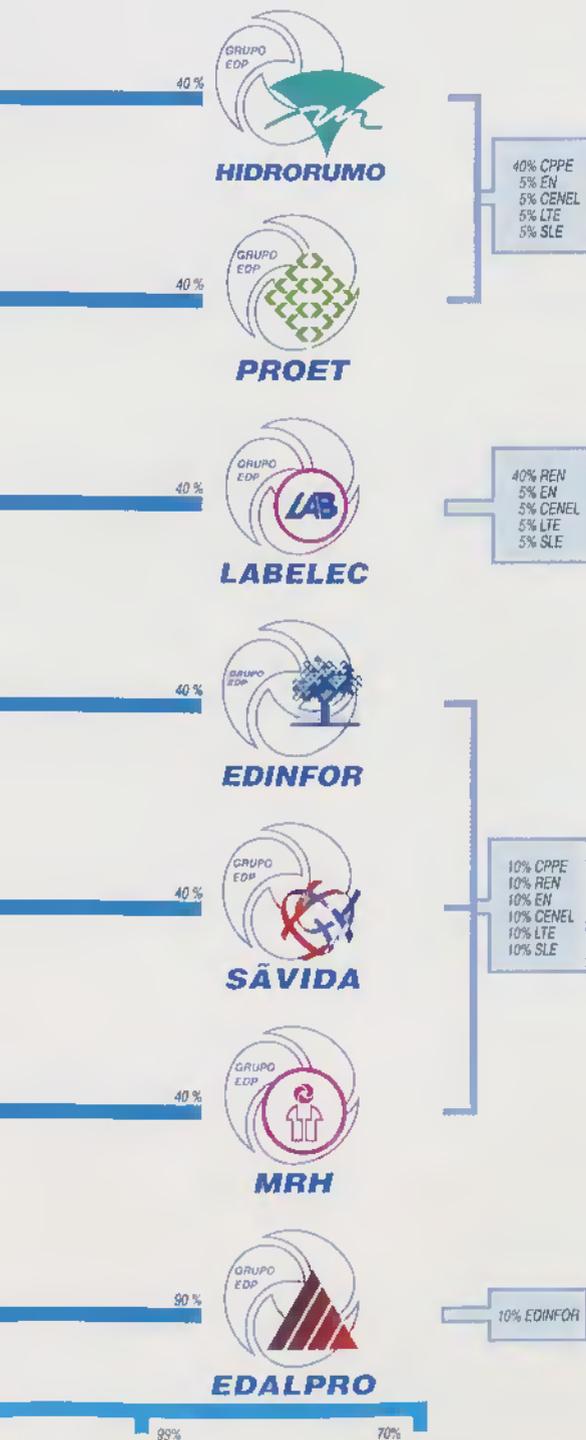
A EDP cedo aceitou este desafio ao alienar a Central Termoeléctrica do Pego e proporcionando assim a entrada de um importante novo agente no mercado da electricidade.

A alteração estratégica a que nos vimos referindo — criação de uma estrutura de Grupo Empresarial — teve lugar no Verão de 1994 e, justamente, reforça as condições para que sejam ultrapassados com sucesso os desafios do novo enquadramento jurídico-institucional do sector. A missão central da EDP é agora assegurada por uma empresa de produção — a CPPE, Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade — uma empresa de transporte e interligação — a REN, Rede Eléctrica Nacional — e quatro empresas de distribuição — a EN, Electricidade do Norte, a CENEL, Electricidade do Centro, a LTE, Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo e a SLE, Electricidade do Sul. No âmbito de cada uma das empresas EN, CENEL e LTE foi ainda criada uma empresa, dita de produção embebida para assegurar autonomamente a gestão das pequenas centrais hidroeléctricas embebidas naquelas empresas de distribuição, respectivamente a HDN, Energia do Norte, a HIDROCENEL, Energia do Centro e a HIDROTEJO, Hidroeléctrica do Tejo.

As actividades complementares e de apoio deram lugar à criação de empresas transversais na estrutura do Grupo. É o caso das empresas HIDRORUMO e PROET, no que respeita à prestação de serviços de engenharia hidráulica e térmica, respectivamente; da SÁVIDA, para assegurar a prestação dos serviços complementares de assistência médica; da LABELEC, para apoio na tecnologia dos laboratórios; e, finalmente, da MRH, para garantir a continuidade das acções de formação. Como se pode observar no organograma do Grupo, estas empresas de serviços vieram juntar-se a outras da mesma natureza já existentes



\* - Empresas não incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.



SPE  
Macau

Sociedade  
Portuguesa de  
Electrometalurgia

à data da cisão: a EDINFOR, para a área informática, a INTERNEL, para a cooperação internacional; a ENERNOVA, para o desenvolvimento das energias renováveis; a ECONOLER, para as acções de racionalização nos consumos de electricidade; e, finalmente, a EDALPRO, vocacionada para a gestão de patrimónios imobiliários.

Todas estas empresas de serviços têm como mercado privilegiado o universo definido pelo Grupo EDP. Foi-lhe, no entanto, atribuída uma outra componente estratégica: a de actuarem no mercado com pleno respeito pelas regras de concorrência, ganhando competitividade e eficiência e alargando, conseqüentemente, a sua esfera de intervenção.

A gestão estratégica do conjunto é assegurada pela EDP enquanto Holding do Grupo.

Fica deste modo assegurada a continuidade de objectivos fundamentais que até agora vinham sendo concretizados pela EDP, enquanto empresa única. Não haverá recuos em relação às fases de desenvolvimento já alcançadas, será respeitada a autonomia das novas empresas e ficará bem delimitada a correspondente responsabilidade.

Acreditamos que, para além da subordinação às novas exigências do sector, o novo modelo organizativo trará virtualidades acrescidas para aumentar a flexibilidade da gestão, prosseguir com os ganhos de produtividade que se têm registado nos últimos anos e com a performance económica e financeira que tem permitido à EDP a redução sistemática das tarifas, em termos reais. Em particular, ficam criadas condições para tomadas de decisão mais próximas dos Clientes e, por esta via, cumprir o objectivo de uma maior proximidade entre Clientes e empresa, reforçando a confiança mútua.



Joaquim Serrão da Silva Correia  
Presidente

**O** ano de 1994 ficará assinalado como o início de um novo ciclo na vida da EDP.

Em Assembleia Geral realizada em 18 de Agosto de 1994 foi aprovada a cisão da Empresa, dela resultando o novo Grupo Empresarial EDP. Deu-se, com este passo, um carácter empresarial a actividades ou negócios que internamente já evidenciavam uma marcante individualidade. Mas cumpriu-se sobretudo um objectivo fundamental: a adaptação das estruturas organizativas da Empresa às mudanças estratégicas no sector energético nacional e, em particular, no sector eléctrico.

O ambiente da mudança era já notório no final da década de oitenta e acentuou-se com a abertura do Mercado Único Europeu. Questões como competitividade, flexibilidade e transparência passaram a ser elementos centrais de uma dinâmica observada a nível internacional e, em particular, na Europa. No essencial pretendia-se que as virtualidades das regras do mercado estivessem também presentes no sector eléctrico, em nome da racionalidade, e que se incrementasse a transparência da gestão, em nome da flexibilidade e do respeito pelas próprias regras da concorrência.

O quadro legislativo publicado em Portugal em 1991 ia no mesmo sentido. A criação do Grupo EDP responde a esses desafios com tranquilidade e confiança no futuro. A entrada de novos agentes no sector da electricidade, longe de constituir uma ameaça, reforçará seguramente a nossa determinação no prosseguimento das políticas e objectivos que até agora têm conduzido a resultados positivos.

O Grupo EDP assenta num núcleo de empresas do sector eléctrico. Actividades complementares deram lugar a um conjunto de empresas de serviços que, além do apoio especializado ao Grupo, actuarão também no mercado com autonomia e sujeição às regras da concorrência. A EDP manterá naturalmente, o comando estratégico do Grupo, garantindo, nomeadamente, a prevalência de políticas e objectivos comuns cujos méritos tenham sido comprovados no contexto de empresa única.

As empresas — cada uma com a sua missão — já assumiram em 1994 a continuidade dessas políticas globais.

Assim, a aproximação das Empresas aos Clientes e o reforço da confiança mútua foram reforçados através da formação do pessoal

mais directamente envolvidos em funções comerciais. Melhorou-se a qualidade do serviço técnico prestado, quer aperfeiçoando os canais de comunicação entre Empresas e Clientes, quer privilegiando os investimentos na rede de distribuição. Ajustou-se a organização interna de meios e serviços para responder com crescente qualidade e presteza às necessidades dos Clientes.

Garantiu-se a continuidade do serviço público de abastecimento de energia eléctrica.

Não se registaram interrupções significativas — as que ocorreram tiveram quase exclusivamente a ver com imponderáveis que escapam ao controle humano — o que acentua o carácter de permanente disponibilidade que os Clientes e o Público, em geral, esperam deste serviço. A hipótese de uma interrupção torna-se quase irreal na nossa rotina diária, tal é a dependência, hoje em dia, de um bem como a electricidade. A obrigação de garantir a continuidade e a qualidade do fornecimento é crescente, já que é também crescente o custo e a incomodidade de uma eventual interrupção.

O Grupo encontra-se adequadamente dimensionado para responder a estas exigências.

Em 1994, o parque produtor foi enriquecido com o novo aproveitamento hidroeléctrico do Caldeirão e tornou-se efectivo o acordo tripartido entre a EDP, a Rede Eléctrica Espanhola e a Electricité de France que põe à disposição da EDP uma potência permanente de reforço das ligações internacionais. De resto a EDP continuou a assumir por inteiro a sua missão de programar a prazo o desenvolvimento do sistema electroprodutor, imposto pela evolução dos consumos.

As questões ambientais estiveram na primeira linha das preocupações do Grupo. Os grandes empreendimentos, quaisquer que eles sejam, implicam sempre desequilíbrios nas condições naturais pré-existentes. Apesar de os aspectos positivos ultrapassarem, em geral, a incomodidade que se possa gerar com a sua implementação, o Grupo EDP tem nesta matéria uma política activa de minimização dos efeitos negativos, não se remetendo ao simples cumprimento da legislação aplicável.

Em 1994 a EDP fez publicar nos órgãos de comunicação social a sua **Declaração sobre Política de Ambiente**. Com este documento a EDP assumiu frontalmente com a opinião

pública o compromisso de estabelecer o Ambiente com um grande objectivo de gestão. A este compromisso público correspondeu internamente a divulgação de um **Código de Conduta em Matéria de Ambiente** tendo como destinatários todos os trabalhadores do Grupo. Pretendeu-se, assim, que a política de Ambiente fosse transparente e conhecida por todos, como instrumento mobilizador de atitudes consistentes, no exercício das suas actividades.

A **Qualidade** foi igualmente um domínio que justificou uma atenção privilegiada do Grupo. Explicitou-se a **Qualidade** como uma das variáveis estratégicas da maior relevância que deverá estar presente em todas as vertentes da actividade das Empresas. O ênfase desta orientação foi desde logo evidenciado com a criação de uma estrutura organizativa, directamente dependente da Holding, destinada a coordenar e dinamizar acções e políticas comuns do Grupo, nesta área.

**As metas económicas e financeiras foram plenamente cumpridas.**

Os resultados líquidos do Grupo, no montante de 30,5 milhões de contos, ultrapassam em 67 % os do ano anterior. Os recursos financeiros gerados internamente foram suficientes para cobrir totalmente as responsabilidades do Grupo em termos de Fundo de Pensões e de Correção de Hidraulicidade. Permitiram ainda conciliar o esforço de investimento em 1994 com uma redução significativa da dívida de financiamento.

Apaz-nos registar a solidez financeira do Grupo e o apreciável controle sobre a sua estrutura de custos.

**Os ganhos de produtividade têm sido significativos e têm vindo a ser partilhados com os Clientes.**

O exercício de 1994 foi um bom exemplo disso, com os preços médios globais da electricidade a crescerem menos de 1 %. E para 1995, com as tarifas já aprovadas, esta política teve ainda maior expressão: os Clientes domésticos não terão qualquer acréscimo de preços e os industriais terão uma redução média de quase 6 %.

O exercício de 1994 foi vivido intensamente por todo o Grupo EDP.

Os trabalhos preparatórios da reestruturação e a continuidade das actividades normais, sem perturbação e sem concessões quanto à qualidade, exigiram uma grande entrega de todos na realização dos objectivos fixados.



4 5 6 7

1 2 3

#### Conselho de Administração

- 2 - Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia - *Presidente*
- 1 - Eng.º Arnaldo Pedro F. Navarro Machado - *Vice-Presidente*
- 3 - Eng.º José Filipe M. Athayde de Carvalho
- 6 - Dr. José António de Matos Taborda Farinha
- 5 - Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento
- 7 - Eng.º António Ramos da Silva Vidigal
- 4 - Eng.º Jorge F. Alves Ferreira Guimarães

O envolvimento de toda a macroestrutura e de uma grande parte dos quadros da EDP no processo de reestruturação foi extremamente gratificante, pela generosidade e empenho demonstrados. Esta mobilização interna na procura das melhores soluções técnicas é a maior garantia de sucesso para os desafios que se colocam ao novo Grupo EDP.

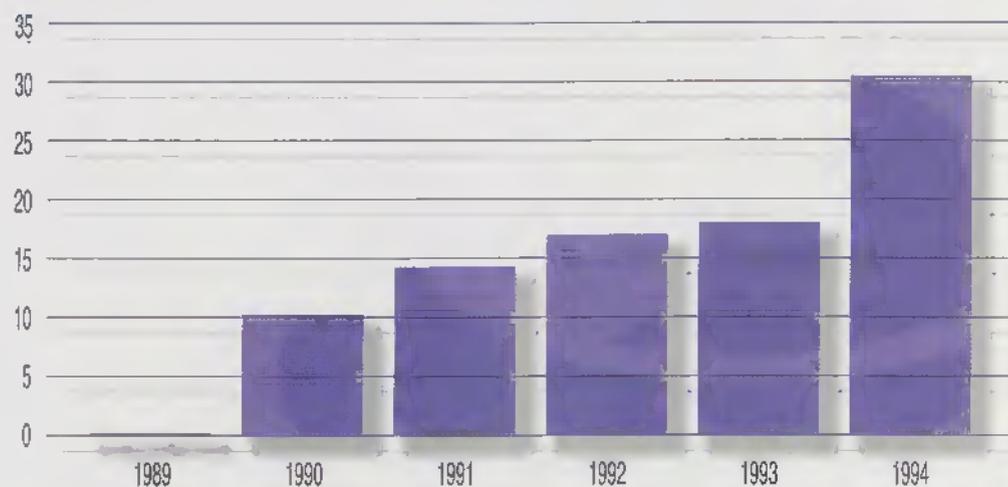
Aguardamos, assim, o futuro com confiança e tranquilidade.

Os resultados positivos alcançados, no plano económico e financeiro, animam-nos a prosseguir com as estratégias que, definidas no âmbito da EDP, têm igual pertinência na estrutura de Grupo. Quanto ao novo enquadramento jurídico-institucional do sector eléctrico, teremos, naturalmente, que contar com as novas regras de funcionamento do mercado. Consolidaremos o Grupo neste contexto, certos de que encontraremos aí um estímulo acrescido para prosseguirmos com igual determinação na realização dos nossos objectivos.

## EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES

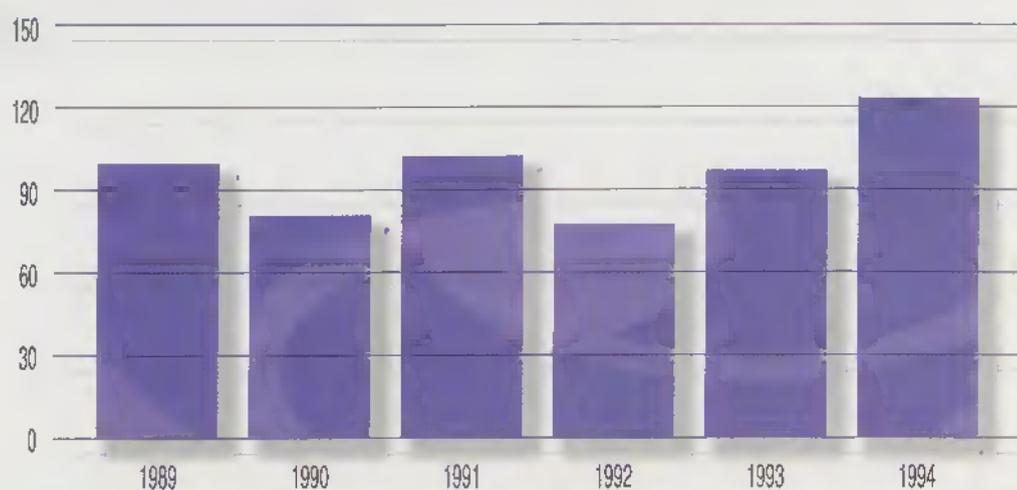
### Resultado Líquido

em milhões de contos



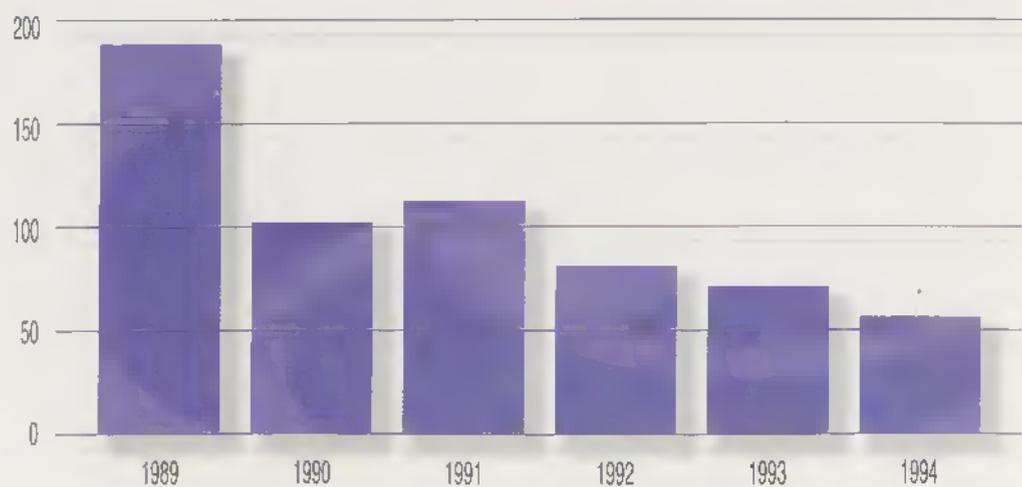
### Capacidade de Autofinanciamento (Cash-flow/Investimento)

em %



### Estrutura Financeira (Dívida MLP/Capitais Próprios)

em %



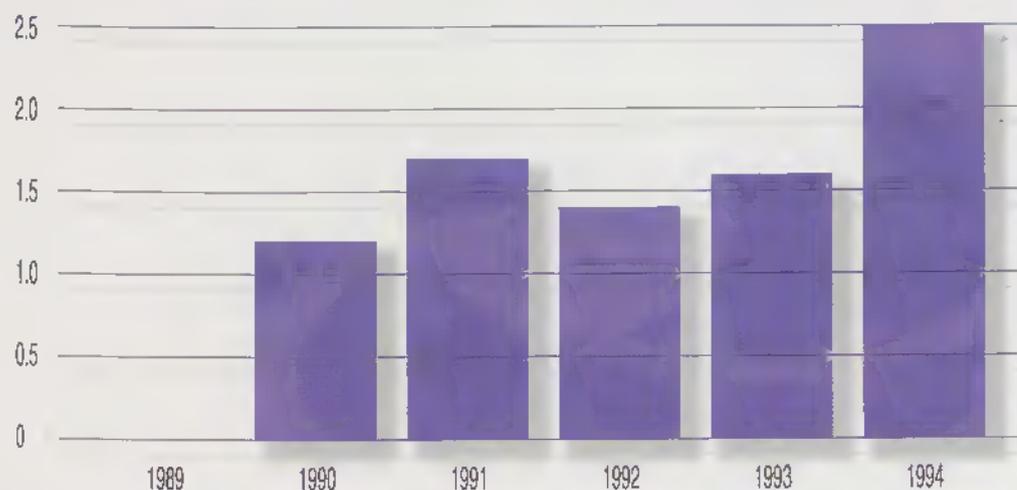
## Vendas

em milhões de contos



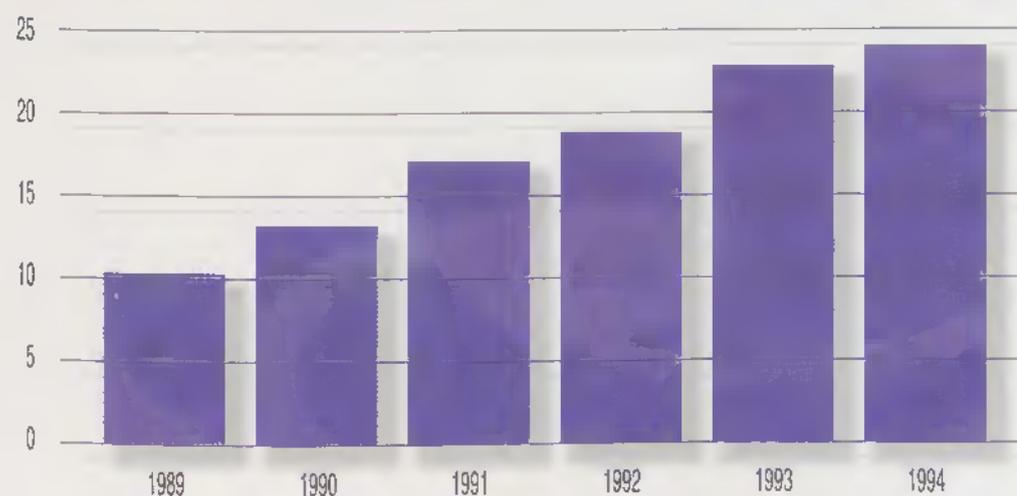
## Rendabilidade dos Capitais Próprios

em %



## VAB per capita

em milhares de contos







## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

As estimativas apresentadas pela OCDE mostram que no ano de 1994 se assistiu à retoma da actividade económica, com um crescimento estimado de 2,8% para o Produto Interno Bruto (PIB) do conjunto dos países membros da Organização. Este comportamento ficou a dever-se ao forte crescimento registado na economia dos Estados Unidos (+3,9%), associado a acréscimos de 2 a 3% na maior parte dos países em que o produto tinha caído no ano anterior (casos da Alemanha, França e Itália, entre outros); por outro lado, a economia japonesa, que em 1993 tinha ficado estagnada, apresentou um acréscimo de 1% em 1994.

Neste contexto, o nível de actividade económica da União Europeia foi fortemente impulsionado pelo crescimento das exportações (8,7%).

Este facto, a par duma viragem no comportamento do investimento, cujo crescimento foi de 2,5% depois de quebras sucessivas nos três anos anteriores, induziu um crescimento de cerca de 2,5% no PIB do conjunto dos 12 países da União, depois de uma quebra de 0,5% no ano anterior.

Apesar do crescimento do PIB, o emprego voltou a cair em 1994; embora esta quebra tenha sido menos significativa que nos dois anos anteriores, o desemprego voltou a aumentar, tendo atingido quase 11% da população activa dos 12 países que integram a União Europeia.

A procura interna da União aumentou cerca de 2%, com um crescimento de 1,5% no Consumo Privado; a taxa de inflação continuou a baixar, tendo ficado em cerca de 3%, uma taxa bastante aquém da registada no ano anterior.

A conjuntura internacional induziu a um acréscimo do nível de actividade econó-

mica em Portugal, ainda que moderado: o acréscimo das exportações portuguesas em 1994, permitiu um crescimento do PIB um pouco superior a 1%, apesar da estagnação do Consumo Privado e da Formação Bruta de Capital Fixo.

O crescimento das exportações imprimiu algum dinamismo na produção industrial, cujo comportamento tinha sido fortemente negativo no ano anterior.

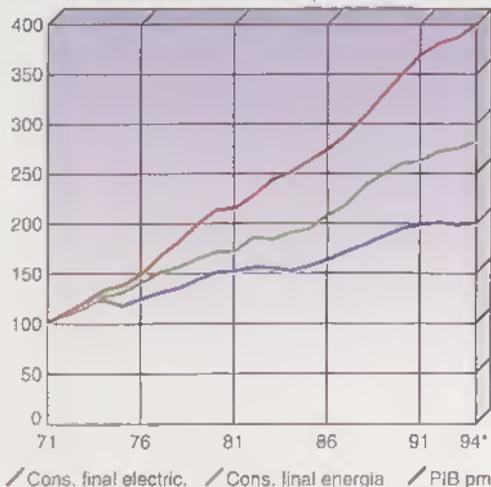
Contudo, a retoma do nível de actividade industrial não foi suficiente para travar o aumento do desemprego que atingiu 6,8% da população activa. Este facto, com fortes consequências na estagnação do Consumo Privado, contribuiu também para a redução da taxa de inflação que ficou pouco acima de 5%.

## A ELECTRICIDADE NO CONTEXTO ENERGÉTICO GLOBAL

A retoma do nível de actividade económica em 1994 impulsionou o consumo de energia, em Portugal.

O gráfico junto mostra que o consumo final de energia continua a apresentar acréscimos superiores aos do nível de actividade económica, com um diferencial bastante mais marcado no caso da energia eléctrica.

CONSUMO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO PIB – Índices



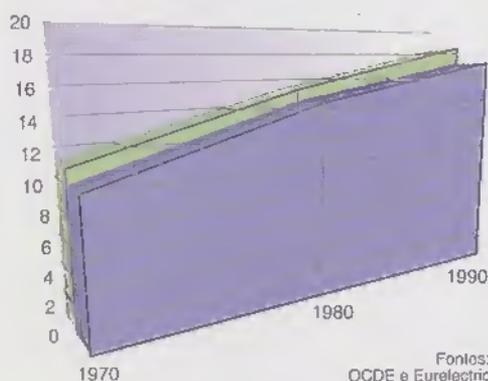
\* Estimativa

Fontes: DGE e Contas Nacionais do INE

Estas evoluções determinaram uma tendência crescente na intensidade energética, medida pela relação entre o consumo de energia e o Produto Interno Bruto (PIB), particularmente marcada no caso específico da energia eléctrica.

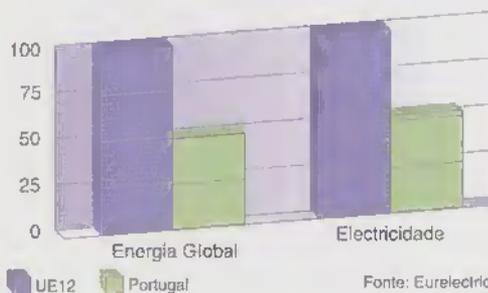
Os gráficos seguintes permitem comparar esta realidade em Portugal e no conjunto dos doze países que integram a União Europeia, através das relações entre os consumos de energia e o Produto Interno Bruto, medido pelas paridades de poder de compra a preços constantes de 1985 (PPC 85). Pode concluir-se que, apesar do consumo de electricidade por unidade de PIB ter vindo a apresentar um crescimento mais forte em Portugal que no conjunto dos países da União, o valor registado para Portugal em 1990 foi ainda um pouco inferior ao valor médio dos doze países, se bem que com uma tendência clara de aproximação. No caso da energia global, a evolução crescente em Portugal a par do decréscimo registado no conjunto da União Europeia, conduziu também a valores já próximos do consumo de energia por unidade de produto em 1990.

**PENETRAÇÃO DA ELECTRICIDADE NO CONSUMO FINAL DE ENERGIA (%)**



Fontes: OCDE e Eurelectric

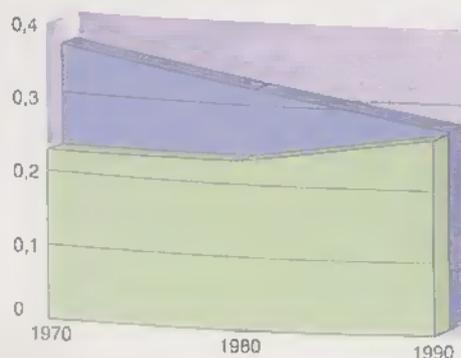
**CONSUMO FINAL DE ENERGIA (PER CAPITA) (%) 1990**



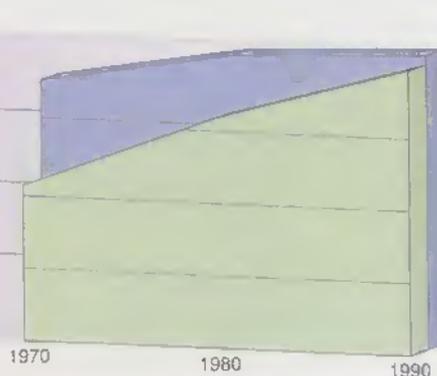
Fonte: Eurelectric

Os gráficos anteriores mostram que, em Portugal como no conjunto da União Europeia, a proporção da electricidade no consumo final de energia tem vindo a crescer de forma muito significativa. O facto de a curva relativa a Portugal representar um nível de penetração mais elevado que na

**INTENSIDADE ENERGÉTICA (kgep/US\$PPC85)**



**INTENSIDADE ELÉCTRICA (kWh/US\$PPC85)**

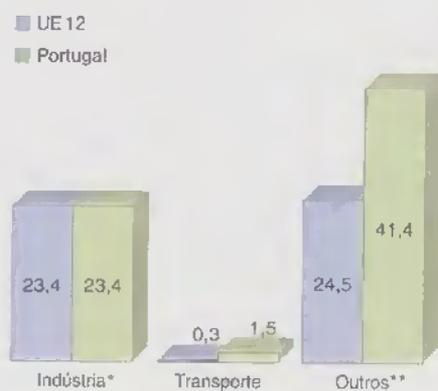


■ UE12 ■ Portugal

Fontes: OCDE, UNIPED e Eurelectric

## PENETRAÇÃO DA ELECTRICIDADE NO CONSUMO FINAL DE ENERGIA (%)

Comparação entre Portugal e a UE (1990)

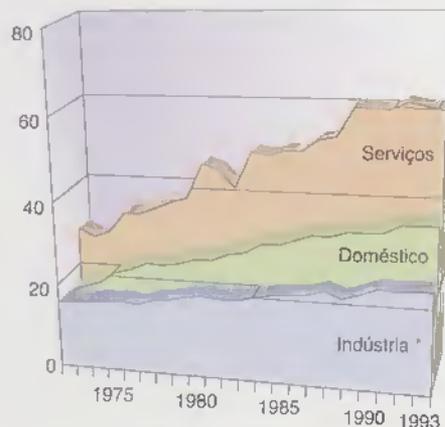


\* Exclui usos não energéticos

\*\* Domésticos, Serviços e Agricultura

Fontes: Eurelectric e DGE

Portugal (excluindo o sector dos transportes)



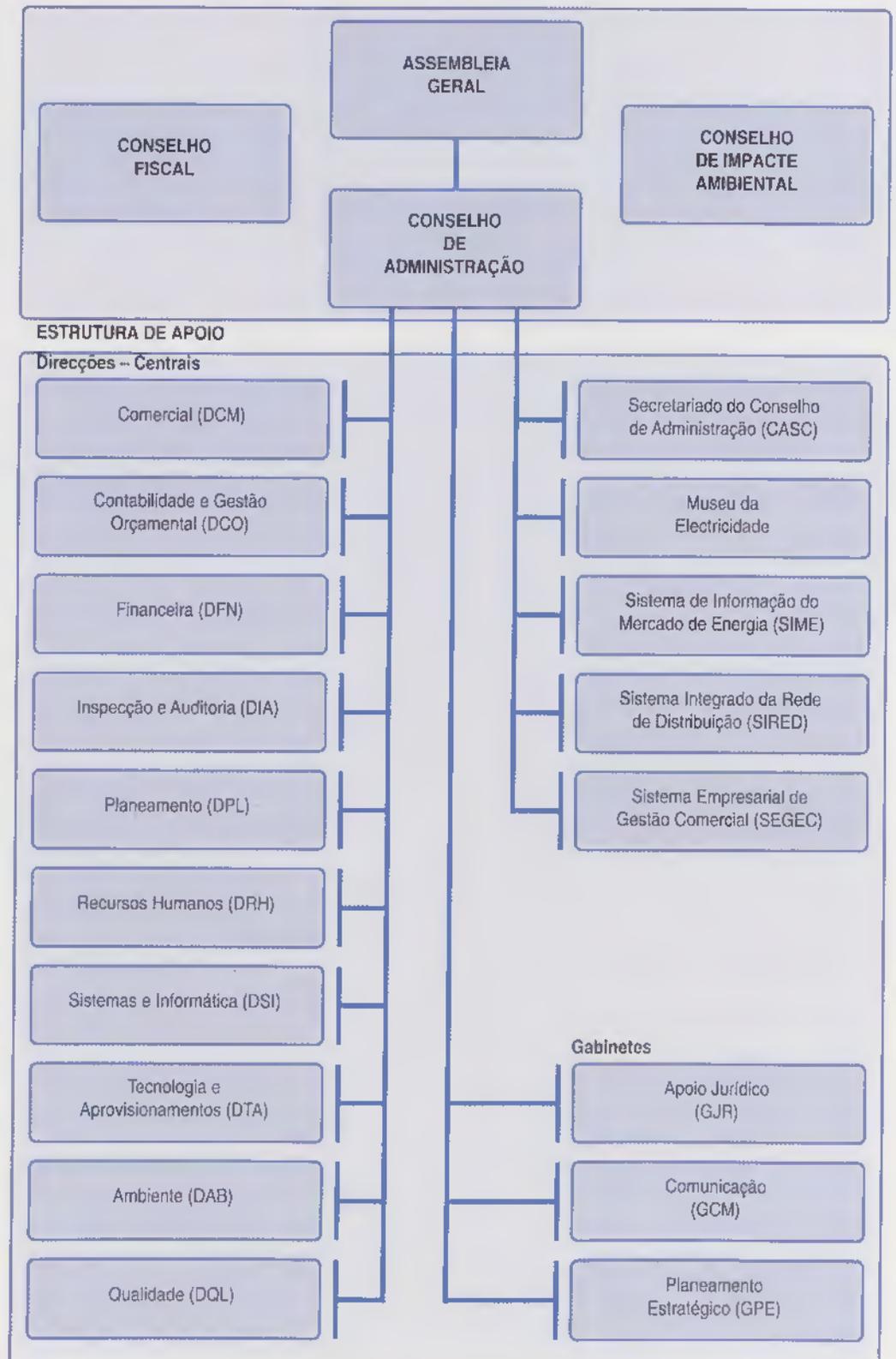
\* Exclui utilização final como matéria-prima

Fontes: DGE e EDP

UE, resulta dum consumo energético (per capita) mais baixo que o consumo de electricidade, em relação à média da União. Uma análise mais detalhada mostra que no caso Português, nos sectores doméstico e de serviços, a electricidade tem uma importância relativa bastante superior, devido a factores climáticos e sócio-económicos. Os gráficos anteriores mostram também que, em Portugal, o papel da electricidade tem vindo a crescer mais rapidamente no caso dos consumos domésticos (em que o peso desta forma de energia excede já 35 % do consumo energético global) e dos serviços (em que a electricidade corresponde a cerca de 60 % do consumo total de energia).



## MACROESTRUTURA DA EDP, S.A. (31 Dez./94)



**Mesa da Assembleia Geral**

Prof. Dr. Diogo Homem de Lucena  
*Presidente*

Dr. António Pires Calado  
*Vice-Presidente*

Sr. Jerónimo da Cruz Fonseca  
*Secretário*

**Conselho de Administração**

Eng.º Joaquim Serrão da Silva Correia  
*Presidente*

Eng.º Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado  
*Vice-Presidente*

Eng.º José Filipe Mendonça Athayde de Carvalhosa  
*Vogal*

Dr. José António de Matos Taborda Farinha  
*Vogal*

Dr. José Manuel Machado Saldanha Bento  
*Vogal*

Eng.º António Ramos da Silva Vidigal  
*Vogal*

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferrelra Guimarães  
*Vogal*

**Conselho Fiscal**

Dr. Sérgio Espadas Antunes  
*Presidente*

Dr. António Moura Rodrigues  
*Vogal (ROC)*

Eng.º Manuel Norton Brandão  
*Vogal*

Dr. Severo Praxedes Soares  
*Vogal (ROC) Suplente*

Dr. José Alberto Pinheiro Rifes  
*Vogal Suplente*

**ESTRUTURA DE APOIO**

DIRECÇÃO-CENTRAL COMERCIAL (DCM)  
Eng.º António Raimundo Madeira Lau

DIRECÇÃO-CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL (DCO)  
Dr. Manuel de Jesus Marins

DIRECÇÃO-CENTRAL FINANCEIRA (DFN)  
Dr. Humberto da Costa Biu

DIRECÇÃO-CENTRAL DE INSPECÇÃO E AUDITORIA (DIA)  
Eng.º António Leite Garcia

DIRECÇÃO-CENTRAL DE PLANEAMENTO (DPL)  
Eng.º Jorge Ribeiro Machado

DIRECÇÃO-CENTRAL DE REC. HUMANOS (DRH)  
Eng.º Francisco José Cortez Lobão

DIRECÇÃO-CENTRAL DE SIST. E INFORMÁTICA (DSI)  
Eng.º Vítor Manuel da Silva Leitão

DIRECÇÃO-CENTRAL DE TECNOLOGIA E  
APROVISIONAMENTOS (DTA)  
Eng.º José Manuel Silveira da Cruz Morais

DIRECÇÃO-CENTRAL DE AMBIENTE (DAB)  
Eng.º João António Pereira Gonçalves

DIRECÇÃO-CENTRAL PARA A QUALIDADE (DQL)  
Eng.º José Eduardo Figueiredo Soares

GABINETE DE APOIO JURÍDICO (GJR)  
Dr. José Albertino Gonçalves Melchior Gomes

GABINETE DE COMUNICAÇÃO (GCM)  
Eng.º António Ribeiro dos Santos

GABINETE DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO  
Eng.º Jorge da Cruz Morais

SECRET. DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CASC)  
Sr. José Jerónimo da Fonseca

MUSEU DA ELECTRICIDADE  
Direcção avocada pelo Administrador  
Eng.º Athayde de Carvalhosa

**A** criação das novas Empresas do Grupo, por destaque de património da EDP, remeteu esta Empresa à condição de Holding do Grupo, embora com funções que ultrapassam largamente a simples gestão das participações sociais.

A missão fundamental centra-se no comando estratégico do Grupo. Porém, o reconhecimento dos bons resultados conseguidos com as políticas conduzidas anteriormente no âmbito da EDP, aconselharam a que se prosseguisse de forma coordenada com essas políticas, sem que isso pusesse em causa a autonomia e a flexibilidade que se pretendiam alcançar com as empresas.

A coordenação ao nível da Holding pretende garantir a sintonia de políticas e objectivos que visam o interesse comum do Grupo.

A afirmação da Holding, enquanto tal iniciou-se com a cisão, em Agosto de 1994.

Até final do exercício, a actividade preponderante traduziu-se essencialmente na consolidação de todo o processo, no apoio à instalação e arranque das novas empresas, na definição das orientações básicas quanto às funções centradas na Holding e na clarificação das relações desta com as demais Empresas do Grupo.

## GESTÃO FINANCEIRA DO GRUPO

Este foi um domínio em que, no âmbito da EDP, enquanto empresa única, se alcançou um elevado nível de racionalidade quanto à fluidez dos recursos financeiros e quanto ao custo médio da dívida de financiamento.

No seio do Grupo mantiveram-se a política e os instrumentos de gestão que asseguraram a continuidade desses benefícios.

A dívida teve uma repartição interna nominal pelas Empresas, mas é à Holding que cabe a responsabilidade, em primeira linha, pela satisfação dos respectivos com-

promissos para com terceiros. Com a cisão, estabeleceram-se as regras internas que definem para cada Empresa a quota-parte dos reembolsos da dívida e dos respectivos custos que a Empresa deve pôr à disposição da Holding, com vista à satisfação dos referidos compromissos externos.

Os sistemas de informação comuns, pelo seu carácter integrado, facilitaram extraordinariamente os procedimentos de acompanhamento e controle por parte das empresas envolvidas.

Foram igualmente estabelecidas as condições em que as Empresas poderão contratar novos financiamentos. O limite à autonomia das empresas, nesta matéria, situa-se apenas no interesse geral do Grupo: é permitido o acesso a financiamento alheio desde que em condições que se mostrem mais favoráveis do que as que sejam oferecidas pela própria Holding.

As Empresas poderão recorrer aos serviços da Holding para regularizar situações com os fornecedores e empreiteiros. Por outro lado, ficou estabelecido um processo de centralização das cobranças, precisamente para eliminar o risco de mobilização dos recursos, com vantagem para o Grupo e para as Empresas que as geram.

## FUNÇÃO PLANEAMENTO

Na reestruturação do Sector Eléctrico Nacional está prevista a criação de uma entidade de planeamento. Com novos agentes no mercado da electricidade, nomeadamente ao nível da produção, não fazia sentido que a oportunidade e as condições de acesso à realização de novos centros produtores continuassem a ser propostos pela EDP. Há que assegurar condições de equidade e a EDP não receia as virtudes da competitividade, também nesta vertente do sistema.

Todavia, enquanto não for criada a referida entidade de planeamento, cabe à Holding assegurar esta função para que não haja quebras no serviço de abastecimento público de electricidade.

Em 1994 não se verificaram descontinuidades na realização das tarefas específicas do planeamento.

Analisaram-se, nomeadamente, **as possíveis evoluções do sistema até ao horizonte 2010** e estudaram-se os efeitos de alterações ao sistema actualmente em exploração, **quer quanto à queima alternativa de combustíveis, quer quanto à revitalização e adaptação tecnológica dos equipamentos.**

## GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO COMUNS

Já não surpreende ninguém dizer-se, hoje, que a gestão da informação é uma variável estratégica fundamental na gestão global das empresas.

No contexto de empresa única, a EDP cedo compreendeu esta realidade e desenvolveu vários projectos neste domínio com incidência em actividades essenciais. Criaram-se assim potentes sistemas de informação que, além de responderem às necessidades funcionais específicas, geram grandes volumes de informação para gestão. O elevado automatismo, o carácter integrado da informação e a rapidez de resposta são as características principais destes sistemas. O nível de desenvolvimento atingido impôs, em muitos casos, alterações de natureza estruturante na organização da Empresa.

Pois bem, a modernização técnica e administrativa que estes sistemas representam não poderia perder-se tanto mais que não prejudicam minimamente a autonomia das empresas.

A gestão e aperfeiçoamento dos sistemas ficaram, assim, centrados na Holding.

Cada Empresa gere e utiliza os sistemas com total autonomia e flexibilidade em tudo quanto lhe respeite especificamente. A Holding tem a responsabilidade de coordenar políticas comuns e de reflectir essas políticas nos sistemas, nomeadamente para **garantia da uniformidade no que respeita a conceitos e procedimentos.**

A actividade da Holding neste domínio, em 1994, incidiu essencialmente na adaptação dos vários sistemas de informação à nova estrutura de Grupo e na preparação das condições para alargamento dos sistemas a empresas do Grupo já existentes à data da cisão.

Deu-se, além disso, continuidade ao desenvolvimento de alguns módulos do SIREN - Sistema Integrado das Redes de Distribuição e prosseguiram as acções de consolidação do SEGEC - Sistema Empresarial de Gestão Comercial, em ambos os casos com a colaboração das empresas distribuidoras de electricidade.

No final do ano, iniciaram-se estudos que visam acentuar o carácter integrado da informação em alguns domínios específicos e reduzir a intervenção humana nas acções de processamento.

## GESTÃO DOS PATRIMÓNIOS DA HOLDING

Com a cisão, a EDP reteve patrimónios que não se mostravam necessários à actividade das empresas. Por outro lado, conta nos seus activos com as instalações e equipamentos, associados à realização das suas funções.

No conjunto, trata-se de um património valioso, complexo e de grande heterogeneidade. Exige por isso competências específicas para a sua gestão. Assim, para além do controle global destes patrimónios e das tomadas de decisão estratégicas que lhe digam respeito, as quais reservou

para si própria, a Holding entregou a gestão corrente a duas empresas do Grupo. A EDINFOR para gestão dos equipamentos informáticos; a EDALPRO para a gestão de terrenos, edifícios e outros imóveis.

### **POLÍTICA DE QUALIDADE E QUESTÕES AMBIENTAIS**

Questões ambientais e política de qualidade são dois domínios em que a Holding decidiu coordenar e dinamizar um conjunto de acções a nível central.

Quanto ao ambiente, a EDP já vinha praticando desde há muito uma política activa de minimização dos efeitos negativos, associados à realização dos grandes empreendimentos. Como é sabido, estes projectos implicam sempre algum desequilíbrio nas condições naturais envolvidas. Os efeitos positivos excedem em geral a incomodidade da sua implementação, mas a EDP sempre procurou, nesta matéria, ir mais longe do que o que é imposto pela legislação aplicável.

A Holding prosseguirá esta política.

O Conselho de Administração da EDP ao adoptar, em Março de 1994, uma Política de Ambiente expressa na *Declaração de Princípios* e complementada no *Código de Boa Prática*, assumiu publicamente o compromisso de introduzir o Ambiente como um objectivo de gestão.

O reconhecimento da importância das questões de carácter ambiental passou a representar uma nova faceta da postura de relacionamento das Empresas do Grupo com a sociedade e com os clientes dos seus vários serviços, que se pretende atenta ao desenvolvimento, ao progresso e à melhoria da qualidade de vida, mas que se exige seja feita no respeito pelos valores ambientais que essa mesma sociedade considera cada vez mais necessário preservar.

A Política de Ambiente do Grupo EDP está a ser progressivamente implementada por todas as Empresas nele integradas.

A **Qualidade** foi definida em 1994 como variável estratégica da gestão. Também neste caso a Holding deu um sinal da relevância que atribui à Qualidade, criando um órgão de coordenação ao mais alto nível da Empresa. Das acções levadas a cabo em 1994, destaca-se a sensibilização e formação junto dos gestores de topo das metodologias de auto-avaliação do Prémio de Excelência do Sistema Português de Qualidade.

Estas acções abrangeram todas as empresas do Grupo e visam estabelecer as bases necessárias para a realização de auto-avaliações da Qualidade, programadas para o primeiro quadrimestre de 1995.

Consistentemente com a política de Gestão pela Qualidade, a Holding integra uma organização central de inspecção e auditoria, com estruturas e ramificações funcionais nas empresas de maior dimensão. O objectivo é promover **um aperfeiçoamento contínuo e sustentado dos procedimentos e métodos adoptados no Grupo**.

### **CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1994**

Apesar da cisão se ter verificado em Agosto de 1994, ficou formalmente estabelecido que as empresas cessionárias integrariam as transacções realizadas desde o dia 1 de Janeiro, no âmbito que lhes respeitasse directamente.

Assim, as contas da EDP, S.A., enquanto Holding do Grupo, respeitam ao exercício completo.

O balanço reflecte, naturalmente, os efeitos da cisão. A conta de investimentos financeiros representa as participações de capital nas empresas do Grupo e associadas. A dívida de financiamento corres-

ponde aos compromissos do Grupo para com terceiros, em relação aos quais a EDP responde em primeira linha. A quota-parte da dívida atribuída internamente às Empresas está expressa no activo da EDP, na conta accionistas.

O saldo da Correção da Hidraulicidade – cuja gestão foi assumida pela EDP – atingiu o nível de referência fixado de 77,7 milhões de contos, a preços de 1994, e está assim em condições de responder às variações hidrológicas futuras.

A Empresa apresenta um resultado líquido de 30,1 milhões de contos que corresponde essencialmente aos dividendos esperados das empresas do Grupo e associadas.

Nos proveitos financeiros, os juros respeitam à contribuição das empresas para que a Holding possa satisfazer os respectivos encargos junto das instituições financeiras.

Os custos com pessoal evidenciados na demonstração de resultados respeitam ao período anterior à cisão. A partir dessa altura, a Holding deixou de ter um quadro de pessoal próprio, tendo os trabalhadores sido colocados nas empresas do Grupo.

## PERSPECTIVAS PARA 1995

Não se prevêem alterações de fundo na actividade da EDP em 1995.

Procurar-se-á, todavia, imprimir um maior dinamismo à estratégia de internacionalização do Grupo, com o apoio da INTERNEL.

Prosseguirá a coordenação, a nível central, das políticas e objectivos globais. Nos sistemas de informação comuns aprofundar-se-á o nível de integração e serão aperfeiçoados os respectivos métodos e processos. A dívida continuará a ser gerida com preocupações de racionalidade e minimização dos custos.

Acção particularmente importante a levar a cabo em 1995, será a consolidação das relações entre a EDP e as empresas do Grupo, com afinação de procedimentos e circuitos de comunicação.

Salvo se ocorrerem alterações profundas em variáveis determinantes da estrutura de custos, espera-se que o Grupo tenha em 1995 condições económicas e financeiras semelhantes às verificadas em 1994. Prevê-se pois que também os resultados da EDP não serão inferiores ao valor apresentado em 1994.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do Art.º 25.º dos Estatutos da EDP, propõe que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor de 30 104 920 974\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	3 010 492 097\$00
Para Dividendos	15 200 000 000\$00
Para Distribuição de Resultados aos	
Corpos Gerentes	35 050 000\$00
Para Resultados Transitados	11 859 378 877\$00

Lisboa, 17 de Março de 1995

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Joaquim Serrão da Silva Correia* – Presidente

*Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro*

*Machado* – Vice-Presidente

*José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa*

*José António de Matos Tabora Farinha*

*José Manuel Saldanha Bento*

*António Ramos da Silva Vidigal*

*Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães*





## BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

## ACTIVO

Notas		Exercícios			
		1994			1993
		AB	A/P	AL	AL
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
03.a./10	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	128 856 955		128 856 955	534 866 785
	Despesas de investig. e desenvolvimento				170 365 264
	Propriedade Industrial e out. direitos				29 506 294
	Trespasseas				12 500 000
	Diferenças de câmbio				3 825 005
		128 856 955		128 856 955	751 063 348
03.b./10.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)				19 398 408 465
	Terrenos e recursos naturais	11 212 236 363		11 212 236 363	7 172 004 230
	Edifícios e outras construções	18 189 053 715	6 270 346 324	11 918 707 391	30 032 794 152
	Equipamento básico				1 886 624 327 094
03.c./15.	Equipamento de transporte	232 486 531	96 806 473	135 680 058	2 589 701 943
	Ferramentas e utensílios	7 772 735	6 939 329	833 406	381 106 368
	Equipamento administrativo	10 812 042 678	4 782 260 437	6 029 782 241	12 078 456 332
	Taras e vasilhame				12 728
	Diferenças de câmbio	19 747 043	4 344 350	15 402 893	12 520 045 433
	Outras imobilizações corpóreas	847 674	93 249	754 425	318 524 457
	Imobilizações em curso	6 721 199 081		6 721 199 081	110 005 127 672
	Adiantamentos p/ conta Imob. corpóreas				194 782 580
03.e./10.	Aprovel. fins múltip. (parte n/ afect)	1 311 720 543		1 311 720 543	5 312 875 944
	Produção hidroeléctrica				4 081 062 617
	Obras em curso	1 311 720 543		1 311 720 543	1 231 813 327
		48 507 106 363	11 180 790 162	37 345 318 201	2 086 626 177 398
03.d./10	Investimentos financeiros:				
16./48.f	Partes de capital em empresas do grupo	1 158 109 830 745	8 000 000 000	1 150 109 830 745	1 563 034 861
16./48.i	Partes de capital em empresas associadas	7 028 928 078		7 028 928 078	1 966 839 459
48.i.	Títulos e outras aplicaç. financeiras	4 537 539 089		4 537 539 089	4 736 551 519
		1 169 678 297 912	8 000 000 000	1 161 676 297 912	8 266 425 839
	<b>CIRCULANTE:</b>				
	Existências:				
	Matérias-primas, subsid. e consumo				15 912 713 515
	Produtos e trabalhos em curso				289 302 085
	Adiantamentos por conta de compras				78 646 986
					16 280 662 586
	Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo:				
	Autarquias - Dívida de 31/12/88				3 752 409 086
03.j.	Accionistas (Sócios)	773 767 840 496		773 767 840 496	3 168 083 977
	Imobilizados em Integração compensados				8 377 042 504
	Outros devedores	161 200		161 200	
		773 768 001 696		773 768 001 696	15 285 535 577
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
	Clientes c/c	2 848 865 801		2 848 865 801	63 475 425 639
	Clientes - títulos a receber				120 279 637
	Clientes de cobrança duvidosa	8 780 246 126	8 780 246 126		
03.h./48cl	Estatdo e outros entes públicos	2 081 675 596		2 081 675 596	3 684 222 820
	Défice do ex-FAT				7 575 107 854
48.b	Outros devedores	276 727 683 987		276 727 683 987	18 568 527 063
		290 438 471 510	8 780 246 126	281 658 225 384	91 401 563 013
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria				600 000 000
					600 000 000
	Depósitos bancários e caixa:				
	Caixa	184 355 814		184 355 814	2 796 795 744
		184 355 814		184 355 814	2 796 795 744
48.a.	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
	Acrescimos de provelhos	167 794 530		167 794 530	12 182 781 572
03.g.	Custos diferidos	1 135 288 730		1 135 288 730	13 018 983 771
		1 303 083 260		1 303 083 260	25 201 765 343
	Total de Amortizações		11 180 790 162		
	Total de Provisões		16 780 246 126		
	<b>Total do Activo</b>	<b>2 284 006 173 510</b>	<b>27 941 036 288</b>	<b>2 256 065 137 222</b>	<b>2 247 209 988 828</b>

DIRECÇÃO-CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL

O Técnico de Contas

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL

Manuel de Jesus Martins

Unidade: Escudos

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Notas		Exercícios	
		1994	1993
40	<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
35./36./38	Capital	600 000 000 000	250 000 000 000
48.f.	Ajust. partes de cap. em filiais e assoc.	3 816 418 417	547 570 280
39	Reservas de avaliação	464 247 128 522	782 580 865 651
	Reservas:		
	Reservas legais	34 463 624 151	86 437 715 520
	Outras	25 669 590 637	25 669 590 637
	Resultados transferidos	1 331 982 041	974 956 908
	Subtotal	1 129 328 741 768	1 146 210 698 996
	Resultado líquido do exercício	30 104 920 974	18 268 011 821
	Total do Capital Próprio	1 159 433 662 742	1 164 478 710 817
	<b>PASSIVO:</b>		
48 d	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para pensões		
	Outras provisões p/ riscos e encargos	1 249 564 616	1 253 688 481
		1 249 564 616	1 253 688 481
	Dividas a terceiros - Médio L/ Prazo:		
29.	Empréstimos p/ obrigações - não convert.	79 585 000 000	126 185 000 000
29.	Dividas a instituições de crédito	521 482 884 207	643 265 007 250
29.	Outros credores		11 916 824 645
23./48.c.f.	Correcção de Hidraulicidade	77 688 062 887	8 184 439 084
03.e.	Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos	951 000 000	3 957 418 000
	Conta de regularização - (DL 344-B/82)		19 398 408 465
		679 706 947 094	812 907 097 444
	Dividas a terceiros - Curto Prazo:		
	Empréstimos p/ obrigações - não convert.	21 932 500 000	5 250 000 000
	Dividas a instituições de crédito	148 772 575 655	104 388 188 398
	Adiantamentos por conta de vendas		75 000
	Fornecedores c/c	401 664 263	12 306 127 367
	Fornecedores - Fact. em recepção e conf.	294 667 304	2 489 316 581
	Outros acionistas (Sócios)		
	Adiantamentos de clientes		
48 b.	Fornecedores de imobilizado c/c	217 185 024	19 131 345 347
	Estado e outros entes públicos	264 424 278	2 647 762 282
	Outros credores	226 300 324 281	17 546 416 913
		398 183 340 805	163 759 231 898
48.a.	Acrescimos e Diferimentos:		
	Acrescimos de custos	17 491 621 965	36 048 056 208
	Proveitos diferidos		68 765 203 980
		17 491 621 965	104 813 260 188
	Total do Passivo	1 096 631 474 480	1 082 733 278 011
	<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>2 256 065 137 222</b>	<b>2 247 209 988 828</b>

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia - Presidente  
 Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Vice-Presidente  
 José Filipe de Mendonça Alheyde do Carvalho  
 José António de Matos Taborda Farinha  
 José Manuel Machado Saldanha Bento  
 António Ramos da Silva Vidigal  
 Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães



Unidade: Escudos

## PROVEITOS E GANHOS

Notas	Exercícios	
	1994	1993
Vendas		
De energia eléctrica		464 327 622 451
Outras		1 440 674 715
03.1./44. Prestações de serviços	5 695 825 468	3 119 251 695
	5 695 825 468	4 688 875 488 661
Variação da produção		
Produtos e trabalhos em curso:		
Existências finais		289 302 085
Existências iniciais		266 242 347
		23 059 738
Trabalhos para a própria empresa		63 667 035
		82 480 202 344
Proveitos suplementares	1 986 337 189	2 038 860 976
Subsídios à exploração		532 556 082
Outros proveitos e ganhos operacionais	80 708 954	253 005 724
Correcção hidráulica - dif. do exerc. - Provelto		7 355 886 052
Correcção de hidráulicidade - Bonificação		
	2 067 046 143	10 180 308 834
	7 826 538 646	561 571 119 777
B - Proveitos e Ganhos Operacionais		
45. Proveitos e ganhos financeiros		
Ganhos em empresas do grupo e associadas		
Rendimentos de participações de capital	29 325 882 880	26 687 386
Rendim. de tit. negoc. a out. aplic. financ.	1 065 551 262	1 032 321 264
03.k. Outros juros e proveitos similares	82 760 144 428	5 978 562 916
Diferenças de câmbio favoráveis	15 484 083 116	19 992 947 808
03.h. Juros s/ défice do ex-FAT	281 156 227	2 746 617 829
Juros de correcção de hidráulicidade	128 936 817 913	29 777 137 203
	136 763 356 559	591 348 256 980
D - Proveitos e Ganhos Correntes		
46. Proveitos e ganhos extraordinários		
Ganhos em imobilizações	8 164 441	3 821 644 243
Reduções de amortizações e de provisões	6 795 660	2 066 005 976
Correcções relat. a exercícios anteriores	126 058 515	1 085 721 390
Outros proveitos e ganhos extraordinários	13 567 432	7 808 106 765
	154 586 048	14 781 498 374
F - PROVEITOS TOTAIS	136 917 942 607	606 129 755 354
	- 2 092 696 964	222 867 811 003
	32 993 065 309	- 175 551 602 585
	30 900 368 345	47 316 208 418
	30 104 920 974	18 266 011 821
	30 104 920 974	18 266 011 821

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia - Presidente

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado - Vice-Presidente

José Filipe de Mundaça Athayde do Carmo

José António de Matos Teborda Farinha

José Manuel Machado Saldanha Bonto

António Ramos da Silva Vidigal

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

## ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 94.12.31

### 00 – Nota Introdutória

#### a) Cisão da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., e criação do Grupo EDP

No cumprimento do disposto nos Decretos-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro e 131/94 de 19 de Maio, o Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., elaborou um Plano Geral de Cisões da Empresa, o qual foi apreciado e aprovado por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas reunida no dia 18 de Agosto de 1994.

Em consequência do atrás exposto foi criado o Grupo EDP cuja gestão estratégica é assegurada pela Empresa enquanto Holding do Grupo.

#### b) Objecto e detentores do capital

A EDP - Electricidade de Portugal, S.A., tem por objecto, tal como definido no n.º 1 do art.º 2.º dos seus estatutos (Anexo I do Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro), a produção, o transporte, a distribuição e a venda de energia eléctrica em Portugal, em conformidade com as licenças, concessões ou autorizações de que for titular, é totalmente detida pelo Estado Português (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos) e as acções representativas do seu capital só poderão ser transmitidas para outros entes públicos (conforme Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro).

Em resultado do processo de cisão referido na nota anterior, a EDP - Electricidade de Portugal, S.A., manteve o seu objecto social, sendo o mesmo exercido directa ou indirectamente pelo domínio na gestão das novas sociedades.

#### e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As Notas números 05, 09, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 41, 42 e 47 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

### 01 – Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e, especialização dos exercícios.

### 02 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Em consequência do processo de cisão referido na Nota 00.a), procedeu-se ao destaque da quase totalidade dos activos e passivos avaliados conforme descrito na Nota 12, com excepção dos Empréstimos, constantes do Balanço da EDP em 93.12.31 para as novas sociedades constituídas.

As Imobilizações Corpóreas foram assim substituídas por Investimentos Financeiros, correspondentes ao valor dos activos líquidos de passivos destacados para as novas Empresas.

Por outro lado procedeu-se à afectação interna, em termos de Grupo, da Dívida de Financiamento pelas Empresas, sendo este valor relevado no Activo da EDP na rubrica de Accionistas – Empréstimos.

Também no que se refere à actividade operacional, a mesma foi transferida para as Empresas resultantes da cisão atrás referida.

Assim, a Demonstração de Resultados, encontra-se substancialmente alterada relativamente ao ano anterior, quer em termos de resultados operacionais, quer em termos de Resultados Financeiros.

Desta forma, as Demonstrações Financeiras da Empresa não são comparáveis, só o sendo nas Contas Consolidadas que a Empresa irá preparar, atendendo a que o universo das Empresas nelas incluídas equivale à universalidade dos activos, passivos, custos e proveitos constantes das Demonstrações Financeiras da EDP do exercício de 1993.

### 03 – Critérios contabilísticos e valorimétricos

#### a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Não existem imobilizações em trespasses.

#### b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art.º 39.º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.07 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea f) desta mesma nota.

#### c) Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

As imobilizações corpóreas adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as correspondentes responsabilidades estão reconhecidas no Balanço. Consequentemente, as amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registados na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.

As amortizações destes bens são calculadas como indicado na alínea anterior.

#### d) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital em filiais e associadas, estão mostrados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, com excepção da Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, que está mostrada pelo valor do custo, líquido de uma provisão para fazer face a esperadas perdas de valor.

Os investimentos em imóveis estão mostrados pelo valor resultante da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão mostrados pelo valor de custo.

Os rendimentos são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

e) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Encontra-se aqui relevado o projecto hidroeléctrico do Alqueva.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado neste aproveitamento, é determinado pela aplicação de uma percentagem provisória (65 %) sobre os custos directos acumulados à data do Balanço.

A participação recebida do Estado relativamente a este aproveitamento é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

f) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se quase inteiramente com financiamentos externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 04), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas em resultados do exercício.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como, com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos.

h) Ex-Fundo de Apoio Térmico

O adicional à tarifa de venda de energia eléctrica para regularização do défice do ex-FAT é, nos termos da legislação que o regula, contabilizado directamente a crédito do ex-Fundo de Apoio Térmico. Como indicado na Nota 48.c.ii, o ex-FAT foi debitado no exercício pelos encargos financeiros, considerados como proveitos da Empresa, referentes ao saldo existente. O valor líquido movimentado no exercício a crédito destinou-se a recuperar o défice acumulado em exercícios anteriores.

O défice do ex-Fundo de Apoio Térmico foi totalmente recuperado no exercício. No cumprimento do disposto no art.º 3 do Decreto-Lei n.º 20/94 de 26 de Janeiro, o remanescente do adicional cobrado no exercício foi absorvido pelo *nível de referência* da Correção de Hidraulicidade (Nota 48.c.i.).

A conta do ex-FAT foi eliminada definitivamente do Balanço da Empresa.

i) Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado, e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente.

Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável (Nota 48.c.i.).

Em conformidade com o atrás indicado, o Grupo EDP corrige anualmente os seus resultados líquidos, de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas.

O valor anual da correcção de hidraulicidade, constituído por custos ou proveitos, engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da correcção de hidraulicidade;
- Uma parcela, que constituirá um proveito ou custo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos igual a um adequado nível de referência;

No exercício estas custos e proveitos foram suportados pelas Empresas do Grupo.

O saldo acumulado emergente dos custos e proveitos englobados no valor anual da correcção de hidraulicidade, conforme indicado na Nota 48.c.i, é mostrado numa conta de passivo a médio e longo prazo.

#### j) Accionistas – Empréstimos

Conforme referido na Nota 02 a Dívida de Financiamento foi na sua totalidade afectada internamente, em termos de Grupo, às Empresas, sendo mostrada nesta rubrica.

#### k) Custos e Proveitos Financeiros

Conforme referido na Nota 02 os Empréstimos foram mantidos no Balanço, e os respectivos encargos financeiros na Demonstração de Resultados.

Também como referido na citada nota, foi a Dívida de Financiamento afectada às Empresas do Grupo, sendo os encargos com esta dívida recuperados por débito dos mesmos em função do serviço da dívida de cada uma das Empresas e contabilizados em proveitos financeiros.

#### l) Serviços de Gestão da EDP como Holding do Grupo

Os serviços de gestão do Grupo prestados pela EDP, são facturados às Empresas de acordo com a sua natureza, e em função da sua utilização. Assim, pela aplicação deste critério os custos de funcionamento da Empresa são recuperados na totalidade.

### 04 – Câmbios utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD.....	159,093	MOP.....	19,962	DKK.....	26,151
DEM.....	102,707	NLG.....	91,710	IEP.....	246,13
FRF.....	29,786	BEF.....	4,9972	GRD.....	0,6621
GBP.....	248,879	CHF.....	121,360	CAD.....	113,29
ESP.....	1,2088	JPY.....	1,5958	ATS.....	14,596
XEU.....	195,174	SEK.....	21,337	FIM.....	33,570
ITL.....	0,09799	NOK.....	23,533	ZAR.....	44,887
				AUD.....	123,42

### 06 – Impostos sobre o Rendimento

A EDP e as suas filiais serão tributadas em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano

considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1990. No entanto não é previsível qualquer liquidação adicional em relação aos exercícios de 1991 a 1993.

### 07 – Pessoal ao Serviço da Empresa

A EDP não dispõe de quadro de pessoal próprio, os trabalhadores que se encontram ao seu serviço, encontram-se na situação de requisitados e/ou cedidos de outras Empresas do Grupo.

### 08 – Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com estudos e projectos.

### 10 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

#### a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Fim!
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
Despesas de Instalação	3 915 897	-3 915 897	128 857			128 857
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	250 469	-250 469				
Propriedade Industrial e Outras Direitas	30 256	-30 256				
Trespasas	12 500	-12 500				
Diferenças de Câmbio	6 956	-6 956				
<b>Total (1)</b>	<b>4 216 078</b>	<b>-4 216 078</b>	<b>128 857</b>			<b>128 857</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	72 616 159				-72 616 159	
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>72 616 159</b>				<b>-72 616 159</b>	
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	7 172 004	11 884 544	724		-7 045 036	11 212 236
Edifícios e Outras Construções	44 514 130	10 962 381			-37 287 457	18 189 054
Equipamento Básico	3 144 873 642	468 759 494			-3 613 633 136	
Equipamento Técnico Específico	3 137 848 000	468 759 494			-3 606 607 494	
Produção da Electricidade	1 785 453 729	300 040 762			-2 085 494 491	
Produção Hidroeléctrica	1 045 709 519	407 645 173			-1 453 354 692	
Produção Termoeléctrica	735 663 147	-108 804 379			-628 858 768	
Aprov. Fina Múltiplas (parte n/ afecta)	4 081 063	-800 032			-3 281 031	
Transporte de Electricidade	284 483 224	-26 138 954			-258 344 270	
Distribuição de Electricidade	1 067 911 047	194 857 688			-1 262 768 733	
Outro Equipamento Básico	7 025 642				-7 025 642	
Equipamento de Transporte	9 313 445		105 036	-25 999	-9 159 995	232 487
Ferramentas e Utensílios	2 249 794		253		-2 242 274	7 773
Equipamento Administrativo	24 220 115		230 999		-13 639 071	10 812 043
Taras e Vasilhame	15				-15	
Diferenças de Câmbio	12 737 061				-12 717 314	19 747
Outras Imobilizações Corpóreas	580 216				-579 369	847
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>3 245 660 422</b>	<b>491 606 419</b>	<b>337 012</b>	<b>-25 999</b>	<b>-3 697 103 667</b>	<b>40 474 187</b>
Imobilizações em Curso	1 10 005 128	-18 691 333	3 737 706		-88 330 302	6 721 199
Aprov. Fina Múltiplas (parte n/ afecta)	1 231 813	586	109 291		-29 969	1 311 721
Adiantamentos p/e de Imobilizações em Curso	194 793	-122 295			-72 498	
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>1 11 431 734</b>	<b>-18 813 042</b>	<b>3 846 997</b>		<b>-88 432 769</b>	<b>8 032 920</b>
<b>Total (2)</b>	<b>3 429 708 315</b>	<b>472 793 377</b>	<b>4 184 009</b>	<b>-25 999</b>	<b>-3 858 152 595</b>	<b>48 507 107</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
Partes de Capital	14 344 732		1 125 727 694		28 217 591	1 168 290 017
Investimentos em Imóveis	107 381				-107 381	
Outras Aplicações Financeiras	1 867 800		15 548	-497 067		1 386 281
<b>Total (3)</b>	<b>16 319 893</b>		<b>1 125 743 242</b>	<b>-497 067</b>	<b>28 110 230</b>	<b>1 169 876 298</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>3 450 244 286</b>	<b>468 577 289</b>	<b>1 130 056 108</b>	<b>-523 066</b>	<b>-3 830 042 365</b>	<b>1 218 312 262</b>

## b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de Instalação	3 381 031	-3 381 031			
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	80 104	-80 104			
Propriedade Industrial e Outros Direitos	750	-750			
Trespases					
Diferenças de Câmbio	3 131	-3 131			
<b>Total (1)</b>	<b>3 465 016</b>	<b>-3 465 016</b>			
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	53 217 751			-53 217 751	
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>53 217 751</b>			<b>-53 217 751</b>	
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>					
Edifícios e Outras Construções	14 481 336	4 825 716	399 548	-13 436 254	6 270 346
Equipamento Básico	1 254 168 254	346 248 816		-1 600 417 070	
Equipamento Técnico Específico	1 248 847 829	346 248 816		-1 595 096 645	
Produção de Electricidade	655 585 674	269 148 471		-924 734 145	
Produção Hidroeléctrica	399 414 192	236 337 376		-635 751 568	
Produção Termoelectrica	256 171 482	32 811 095		-288 982 577	
Transporte de Electricidade	116 351 742	-3 027 360		-113 324 382	
Distribuição da Electricidade	476 910 413	80 127 705		-557 038 118	
Outro Equipamento Básico	5 320 425			-5 320 425	
Equipamento de Transporte	6 723 743		21 995	-6 648 931	56 807
Ferramentas e Utensílios	1 888 687		334	-1 862 082	6 939
Equipamento Administrativo	12 143 659		1 606 268	-8 967 667	4 782 260
Taras e Vasilhame	2			-2	
Diferenças de Câmbio	217 016		395	-213 067	4 344
Outras Imobilizações Corpóreas	261 691		391	-261 989	93
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>1 289 864 368</b>	<b>351 074 532</b>	<b>2 028 932</b>	<b>-1 631 807 062</b>	<b>11 160 790</b>
<b>Total (2)</b>	<b>1 343 082 139</b>	<b>351 074 532</b>	<b>2 028 932</b>	<b>-1 685 024 813</b>	<b>11 160 790</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Partes de Capital	8 000 000				8 000 000
Investimentos em Imóveis	53 467			-53 467	
<b>Total (3)</b>	<b>8 053 467</b>			<b>-53 467</b>	<b>8 000 000</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>1 354 600 622</b>	<b>347 609 516</b>	<b>2 028 932</b>	<b>-1 685 078 280</b>	<b>19 160 790</b>

## 12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em Imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 118-B/86	Decreto-Lei n.º 264/92
Decreto-Lei n.º 399-G/84	Decreto-Lei n.º 111/88	Decreto-Lei n.º 7/91

**Nota:** O Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisões simples a partir da EDP, dispunha no seu art.º 8.º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito, e, sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92 de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

### 13 – Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, com os respectivos custos históricos é a seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>			
Terrenos e Recursos Naturais	2 024 092	9 186 144	11 212 236
Edifícios e Outras Construções	2 872 776	9 045 932	11 918 708
Equipamento de Transporte	135 468	212	135 680
Ferramentas e Utensílios	814	20	834
Equipamento Administrativo	5 903 565	126 218	6 029 783
Diferenças de Câmbio	15 403	0	15 403
Outras Imobilizações Corpóreas	754	0	754
<b>Total</b>	<b>10 952 872</b>	<b>18 360 526</b>	<b>29 313 398</b>

### 15 – Imobilizações Corpóreas em Regime de Locação Financeira

Tal como está indicado na Nota 03.c) as Imobilizações Corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídos no Balanço, são os seguintes:

Rubricas	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento de Transporte	136 791	27 897	108 894

### 16 – Investimentos Financeiros

A EDP - Electricidade de Portugal, S.A. procede à consolidação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, nos termos do Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho.

Indicam-se de seguida os investimentos financeiros em Empresas filiais e associadas:

Denominação Social e Sede	Capital Detido (%)	Capital Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. Avenida Defensores de Chaves, 4, Lisboa	100,00	493 730 296 349	1994	9 274 480 582
REN - Rede Electrica Nacional, S.A. Avenida Estados Unidos da América, 55, 12.º, Lisboa	100,00	214 555 906 002	1994	2 008 845 414
EN - Electricidade do Norte, S.A. Rua Gonçalo Cristóvão, 216, Porto	100,00	135 829 087 043	1994	4 328 421 594
CENEL - Electricidade do Centro, S.A. Avenida do Brasil, 1, Coimbra	100,00	101 026 961 596	1994	3 877 989 036
LTE - Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43, Lisboa	100,00	86 347 947 378	1994	6 071 816 204
SLE - Electricidade do Sul, S.A. Rua Dom Francisco Manuel de Melo, 23-A, Lisboa	100,00	87 773 072 940	1994	3 446 778 070
INTERNEL - Electricidade de Portugal Internacional, S.A. Avenida Estados Unidos da América, 55, 10.º, Lisboa	100,00	116 020 009	1994	34 783 527
ENERGIA, RE Luxembourg, 5 Place de la Gare	99,998	249 554 991	1994	Sem actividade no exercício (constituído em 94.11.07)

Escudos

## Investimentos Financeiros (cont.)

Escudos

Denominação Social e Sede	Capital Detido (%)	Capitais Próprios	Resultado do Exercício	
			Ano	Valor
Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda. Av. Dr. Mário Soares, 25, 1.º, compartimento 13 Macau	99,00	620 042 697	1993	235 779 289
EDALPRO - Imobiliária, Lda. Avenida José Malhoa, Lote A, 13, Lisboa	90,00	165 205	1994	23 186 874
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Avenida José Malhoa, Lote A, 13, Lisboa	75,00	200 000 000	1994	-3 001 020
Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia Canas de Senhorim	70,00	318 005 965	1993	-1 897 526
ECONOLER - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. Rua Guerra Junqueiro, 495, S/L, Porto	50,17	175 865 671	1994	11 949 682
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda. Rua D. Estelânia, 48, 3.º, Lisboa	47,77	489 900	1993	-261 720
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36, Porto	40,00	800 000 000	1994	14 622 976
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Avenida Estados Unidos da América, 55, 2.º, Lisboa	40,00	740 257 087	1994	82 263 109
EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	40,00	503 659 081	1994	64 659 720
LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4, Sacavém	40,00	550 332 719	1994	2 487 916
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S.A. Rua Cova da Moura, 2, 4.º, Lisboa	40,00	99 869 961	1994	138 671 925
SÁVIDA - Medicina Apoiada, S.A. Avenida Casal Ribeiro, 15, Lisboa	40,00	115 008 493	1994	91 493 802
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A. Largo do Depósito, 4, Sines	40,00	2 136 665 989	1994	1 186 546 194
TRANSGÁS - Sociedade Portuguesa do Gás Natural, S.A. Avenida Marçal Gomes da Costa, Lisboa	29,00	5 000 000 000	1993	-10 031 000
TANQUIFOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, Lda. Parque Industrial da Quilimparque, Barreiro	28,89	586 798 000	1993	8 374 000

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício

## 29 - Dívidas a Terceiros - Médio e longo prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	1994		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	64 435 000	15 150 000	79 585 000
Dívidas a Instituições de crédito	393 226 160	128 256 724	521 482 884
Correcção de Hidraulicidade		77 688 063	77 688 063
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		951 000	951 000
	457 661 160	222 045 787	679 706 947
	1993		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	101 135 000	25 050 000	126 185 000
Dívidas a Instituições de crédito	510 212 549	133 052 458	643 265 007
Outros credores	17 547	11 899 278	11 916 825
Cauções recebidas de clientes		11 899 278	
Outras cauções recebidas	17 547		
Correcção de Hidraulicidade		8 184 439	8 184 439
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		3 957 418	3 957 418
Conta de Regulariz. (DL 344-B/82)	10 480 900	8 917 508	19 398 408
	621 845 996	191 061 101	812 907 097

### 31 – Compromissos Financeiros

- a) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a EDP - Electricidade de Portugal, S.A., e o BPI - Banco Português de Investimento, S.A., por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juro:

Montante a ceder pela Empresa.....	5 000 000 000 00 PTE
Montante a ceder pelo BPI.....	27 529 098 26 ECU
Taxa de juro a pagar pela Empresa.....	17,5 %
Taxa de juro a pagar pelo BPI.....	a fixar semestralmente com base na taxa de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.

#### b) Financiamentos com contratos SWAP

A Empresa ao efectuar contratos de SWAP sobre empréstimos obtidos em moeda estrangeira, procede à conversão da sua moeda de responsabilidade, e é em relação a esta que efectua a actualização de saldos expressos em moeda estrangeira aos câmbios oficiais à data do Balanço.

Assim, encontra-se expressa no Balanço a responsabilidade (contrapartida em escudos e actualização cambial) derivada do contrato de SWAP e não a do empréstimo inicial.

Indicam-se no quadro seguinte os empréstimos com contratos de SWAP:

											Escudos
Empréstimo inicial			Contratos de SWAP								Data de Vencimento Final
Instituição	Divisa	Montante	EDP - recebe				EDP - paga				
			Instituição	Divisa	Montante	Taxa de Juro	Instituição	Divisa	Montante	Taxa de Juro	
BOT	JPY	15 000 000 000	SWISS BANK CORP.	JPY	15 000 000 000	5,80 %	SWISS BANK CORP.	PTE	16 000 000 000	13,1875 %	1997.02.28
BOT	JPY	15 000 000 000	MERRILL LYNCH	JPY	15 000 000 000	5,70 %	MERRILL LYNCH	DEM	217 497 103	LIBOR - 55 bp (5/8) AUD\$ 115 874 853	1993.02.22
NEPPON	JPY	10 000 000 000	CITIBANK	JPY	10 000 000 000	4,10 %	CITIBANK	PTE	11 000 000 000	14,125 %	1996.03.30
BOT	DEM	100 000 000	BOT	DEM	100 000 000	7,1428 %	BOT	DEM	100 000 000	LIBOR + 14 bp	1996.08.28
			BOT	DEM	100 000 000	LIBOR + 14 bp	CGO	PTE	10 174 600 000	LIBSDR + 12,5 bp	1996.08.26
JLC	USD	77 280 000	BPI e DBI	USD	77 280 000	LIBOR	BPI e DBI	PTE	11 166 960 000	13,0625 %	1996.12.18
ISJ	JPY	2 700 000 000	PARIBAS	JPY	2 700 000 000	5,00 %	PARIBAS	USD	18 777 384	LIBOR - 11,5 bp	1999.05.17
			CRÉDIT LYONNAIS	USD	18 777 384	LIBOR - 11,5 bp	CRÉDIT LYONNAIS	ESP	2 614 187 356	7,05 %	1999.05.17
			CITYBANK	ESP	2 614 187 356	7,05 %	CITIBANK	PTE	3 280 543 712	8,35 %	1999.05.17
SUMITOMO	DEM	318 304 600	CITIBANK	DEM	168 304 600	LIBOR + 17,5 bp	CITIBANK	PTE	17 287 911 903	9,23 %	1999.08.18
			CISF	DEM	150 000 000	LIBOR + 17,5 bp	CISF	PTE	15 439 500 000	9,09 %	1999.08.18
BAYERISCHE	DEM	188 398 238	CISF	DEM	188 398 238	LIBOR + 22,5 bp	CISF	PTE	18 915 183 045	8,95 %	1999.09.25
BEI	PTE	6 500 000 000	CITIBANK	PTE	6 500 000 000	10,25 %	CITIBANK	PTE	6 500 000 000	LIBSDR - 110 bp	2001.09.15
BEI	ECU	45 006 871	CISF	ECU	45 006 871	8,25 %	CISF	PTE	8 767 338 362	LIBSDR - 25 bp	2001.11.20
BEI	DEM	46 849 080	CRÉDIT LYONNAIS	DEM	46 849 080	7,15 %	CRÉDIT LYONNAIS	PTE	4 773 921 240	LIBSDR - 47 bp	2001.11.20
BEI	DEM	33 624 713	BBY	DEM	33 624 713	6,85 %	BBY	PTE	3 419 566 046	LIBSDR - 60 bp	2001.12.10

#### c) Operações FORWARD

Instituição	EDP - Vende		EDP - Recoba		Data do Pagamento
	Divisa	Montante	Divisa	Montante	
CITIBANK	ECU	27 529 093	PTE	5 692 190 560	95.05.14
BPA	PTE	8 220 000 000	USD	50 000 000	95.07.31
BPA	USD	77 280 000	PTE	13 176 240 000	96.12.18
CITIBANK	JPY	13 125 000 000	PTE	20 803 125 000	97.02.28
CITIBANK	JPY	15 000 000 000	DEM	218 023 256	99.02.22

**34 – Movimento das Provisões**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Para dívidas de clientes	76 051 741	0	67 271 495	8 780 246
Para outras dívidas de terceiros	159 903	0	159 903	0
Para riscos e encargos	1 253 688	11 879	15 803	1 249 565
Para investimentos financeiros	8 000 000	0	0	8 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>85 465 333</b>	<b>11 879</b>	<b>67 447 201</b>	<b>18 029 811</b>

As reduções verificadas em *Dívidas de clientes* e *Outras dívidas de terceiros* ocorreram por transferência, em resultado da cisão, para as novas Empresas.

**35 – Capital – Forma como se realizou o aumento do capital social no exercício**

O aumento do capital social verificado no exercício ocorreu por incorporação de reservas de reavaliação.

**36 – Capital – N.º de Acções e Valor Nominal**

O capital está representado por 600 000 000 acções escriturais nominativas de 1000\$00 cada, encontrando-se totalmente realizado.

**37 – Capital – Detentores**

O capital é detido a 100 % pelo Estado Português.

**38 – Capital – N.º de Acções e Valor Nominal subscritas no exercício**

No exercício foram subscritas 350 000 000 acções escriturais nominativas de 1000\$00.

**39 – Movimento das Reservas de Reavaliação**

A Empresa procede à reavaliação do seu imobilizado corpóreo e dos investimentos financeiros em imóveis (Notas 03.b e 03.d) com base nos respectivos diplomas legais, tendo procedido à última no exercício de 1994, em referência a valores de 31 de Dezembro de 1990, actualizados para 31 de Dezembro de 1992, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Abril.

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo Inicial.....	782 580 866
Redução por incorporação no capital social.....	(350 000 000)
Aumento por reavaliação ao abrigo do DL 7/91 .....	31 666 263
Saldo final .....	464 247 129

Estas reservas só podem ser utilizadas para aumento do capital social.

**40 – Movimentos dos Capitais Próprios**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	250 000 000	350 000 000	0	600 000 000
Reservas de Reavaliação	782 580 866	31 666 263	350 000 000	464 247 129
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas	547 570	3 068 846	0	3 616 416
Reservas				
Reserva Legal	4 222 068	1 826 600	0	6 048 668
Reserva para Investimentos	60 364 102	1 826 600	55 627 291	6 563 411
Reserva para Fins Sociais	591 322	0	0	591 322
Reserva – DL 48031 e DL 46917	21 260 223	0	0	21 260 223
Reserva por Actividades Transferidas para a EDP	25 569 591	0	0	25 569 591
Resultados Transitados	974 957	18 268 012	17 908 987	1 331 982
Resultado Líquido do Exercício	18 268 012	30 104 921	18 268 012	30 104 921
<b>TOTAL</b>	<b>1 164 476 711</b>	<b>436 759 242</b>	<b>441 802 290</b>	<b>1 159 433 663</b>

- a) Em conformidade com os estatutos da EDP a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10 % dos lucros a apropriar. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.
- b) Em conformidade com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública, a Reserva para Investimentos era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10 % dos lucros a apropriar.

A redução desta reserva verificou-se pela transferência do valor referente a *Participações no custo das instalações*, que de acordo com o estatuto da EDP enquanto Empresa Pública, e até 1990, era contabilizado nesta Reserva, para a rubrica de *Acréscimos e Diferimentos – Projeitos Diferidos – Subsídios ao Investimento*.

- c) De acordo com os estatutos da EDP enquanto Empresa Pública a Reserva para Fins Sociais era obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5 % dos lucros a apropriar, não podendo a mesma ser utilizada sem audição prévia dos trabalhadores através da respectiva estrutura representativa.
- d) As Reservas do DL 46031 e DL 46917 – para Autofinanciamento e para Complemento de Amortização Financeira – foram constituídas em conformidade com disposições contidas nos contratos dos empréstimos concedidos pelo International Bank of Reconstruction and Development, cujos capitais em dívida foram totalmente reembolsados no exercício de 1991.
- e) A Reserva por Actividades Transferidas para a EDP corresponde ao valor líquido dos Imobilizados afectos ao aproveitamento hidroeléctrico do Lindoso, ao valor líquido do património da Empresa Industrial do Freixo S.A., extinta em 1992 e integrada no património da EDP, e ao montante de regularização dos patrimónios das entidades integradas na EDP. Para além disso, foi até 1990 reforçada com as amortizações dos imobilizados em regime de concessão.
- f) O movimento do exercício dos Resultados Transitados foi o seguinte:

Saldo inicial .....	974 957	
Transferência do resultado do exercício de 1993 .....	18 266 012	
Por aplicação em:		
Reserva Legal .....	1 826 600	
Reserva para Investimentos .....	1 826 600	
Dividendos .....	9 200 000	
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes.....	24 810	
Distribuição de Resultados aos Trabalhadores.....	2 771 000	(15 649 010)
Regularizações diversas.....		(2 259 977)
Saldo final .....		1 331 982

- g) A proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 1994 é a seguinte:

Dividendos .....	15 200 000
Reserva Legal.....	3 010 492
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes .....	35 050
Resultados Transitados .....	11 859 379

#### 43 – Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

	1994	1993
Conselho de Administração.....	104 076	85 274
Conselho Fiscal.....	4 648	4 648
Mesa da Assembleia Geral.....	220	220
Total.....	108 944	90 142

#### 44 – Prestações de Serviços

O valor evidenciado na Demonstração de Resultados refere-se à prestação de Serviços de Gestão das Empresas do Grupo.

#### 45 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1994	1993		1994	1993
Juros Supridados	77 508 438	115 698 273	Juros Obtidos	83 461 409	4 470 954
Perdas em empresas do grupo e associadas	2 251	0	Rendimentos de Imóveis	372 330	36 962
Amortizações de Investimentos em Imóveis	0	2 147	Rendimentos de Participações de Capital	29 325 683	26 687
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	15 802 355	86 627 063	Diferenças de Câmbio Favoráveis	15 484 083	19 892 948
Outros Custos e Perdas Financeiras	2 630 709	3 001 257	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	1 800	471 400
			Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0	5 563
			Outros proveitos e ganhos financeiros	291 313	4 772 623
Resultados Financeiros	32 993 065	(175 551 603)			
	128 936 818	29 777 137		128 936 818	29 777 137

a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiras* inclui o montante de 2 274 038 referente a comissões de empréstimos.

b) A rubrica de *Juros Obtidos* inclui o montante de 81 932 701 referente a juros debitados a Empresas do Grupo conforme Nota 03.k).

#### 46 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1994	1993		1994	1993
Doativos	170 021	163 063	Restituição de Impostos	296	6 685
Dívidas Incobráveis	0	1 374 526	Recuperação de Dívidas	0	13 723
Perdas em Existências	0	107 936	Ganhos em Existência	0	93 227
Perdas em Imobilizações	59 737	1 241 364	Ganhos em Imobilizações	8 164	3 821 664
Multas e Penalidades	153	1 381	Benefícios de Penalidades Contratuais	0	1 39 682
Aumentos de Amortizações e Provisões	0	12 944	Reduções de Amortizações e Provisões	6 796	2 066 006
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	136 156	2 426 185	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	126 059	1 085 721
Outros Custos e Perdas Extraordinários	583 866	38 504 286	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	13 271	7 554 790
Resultados Extraordinários	(795 447)	(29 050 197)			
	154 586	14 781 498		154 586	14 781 498

#### 48 – Outras Informações

a) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimos de proveitos

Outros acréscimos de proveitos ..... 167 795

Custos diferidos

Encargos com emissão de obrigações (Nota 03.g) ..... 532 969

Outros custos diferidos ..... 602 320

1 135 289

Acréscimos de custos

Juros de empréstimos a liquidar ..... 17 439 346

Outros acréscimos de custos ..... 52 276

17 491 622

Nota: A rubrica *Subsídios para Investimento* foi transferida para as novas Empresas.

## b) Outros Devedores e Outros Credores – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

## Outros devedores

Tejo Energia – valores a regularizar .....	8 511 067
Devedores diversos – Terceiros .....	1 981 220
Devedores diversos – Empresas do Grupo .....	266 235 397
Total .....	276 727 684

## Outros credores

Tejo Energia – valores a regularizar .....	8 146 018
Credores diversos – Terceiros .....	1 514 929
Credores diversos – Empresas do Grupo .....	216 639 377
Total .....	226 300 324

## c) Correção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

## i) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1994	1993
Saldo inicial .....	8 184 439	10 000 000
Diferencial positivo debitado .....	1 162 381	7 355 886
Encargos financeiros creditados .....	863 647	469 526
Agravamento creditado (contribuição para o nível de referência do saldo da conta) .....	5 255 214	5 070 799
Transferência do saldo da conta do ex-FAT .....	2 545 902	0
Dotação extraordinária creditada (constituição do nível de referência inicial) .....	62 001 242	0
Saldo final .....	77 688 063	8 184 439

## ii) Défice do ex-FAT

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

	1994	1993
Saldo inicial .....	7 575 108	33 336 779
Encargos financeiros debitados .....	281 156	2 746 618
Adicionais à tarifa creditados .....	10 402 166	28 508 289
Transferência do saldo para a conta de Correção de Hidraulicidade .....	2 545 902	0
Saldo final .....	0	7 575 108

## d) Provisão para Riscos e Encargos

Corresponde à provisão para seguros de conta própria (quota-parte do risco assumido pela Empresa).

e) Decomposição dos *Empréstimos* por Mercado e por Moeda (\*)

	1994	1993
XEU	37 356 421	108 579 223
DEM	50 619 557	107 333 508
FRF	23 968 272	24 802 658
BEF	13 364 966	14 789 502
NLG	23 822 649	12 793 591
ESP	892 778	949 491
ITL	512 493	636 835
GBP	368 478	408 604
GRD	342 239	363 980
LUF	32 264	48 596
(1) Moedas CEE	151 280 117	270 705 988
USD	9 787 853	39 476 565
CHF	85 681 530	38 063 177
ESC	25 306 250	15 398 459
JPY	25 839 482	13 706 758
SEK	328 185	382 883
(2) Outras Moedas	146 943 300	107 027 842
(3) Mercado externo (1) + (2)	298 223 417	377 733 830
(4) Mercado interno	483 648 954	501 354 366
(5) Total (3) + (4)	781 872 371	879 088 196

(\*) Esta rubrica encontra-se decomposta no Balanço em:

- Empréstimo por obrigações - não convertíveis - médio e longo prazo
- Dívidas a Instituições de crédito - médio e longo prazo
- Empréstimos por obrigações - não convertíveis - curto prazo
- Dívidas a instituições de crédito - curto prazo

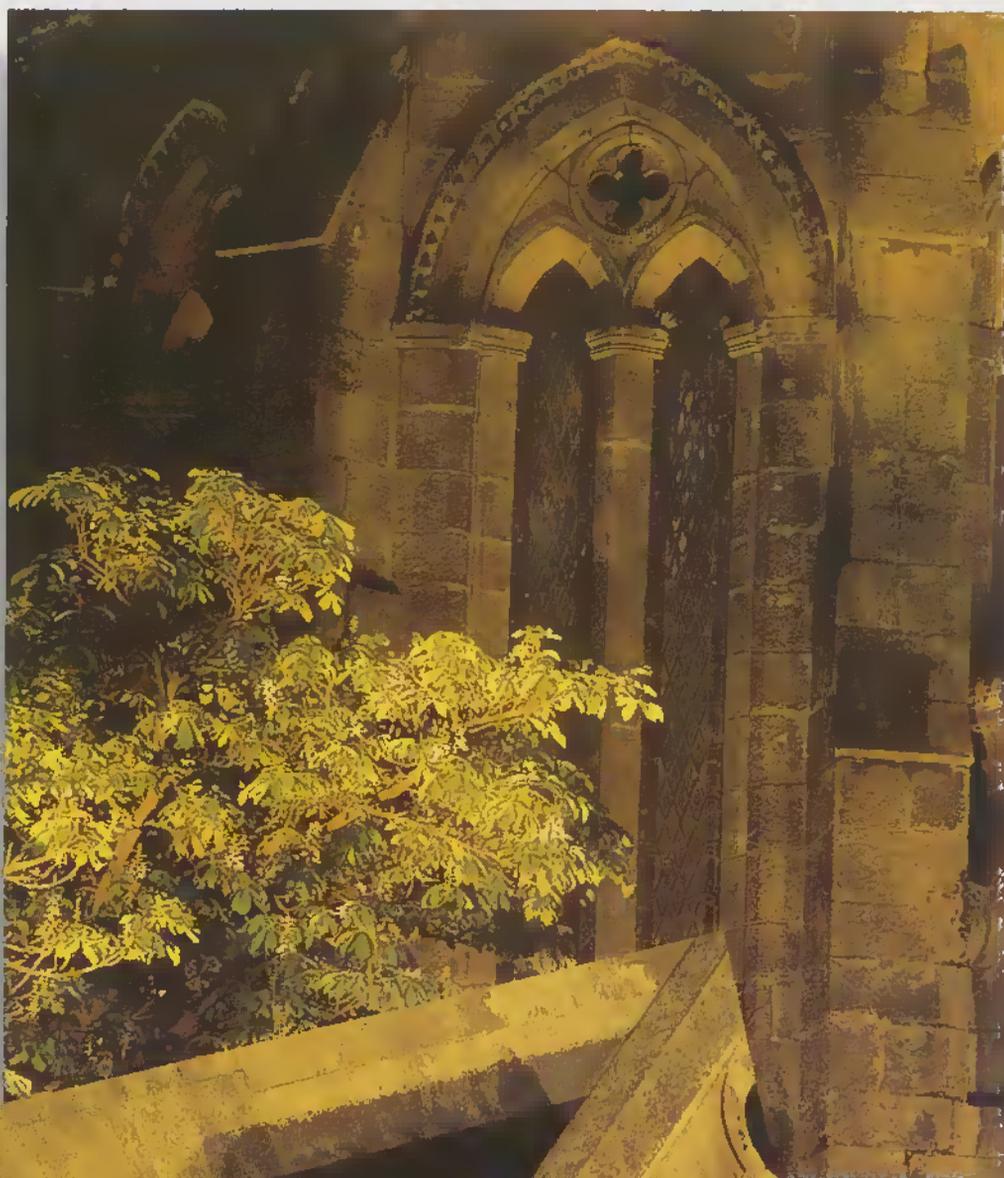
## f) Inventário das Participações Financeiras

Tipo	Saldo em 31.12.93			Aumentos			
	Quant.	Valor Unitário ajustado	Valor nominal	Valor	Quant.	Unitário	Valor
<b>PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DE GRUPO</b>				9 372 889 641			1 117 270 951 855
CPPE - Comp. P. de P. Electrec., S.A.							493 612 585 079
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.							213 572 262 852
EN - Electricidade do Norte, S.A.							135 876 491 946
CENEL - Electricidade do Centro, S.A.							100 480 859 893
LTE - Electric. de Lisboa e V. Tejo, S.A.							85 834 254 805
SLE - Electricidade do Sul, S.A.							87 603 047 380
INTERNEL	75 000	1 090	1 000	81 729 485	41 900	1 000	41 900 000
ENERGIA RE - Soc. Colva de Resseguro					49 999	Flux 1 000	249 550 000
SPE - Macau - Soc. Assist. Téc. Emp., Lda.	198 000	3 245		642 551 899			
EDALPRO	360	971	1 000	349 650			
ENERNOVA - Novas Energias, S.A.	150 000	1 005	1 000	150 812 190			
SOC. P. ELECTROMETALURGIA	1 400 327	6 008		8 413 477 390			
ECONOLER, S.A.	90 300	930	1 000	83 969 027			
<b>PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS ASSOCIADAS</b>				2 156 984 679			4 043 278 092
EMP. EDITORI ELECT. EDEL	-	-		238 802			
EDINFOR - Inicial	150 000	1 268	1 000	190 145 220	10 000	1 000	10 000 000
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A.							320 000 000
LABELC - Estudos, D. Actív. Lab., S.A.							220 332 719
MRH - Mudança e Rec. Humanos, S.A.							39 889 981
SÁVIDA - Medicina Apolada, S.A.							46 008 483
PROET - Projectos, Eng. e Tecnol., S.A.							258 387 919
PORTSINES	400 000	868	1 000	347 066 984	392 000	2 303	902 760 000
TRANSGÁS	1 450 000	1 000	1 000	1 450 000 000	2 245 920	1 000	2 245 920 000
TANQUIPOR	-	-		169 533 673			
<b>PARTES DE CAPITAL EM OUTRAS EMPRESAS</b>				2 814 857 692			336 400 000
IMOTRON - Edif. Inteligentes, S.A.	4 500	1 000	1 000	4 500 000			
EID - Emp. Inv. e Desenv. Electr., S.A.					5 000	20 000	100 000 000
VALOR SUL, S.A.	-	-	-		15 000	10 000	150 000 000
Centro p/ Conserv. Energia				10 000 000			33 000 000
TEJO ENERGIA, S.A.	100 500	9 950		1 000 000 000			
EMPRESA TÊXTIL DA AGUDA, S.A.	72 502	1 000		72 501 155			
TAGUSPARQUE	220 000	1 000	1 000	220 000 000			
ELCOGAS, S.A.	140 000	3 102		434 312 265			
NORPEDIP	100 000	1 000		100 000 000			
SULPEDIP	100 000	1 000		100 000 000			
ALIANÇA SEGURADORA	95 536	2 750		262 724 000			
SONEFE - S. Ang. Fin. Elect	13 110	500		6 554 600			
SONAE INDÚSTRIA, S.A.	57 159	965		55 179 000			
BESCL	168 780	2 833		478 210 000			
INSTIT. N. S. ENCARNÇÃO (C.E.C.)	2	500		1 000			
IPE - Inv. Part. Empres., S.A.							
1.ª fase	22 810	469		10 706 000			
2.ª fase	19 773	1 612		31 876 844			
PAP. S. PAIO OLEIROS	-	-		1 827			
NOVA CIMNOR	28	1 000	1 000	28 000			
EUROMINAS, S.A.	120	1 000	1 000	120 000			
ADISEGI	-	-		5 000 000			
COOP. CONSUMO PESSOAL - EDP	10	1 000	1 000	10 000			
AMBELIS - Ag. p/ Moderniz. Económica de Lx					400	10 000	4 000 000
BFE					38 000	1 300	49 400 000
NOVA VOUGA - Ind. Aliment.	23 133	1 000	1 000	23 133 001			
<b>OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>				1 867 800 050			15 548 000
<b>TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA</b>							
Obrig. Consol. 4% - 1940	811	2 001		1 622 454			
Obrig. Consol. 3,5% - 1941	43	998		42 909			
Obrig. Consol. 3% - 1942	441	830		365 830			
Obrig. Consol. 2 3/4% - 1943	2 813	873		1 893 281			
Obrig. Emp. EXT. 3% - 1902 (3.ª série)	5	1 460		7 300			
<b>OBRIG. TES. NAC. EXP/77</b>							
Classe VII	95	1 000		95 000			
Classe VIII	721	1 000		721 000			
Classe IX	950	1 000		950 000			
Classe X	620	1 000		620 000			
Classe XI	5	1 000		5 000			
Classe XII	89 270	1 000		89 270 000	15 548	1 000	15 548 000
Obrig. EIA/88 (TDBP-2,5%)	16 800	108 679		1 792 207 275			
<b>TOTAL</b>				16 212 532 062			1 121 666 179 047

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
O Técnico de Contas  
Carlos Manuel Fernandes de Almóida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
Manuel de Jesus Martins





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e a demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 256 065 137 contos e um total de capital próprio de 1 159 433 663 contos, incluindo um resultado líquido de 30 104 921 contos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

— a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade.

— a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

### OPINIÃO

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

### ÊNFASES

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

As demonstrações financeiras não são comparáveis com as do exercício anterior, tal como está referido na nota 02 do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, em virtude da aprovação em 1994 da cisão da Empresa, com a criação do novo Grupo Empresarial EDP.

A valorização das participações financeiras no capital de filiais e associadas pelo método de equivalência patrimonial ocasionou, em 1994, acréscimos do capital próprio e dos ganhos financeiros de cerca de 3 e de 29 milhões de contos, respectivamente, por contrapartida de Investimentos Financeiros.

Lisboa, 27 de Março de 1995

António de Moura Rodrigues, em representação de  
J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SAOC

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e em cumprimento do estabelecido nos estatutos da Sociedade, apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., relativos ao exercício de 1994.

1. Desejamos iniciar o nosso relatório referindo o facto mais relevante da vida da Empresa nos últimos exercícios: a aprovação, em Assembleia Geral realizada em 18/8/94, do Plano Geral de Cisão, proposto pelo Conselho de Administração, que reestruturando a Empresa por áreas de negócio, criou novas sociedades, sob o controlo operacional e estratégico da EDP.
2. Os bens activos e passivos destacados do património da EDP foram avaliados por uma sociedade independente, de acordo com o art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 7/91, e a cobertura por esses bens do capital das novas Sociedades, foi certificada por uma SROC, em obediência ao disposto no artigo 10.º do citado decreto-lei e ao art.º 28.º do Código das Sociedades Comerciais.
3. A referida Assembleia Geral de 18 de Agosto aprovou também que as operações efectuadas pela EDP, a partir de 1/1/94 e enquadráveis no âmbito da actividade de cada uma das novas sociedades, fossem consideradas, do ponto de vista contabilístico, como efectuadas por conta destas sociedades.
4. Ao longo do ano, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a evolução da actividade e a gestão da Empresa, participou em reuniões com o Conselho de Administração e apreciou relatórios, actas, informações, documentos, registos e livros contabilísticos, emitindo relatórios e pareceres. No final do ano, o Conselho examinou atentamente o balanço, a demonstração de resultados, o respectivo anexo e o relatório de gestão do Conselho de Administração, documentos que estão em conformidade com os registos contabilísticos, com as normas legais e estatutárias, com legislação de aplicação específica e com princípios contabilísticos geralmente aceites.
5. O relatório do Conselho de Administração descreve com grande clareza as principais linhas estratégicas, as políticas adoptadas, os esforços desenvolvidos, os factos mais significativos da vida da Empresa em 1994 e as perspectivas de evolução dos negócios do Grupo EDP.
6. Os resultados líquidos de 1994 (30,1 milhões de contos), que evidenciam um crescimento de 65 %, em relação a 1993, estão influenciados particularmente pelos resultados das filiais e das associadas, em consequência da valorização das correspondentes participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial.
7. O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer incumprimento legal ou estatutário.
8. Apreciamos o relatório anual de fiscalização elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, representante da SROC membro deste Conselho, que fica fazendo parte integrante deste relatório

e a certificação legal de contas, que merece o nosso acordo.

9. O Conselho Fiscal manifesta o seu muito apreço por todos os esclarecimentos, informações e apoios necessários ao desempenho da sua actividade, recebidos do Conselho de Administração e de todos os órgãos e pessoal com quem contactou.
10. Face ao referido anteriormente, este Conselho Fiscal é de PARECER que:
  - 1.º - Sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração de resultados e respectivo anexo, relativos a 1994.
  - 2.º - Seja aprovada a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, que obedece ao disposto na lei e nos estatutos.

Lisboa, 28 de Março de 1995

#### O CONSELHO FISCAL

Dr. Sérgio Espadas, *Presidente*  
Eng.º Manuel Luís Norton Brandão, *Vogal*  
Dr. António de Moura Rodrigues, *Vogal*,  
*em representação de J. Brandão, M. Rodrigues*  
& B. Assunção, *SROC*

**PARECER DOS AUDITORES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.**

Auditámos o Balanço de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos Resultados relativas ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras não serem comparáveis com as do exercício anterior, tal como está referido na Nota 2 do Anexo, em virtude de a Empresa ter concluído no exercício o processo de cisão com a criação de novas empresas mantendo a titularidade dos capitais nessas empresas.

Lisboa, 28 de Março de 1995

ERNST & YOUNG E CIA.

## RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO (Contas Individuais)

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria das contas e situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas de **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.** Estes documentos compreendem o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 1994 que evidenciam um total de 2 256 065 137 contos e um total de capital próprio de 1 159 433 663 contos, incluindo um resultado líquido de 30 104 921 contos, a Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Empresa a preparação dos documentos de prestação de contas, incluindo demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita à suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

### ÂMBITO

4. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
  - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
  - a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.
5. A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados do-

cumentos de prestação de contas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

#### ÉNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de as demonstrações financeiras não serem comparáveis com as do exercício anterior, tal como está referido na Nota 2 do Anexo, em virtude de a Empresa ter concluído no exercício o processo de cisão com a criação de novas empresas mantendo a titularidade dos capitais nessas empresas.

Lisboa, 28 de Março de 1995

M. Oliveira Lima & R. Neves da Silva  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
*Representada por:*  
Manuel de Oliveira Lima

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA  
GERAL DE ACCIONISTAS DA EDP-  
-ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.  
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1995.**

Acta Número Doze

«(...) Dada a palavra ao representante do accionista Estado, na qualidade de accionista único da Sociedade, Senhor Doutor Alberto Pinheiro Rifes, este votou favoravelmente o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de mil novecentos e noventa e quatro, com as ênfases expressas na Certificação Legal das Contas.

Passando ao segundo ponto da ORDEM DE TRABALHOS, ou seja, apreciar e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, o Presidente da Mesa voltou a conceder a palavra ao representante do accionista Estado, Doutor Alberto Pinheiro Rifes.

Este, no exercício do mandato que lhe foi conferido, votou favoravelmente a seguinte proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração:

• Reserva Legal..... 3 010 492 097\$00

(Três mil e dez milhões quatrocentos e noventa e dois mil e noventa e sete escudos)

• Dividendo..... 15 200 000 000\$00

(Quinze mil e duzentos milhões de escudos)

• Distribuição de Resultados  
aos Corpos Gerentes..... 35 050 000\$00

(Trinta e cinco milhões e cinquenta mil escudos)

• Resultados Transitados..... 11 859 378 877\$00

(Onze mil oitocentos e cinquenta e nove milhões trezentos e setenta oito mil oitocentos e setenta e sete escudos)

(...),»



## O MERCADO DA ENERGIA NO GRUPO EDP

### Produção de Electricidade

A quantidade de electricidade necessária para abastecer em 1994 os clientes do Grupo EDP foi, na sua maior parte, produzida nas grandes centrais hidroeléctricas e termoeléctricas geridas pela CPPE e nos pequenos aproveitamentos hidroeléctricos situados nas áreas de influência das distribuidoras e geridas pelas Empresas, ditas de produção *embebida*, HDN, HIDRO-CENEL e HIDROTEJO.

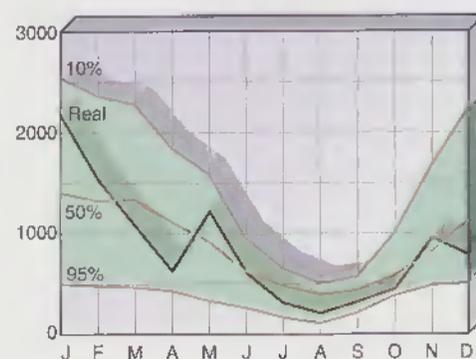
Na totalidade, a produção própria do Grupo diminuiu 8,2% em relação ao ano anterior e representou 87,8% das necessidades do consumo em 1994, como se pode observar no quadro junto.

CONSUMOS REFERIDOS À EMISSÃO	%	
	1993	1994
Emissão Hidráulica	30,2	36,1
Emissão Térmica	67,1	51,7
Aquisição a outros produtores vinculados	0,4	6,2
Saldo importador	0,6	3,2
Aquisição a autoprodutores	1,8	2,8

Em relação a 1993 verificou-se um acrés-

cimo de 22,3% na produção de origem hidroeléctrica. Este aumento resultou, não só do facto de se passar a contar com a nova Central do Caldeirão, mas sobretudo porque o ano de 1994 foi menos seco que o anterior. De facto o coeficiente de hidraulicidade situou-se em 0,90 (10% inferior à média dos regimes hidrológicos enquanto no ano anterior havia sido de 73% (ou seja 27% inferior à média).

AFLUÊNCIAS AO SISTEMA HIDROELÉCTRICO (GWh)  
Curvas de probabilidade de serem excedidas



Complementarmente, a produção térmica foi bastante inferior a 1993 (-21,3%).

Além da melhor resposta das hidroeléctricas, a redução é também devida à maior flexibilidade das importações e à contribuição da Tejo Energia.

### PRODUÇÃO DAS CENTRAIS DO GRUPO EDP

		1993	1994	Variação (%)
CPPE	<b>Centrais Hidroeléctricas</b>	<b>7 919,3</b>	<b>9 638,6</b>	<b>21,7</b>
	Sistemas Cávado - Lima	1 938,9	2 665,2	37,4
	Sistema Douro	4 877,6	5 563,6	14,1
	Sistema Tejo - Mondego	1 102,8	1 409,8	27,8
	<b>Centrais Termoeléctricas</b>	<b>19 529,9</b>	<b>15 362,8</b>	<b>-21,3</b>
	Carregado	2 413,7	815,2	-66,2
	Barreiro	399,9	334,3	-16,4
	Setúbal	5 342,9	4 409,1	-17,5
	T. Outelro	334,5	242,0	-27,7
	Sines	9 540,4	9 560,9	0,2
HDN	Pego	1 497,5	-	-100,0
	Tunes e Alto Mira	0,9	1,1	27,9
HDN		194,3	223,8	15,2
HIDROCENEL		183,3	222,7	21,5
HIDROTEJO		89,8	175,5	95,4
<b>PRODUÇÃO TOTAL</b>		<b>27 916,6</b>	<b>25 623,5</b>	<b>-8,2</b>

## REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

(%)

Ano	Grupo EDP			Outros prod. térmicos vinculados	Saldo importador	Auto produtores
	Hidráulica	Térmica	SUBTOTAL			
1985	54,9	33,2	88,1		11,7	0,1
1986	41,8	48,5	90,3		9,5	0,2
1987	43,0	42,2	85,2		14,6	0,2
1988	53,8	35,3	89,0		10,7	0,2
1989	24,5	70,5	95,0		4,9	0,2
1990	35,6	64,1	99,6		0,1	0,2
1991	33,5	65,8	99,3		0,3	0,3
1992	17,6	77,1	94,7		4,8	0,5
1993	30,2	67,1	97,2	0,4	0,6	1,8
1994	36,1	51,7	87,8	6,2	3,2	2,8

Verificar-se-á aliás que a contribuição das centrais hidroeléctricas tem sido particularmente afectada desde 1989, por força da ocorrência de uma sucessão de regimes secos em que o ano de 1992 atingiu proporções de quase calamidade nacional. A contribuição das centrais térmicas no mesmo período situou-se invariavelmente acima dos 65 % quando, num regime médio, essa contribuição deverá situar-se abaixo dos 60 %.

Note-se que ao sistema hidroeléctrico em serviço corresponde uma produtividade média anual de 11 300 GWh. No entanto, a produção pode reduzir-se para 6750 GWh, em ano seco, ou atingir 15 850 GWh, em ano húmido, o que diz bem da forte influência dos regimes hidrológicos na exploração do sistema, uma variabilidade de  $\pm 40\%$ , em torno da produtividade média.

Em todo o caso, o sistema electroprodutor tem a capacidade instalada necessária e suficiente para, com a flexibilidade disponível nas importações, com as aquisições à Tejo Energia, actual proprietária da Central Termoeléctrica do Pego, e com as aquisições a autoprodutores, satisfazer adequadamente as necessidades dos Clientes em todo o território continental.

No final de 1994, a capacidade instalada nas centrais da CPPE e das empresas *embebidas* era de 7314 MW, dos quais 3759 MW em centrais hidroeléctricas e 3555 MW em centrais termoeléctricas.

Nestes valores incluía-se um reforço de 32 MW no ano, devido à conclusão e entrada em serviço industrial da nova Central do Caldeirão.

## POTÊNCIAS INSTALADAS NO SISTEMA PRODUTOR EM 31 DE DEZEMBRO

(%)

Ano	Grupo EDP			Outros prod. térmicos vinculados	TOTAL
	Hidráulica	Térmica	SUBTOTAL		
1985	2813	2599	5412		5412
1986	2883	2899	5782		5782
1987	2957	3199	6156		6156
1988	3030	3199	6229		6229
1989	3065	3543	6608		6608
1990	3069	3555	6624		6624
1991	3087	3555	6622		6622
1992	3369	3555	6924		6924
1993	3727	3555	7282	308	7590
1994	3769	3555	7314	308	7622

O conjunto das centrais termoeléctricas do Sistema Vinculado, incluindo portanto a Central do Pego, permite garantir uma produção de 24 550 GWh, tendo em atenção as limitações da sua colocação no diagrama de consumos durante as horas de vazio.

A este nível de produção garantida (térmica e hidráulica) correspondeu um nível de consumos, em 1994, de 27 952 GWh.

#### Movimentos de Electricidade com o Exterior; Aquisições a outros Produtores

O decréscimo da emissão total das centrais do Grupo EDP, ou seja, da produção deduzida dos consumos próprio das centrais, resultou por um lado da transferência de propriedade da Central do Pego para a Tejo Energia, a partir de Novembro de 1993, por outro lado, do acentuado crescimento das entregas de energia à Rede EDP por parte dos autoprodutores. E isto porque, como é sabido, na indústria da electricidade não há possibilidade de armazenar o produto para além da água de reserva nas albufeiras, pelo que há que conciliar, em cada momento, a produção com as necessidades dos clientes. Esta missão cabe agora à REN, Rede Eléctrica Nacional, a empresa do Grupo que, além da construção e exploração da rede de transporte, realiza a gestão optimizada do sistema produtor, segundo critérios e parâmetros previamente conhecidos por todos os agentes.

Assim sendo, a REN determinou em 1994 a produção das várias centrais, segundo a sua ordem de mérito, sendo certo que o Grupo está obrigado, por força do Dec.-Lei n.º 189/88, a receber toda a electricidade que lhe seja entregue pelos autoprodutores. Esta electricidade tem vindo a aumentar de forma significativa nos últimos anos. Em 1994 aumentou 61 %, após um crescimento de 271 % no ano anterior, representando actualmente 2,8 % das necessidades de consumo.

Adquiriram-se à Tejo Energia 1740 GWh, ou seja 6,2% do total dos consumos, nas condições do Contrato de Aquisição de Energia estabelecido na altura da sua alienação.

Os movimentos de energia eléctrica com o estrangeiro apresentaram em 1994 um saldo importador de 888 GWh. Este saldo é bastante superior ao registado no ano anterior, essencialmente por se terem iniciado em Julho as recepções de energia no âmbito do acordo estabelecido entre a EDP, a REE, Rede Eléctrica Espanhola e EDF, Electricité de France. Este acordo colocou à nossa disposição uma determinada potência que teve elevada utilização em horas de ponta.

À semelhança dos anos anteriores, efectuaram-se com Espanha algumas trocas de energia em espécie, sempre que se considerou economicamente vantajoso.

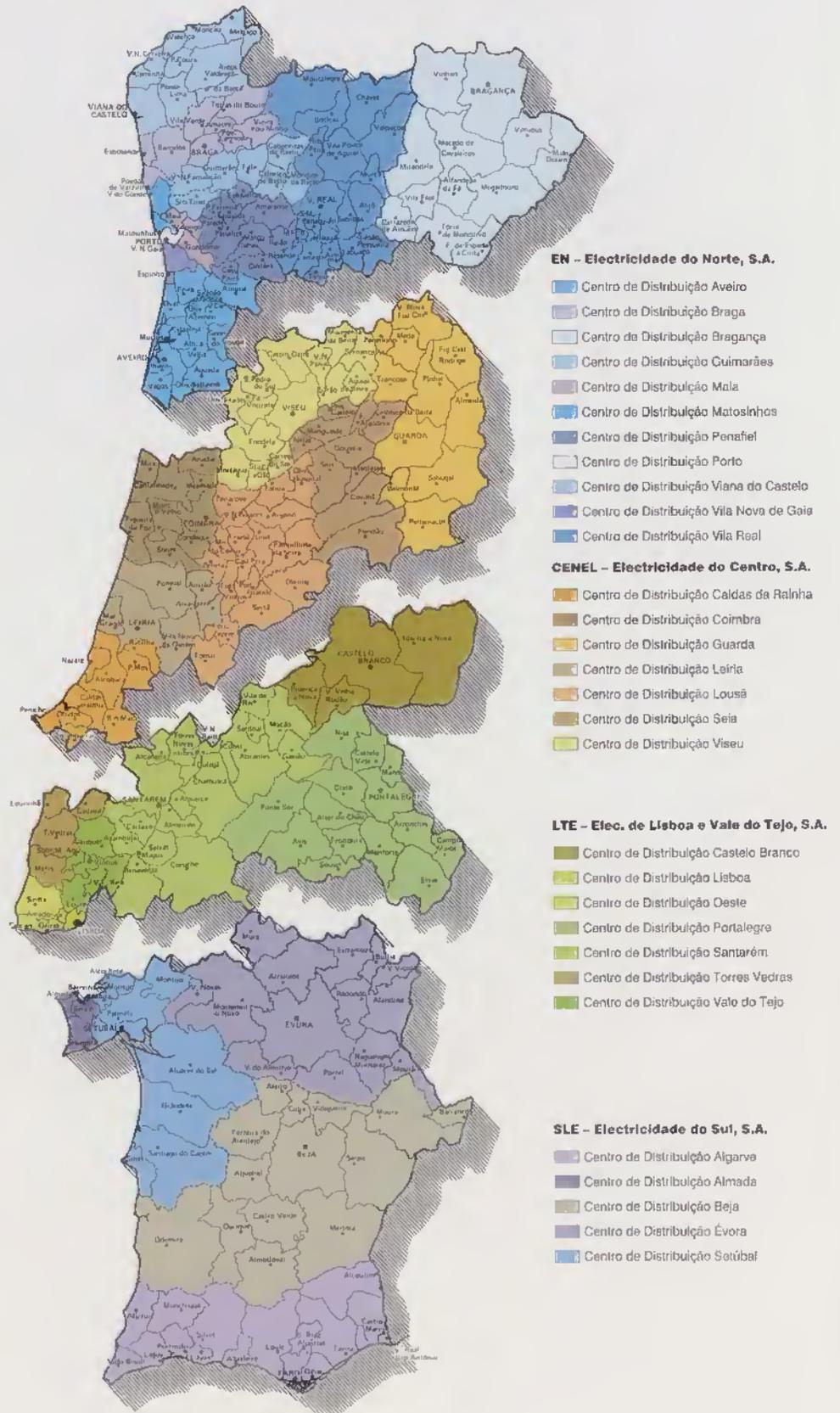
BALANÇO ENERGÉTICO		GWh	
Rubrica	1993	1994	
<b>Produção</b>	<b>27 917</b>	<b>25 624</b>	
Hidráulica	8 387	10 261	
Térmica	19 530	15 363	
Cons. e perdas nas Centrais	(1 242)	(1 031)	
<b>Emissão própria</b>	<b>26 674</b>	<b>24 592</b>	
Aquisição de electricidade	588	2 536	
Saldo importador	175	887	
Bombagem	(284)	(63)	
<b>Consumo referido à emissão</b>	<b>27 154</b>	<b>27 952</b>	
<b>Fornecimentos</b>	<b>24 049</b>	<b>24 708</b>	
Distribuidores	80	83	
Clientes MAT/AT/MT	11 070	11 415	
Clientes BTe/BT	12 205	12 488	
Iluminação Pública	693	722	
<b>Outras Saídas</b>	<b>95</b>	<b>83</b>	
<b>Perdas</b>	<b>3 009</b>	<b>3 161</b>	

O balanço energético anterior resume, à escala do Grupo EDP, o equilíbrio entre a produção e o consumo, tendo em conta os critérios de gestão optimizada do sistema global.

#### Consumos de Electricidade

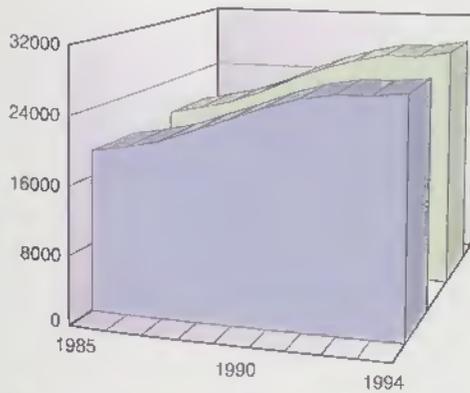
O relacionamento directo com os clientes é agora assegurado pelas nossas empresas

ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO DE CADA EMPRESA DISTRIBUIDORA

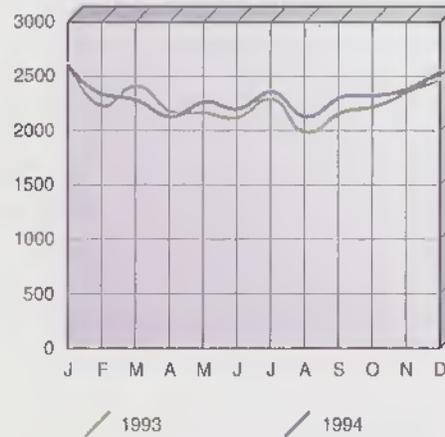


## EVOLUÇÃO DOS CONSUMOS (GWh)

Referidos à produção e à emissão



Cons. ref. emissão      Cons. ref. produção

Evolução mensal do consumo  
(referente à emissão sem bombagem)

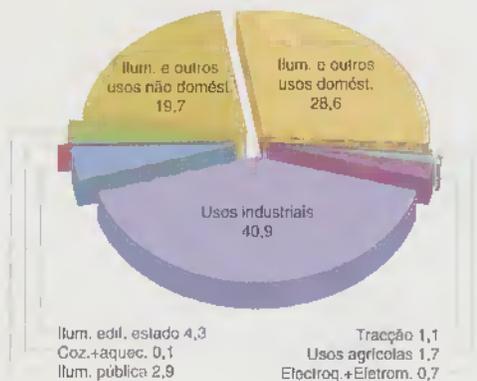
de distribuição de electricidade, EN, CENEL, LTE e SLE. Nas respectivas áreas geográficas de intervenção servem globalmente mais de 4,6 milhões de clientes, procurando cada uma delas, numa emulação saudável acrescer continuamente a qualidade de serviço, a produtividade e a rentabilidade dos seus negócios próprios.

O consumo global de electricidade, referido à emissão, foi em 1994, de 27 952 GWh, ou seja 2,9% mais do que no ano anterior. Excluídos os efeitos de variações de temperatura e do número de dias úteis, a taxa de evolução equivalente seria de 4,6%.

Ao nível dos fornecimentos, verifica-se que cerca de 68% do total é assegurado pelas empresas EN e LTE onde se situam as grandes concentrações urbanas e industriais do Porto e de Lisboa, respectivamente.

Registou-se em 1994 uma recuperação dos consumos ao nível da actividade industrial em sintonia, aliás, com outros indícios de retoma económica que começaram a aparecer na segunda parte do ano. Assim, o consumo de electricidade da indústria representava, em 1994 praticamente

## CONSUMO DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS (%)



## FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

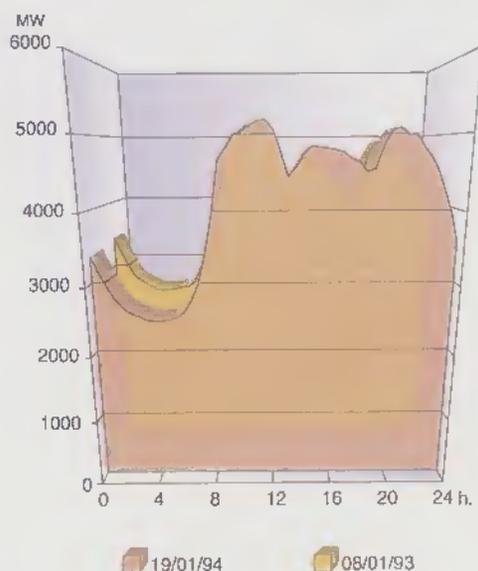
GWh

	EN	CENEL	LTE	SLE	TOTAL
Alta Tensão	866,5	544,9	728,6	928,6	3 068,6
Média Tensão	3 481,4	1 315,1	2 547,5	820,0	8 164,0
Baixa Tensão especial	616,7	241,9	494,6	247,7	1 600,9
Baixa Tensão	4 339,1	1 893,9	3 049,6	1 800,6	10 883,2
Iluminação Pública	271,1	159,1	115,8	114,0	660,0
<b>TOTAL</b>	<b>9 574,8</b>	<b>3 954,9</b>	<b>6 936,1</b>	<b>3 910,9</b>	<b>24 376,7</b>
Número de clientes (10 <sup>3</sup> )	1 630,4	903,2	1 334,5	813,7	4 681,8

metade do consumo global, repartindo-se os restantes consumos entre *usos domésticos* e *serviços* em proporções semelhantes.

A ponta anual dos consumos verificou-se no dia 19 de Janeiro com 5179 MW, valor muito próximo do registado no mesmo mês do ano anterior que foi de 5167 MW.

#### DIAGRAMAS DE CARGA DOS DIAS DE PONTA ANUAL



### ACTIVIDADES COMPLEMENTARES

#### Prestação de Serviços de Engenharia

Uma valência muito importante da experiência técnica acumulada pela EDP residia nas suas estruturas de engenharia que ao longo dos anos conceberam e realizaram as grandes centrais termoelétricas e hidroelétricas que hoje integram o sistema electroprodutor nacional. Com a cisão nasceram as novas subsidiárias PROET e HIDRORUMO, herdeiras naturais dessa experiência. A primeira mais vocacionada para a prestação de serviços de engenharia na área das centrais termoelétricas; a segunda, actuando mais na órbita dos aproveitamentos hidroelétricos.

As necessidades do Grupo e, em particular, da CPPE enquanto empresa gestora do sistema produtor, passaram a ser satisfeitas no essencial por aquelas empresas subsidiárias, no que respeita ao apoio de engenharia. Mas a missão da PROET e da HIDRORUMO é muito mais vasta. A sua actividade passou a exercer-se num mercado concorrencial tendo de *conquistar* a preferência dos seus clientes, sejam eles quais forem, através da excelência das suas prestações. Ou seja têm de demonstrar eficiência, agressividade comercial, organização adequada, enfim, uma atitude de qualidade total no desenvolvimento do negócio, alargando progressivamente a sua intervenção no universo exterior ao Grupo EDP.

Este é um objectivo que tem vindo a ser prosseguido há já algum tempo e em 1994 ambas as empresas PROET e HIDRORUMO, intensificaram esse esforço, quer actuando directamente no mercado, quer em consórcio com outras entidades, quer ainda em cooperação com a nossa associada INTERNEL quando se tratava de acções de carácter internacional.

Destaca-se pela sua importância a continuação da prestação de serviços de engenharia à empresa espanhola ELCOGÁS, envolvendo a elaboração de todo o projecto de construção civil da Central de Ciclo Combinado com Gaseificação de Carvão, em Puertollano.

A construção do 2.º Grupo da Central Termoelétrica do Pego continuou a ser assegurada pela PROET, em nome do novo proprietário da Central, a TEJO ENERGIA. O projecto encontra-se na sua fase final, aguardando-se a entrada em serviço industrial, como previsto, no Outono de 1995. Em 1994, as obras avançaram sem quaisquer atrasos e no final do ano ultrapassou-se a importante data-chave do 1.º *acendimento a fuel da caldeira* com pleno sucesso e com uma antecipação de 3 semanas.

Merecem igualmente destaque as contribuições prestadas às empresas VALORSUL e IPE-Águas de Portugal e ainda à Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva.

Quanto à primeira, através da PROET, concluiu-se o processo que conduziu à selecção do sítio de São João da Talha para a instalação da Central de Tratamento de RSU dos concelhos de Lisboa, Amadora, Loures e Vila Franca de Xira e participou-se na preparação dos processos de concurso de concepção-construção da Central.

O apoio à IPE-Águas de Portugal, traduziu-se na preparação do projecto base da tomada de água superficial na albufeira de Crestuma/Lever, da estação de tratamento de Lever e da interligação com o actual sistema elevatório das captações do Porto e Vila Nova de Gaia.

Este apoio foi assegurado pela nova subsidiária, HIDRORUMO, que procedeu também à revisão do projecto-base do aproveitamento hidroeléctrico do Alqueva e ao início do projecto de execução e elaboração de processos de concursos de empreitadas e de fornecimentos, a solicitação da Comissão Instaladora da Empresa do Alqueva.

### **Sistemas de Informação: um Suporte Fundamental da Actividade do Grupo; um Mercado com Excelentes Perspectivas**

À semelhança do que aconteceu no domínio das engenharias, também no que respeita aos Sistemas de Informação a EDP acumulou uma vasta experiência, cuja continuação e desenvolvimento entregou em 1992 à sua subsidiária EDINFOR. A natureza do serviço público prestado pela EDP, com uma justa e enorme pressão dos clientes no sentido da incessante melhoria da qualidade, bem como as necessidades intrínsecas da modernização técnica e administrativa obrigaram a vultosos investimentos nesta área.

A EDINFOR responde hoje, com a sua elevada especialização técnica, às exigências daquele investimento gerindo os Sistemas de Informação comuns a todo o Grupo EDP e rentabilizando-os através da prestação de serviços a entidades terceiras. Estas podem encontrar, em soluções já largamente experimentadas no Grupo EDP, respostas económicas, fiáveis e idóneas para as suas próprias necessidades.

Os Sistemas de Informação do Grupo têm um carácter fortemente integrado e cobrem um universo bastante vasto das suas funções. Mas é evidente que tem sido nas vertentes mais directamente relacionadas com os clientes que a EDINFOR mais apoio tem prestado a outras entidades.

Assim continuou-se, em 1994, a expandir a prestação de serviços às Câmaras Municipais, no que respeita à gestão das águas, arrancou-se com a implementação do SEGEC - Sistema Empresarial de Gestão Comercial, na EDA, Electricidade dos Açores e desenvolveu-se um Sistema Comercial de Gás (SCG), tendo-se concluído negociações com a PORTGÁS para a implementação do mesmo na sua área de intervenção.

Note-se que o SEGEC em implementação na EDA é em tudo semelhante ao utilizado nas empresas distribuidoras do Grupo EDP o qual veio alterar profundamente a capacidade de resposta aos clientes, os processos de facturação e cobrança e o grau de confiança mútua entre clientes e empresa.

A EDINFOR mereceu igualmente a confiança da Direcção Geral de Viação no sentido de apoiar esta entidade na preparação de um sistema capaz de suportar as necessidades impostas pelo novo Código da Estrada.

A nível internacional cabe referir a preparação de um Sistema Comercial de Gestão de Electricidade e Águas, baseado em plataformas informáticas abertas, tendo em

vista a prestação de serviços à Empresa Pública de Electricidade e Águas de Cabo Verde.

#### **Dinamização de um Mercado de Formação**

A EDP vem pondo em prática desde há largos anos uma estratégia de reajustamento dos seus recursos humanos em simultâneo com a modernização técnica e administrativa dos serviços.

O sucesso desta estratégia deve-se em grande medida ao facto de ter sido acompanhada com um vasto programa de formação que foi preparando os quadros e outros profissionais qualificados para as novas funções emergentes. Neste processo foram-se desenvolvendo as estruturas organizativas internas vocacionadas para a realização destas acções de formação. O saber e a experiência acumulados aconselharam, naturalmente, a que da cisão EDP nascesse a MRH como empresa capaz de potenciar essa experiência.

A missão da MRH, como aliás a das demais empresas de serviços do Grupo EDP, é agora a de responder às necessidades do Grupo, nestes domínios, com economia, eficiência e qualidade, mas também a de aplicar no exterior do Grupo as suas competências disponíveis.

Esta última vertente da sua actividade foi visível em 1994 com a realização de várias acções de formação em Moçambique e Cabo Verde, em colaboração com a nossa associada INTERNEL. No Arquipélago dos Açores realizou seminários para quadros sobre trabalhos em tensão.

#### **Um Laboratório Prestigiado**

As actividades desenvolvidas pela EDP levaram a que, no passado, se dotasse com estruturas laboratoriais e com competências que respondiam às necessidades

internas e que, progressivamente, foram conquistando prestígio junto da universidade e demais entidades técnicas e científicas.

A LABELEEC tem a responsabilidade de dar continuidade a este capital de prestígio. A sua criação em 1994, por transformação dos anteriores Laboratórios Centrais da EDP, fez-se sem quaisquer perturbações significativas. E os serviços prestados ao exterior do Grupo EDP aumentaram quase 100 % em relação ao ano anterior. Mesmo tendo em consideração que os clientes exteriores representa apenas 7,5 % do total do mercado da LABELEEC, uma subida como a verificada em 1994, sem que tivesse sido feito nenhum esforço de promoção, indicia boas perspectivas de expansão neste segmento do mercado.

As empresas TEJO ENERGIA e PEGOP, esta enquanto subsidiária da TEJO ENERGIA para a exploração da Central do Pego, encontram-se entre os clientes mais significativos da LABELEEC em 1994, nomeadamente para calibração dos sistemas de contagem de energia eléctrica, para a vigilância de transformadores de potência através do ensaio do óleo e para a realização de medições no domínio do meio ambiente.

No âmbito da colaboração com universidades e outros organismos, em projectos de interesse comum, desenvolveram-se acções concretas com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o Instituto Superior Técnico e o Instituto Electrotécnico Português.

#### **Cooperação e Actividade Internacional**

As acções de cooperação do Grupo, a nível internacional, são dinamizadas e coordenadas pela INTERNEL, EDP Internacional, e concretizadas com os recursos humanos de todas as outras empresas do Grupo. Trata-se de uma actividade que tem

vindo a registar uma expansão crescente e que comprova de algum modo o reconhecimento da tecnologia e da experiência da EDP, muito para além do espaço nacional.

Com a reestruturação da EDP e a consequente criação de uma estrutura de Grupo Empresarial, tornou-se necessário, em 1994, iniciar a reformulação das bases da política de internacionalização do Grupo. Novos desafios se colocam neste domínio e há que reforçar a dinâmica de crescimento e modernização dos últimos anos.

O próprio processo de reestruturação do sector eléctrico português tem contribuído para que outras empresas congéneres e importantes organizações internacionais, tenham vindo a conceder uma credibilidade acrescida às capacidades do Grupo EDP. Ao longo do ano de 1994, foram feitas apresentações sobre a experiência portuguesa em seminários organizados pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em 1994 continuou a ser dada particular atenção à cooperação com os países lusófonos em África, tendo-se desenvolvido um significativo número de projectos, praticamente em todas as áreas de actividade do sector, em Angola, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. Destaca-se em particular, a estreita colaboração desenvolvida, ao longo do ano, com a HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa nas várias fases do projecto de reabilitação (cadernos de encargos, projecto técnico e avaliação de propostas) da linha que liga o importante aproveitamento hidroeléctrico de Cahora Bassa à República da África do Sul.

Ainda no continente africano, reforçou-se assistência técnica ao sector de energia da SADC (*Southern African Development Community*) e iniciou-se um processo de assessoria à ONE (*Office National de l'Electricité*) para a introdução da produção independente de electricidade em Marrocos.

Prosseguiu também em 1994 a estreita colaboração iniciada há já vários anos com as empresas congéneres das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e do Território de Macau. Pelo seu impacto nos respectivos sistemas eléctricos, destacam-se os projectos de *Planeamento da Expansão do Sistema Electroprodutor* da Empresa de Electricidade da Madeira e de *Planeamento das Redes de Distribuição* da empresa de Electricidade dos Açores, bem como, pelo seu carácter inovador, o projecto para assegurar a gestão comercial em regime de *outsourcing* desta última empresa.

Uma primeira abordagem do mercado chinês foi concretizada com a constituição de uma *jointventure* com duas organizações locais — o Guangdong Electric Power Design Institut e o Electric Power Development Group de Zhuhai — e com a CEM, Companhia de Electricidade de Macau. A SCIPED, South China International Power Engineering Company, assim se designa a organização, tem sede em Zhuhai e visa principalmente a realização de projectos de consultoria e engenharia na República Popular da China.

Contactos com empresas e entidades responsáveis pelo sector eléctrico, iniciativas de *marketing* e apresentação de múltiplas propostas de consultoria, foram igualmente levadas a cabo em vários países da Ásia, Leste Europeu e América Latina. A liberalização que se tem vindo a registar no sector eléctrico, em todo o mundo, tem constituído em si mesma, um factor de dinamização das acções de cooperação. Proporcionou o aparecimento de novos projectos de produção independente em regime de *BOOT* (*Build-Own-Operate-Transfer*). O Grupo EDP tem vindo a estudar alguns projectos nesta modalidade, sendo de realçar um projecto térmico na China, na província de Cantão, e outro na Colômbia.

Ação que registámos com particular agrado, no domínio da cooperação internacional, foi a orientação de acções de formação em planeamento de sistemas electroprodutores hidrotérmicos no curso *Electric System Expansion Planning* realizado no Laboratório Nacional de Argonne (ANL), Estados Unidos da América. O curso teve especial incidência na utilização do nosso modelo VALORAGUA por técnicos de empresas de electricidade da Eslovénia, Croácia, Gana e Madagáscar.

#### Fornecimentos de Vapor e Cinzas

O vapor fornecido pela Central Termoelectrica do Barreiro representou, em 1994, uma parte significativa do valor da produção da Central.

Uma parte importante das cinzas resultantes do processo de queima do carvão na Central de Sines foi entregue às cimenteiras. As cinzas têm sido aproveitadas com sucesso no fabrico do cimento e representaram em 1994 uma receita de mais de 550 mil contos.

### DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA ELECTROPRODUTOR

#### Planeamento a Longo Prazo

O sector da electricidade é um sector muito capital-intensivo, extremamente exigente quanto à mobilização de recursos financeiros e quanto ao acompanhamento das alterações tecnológicas. As respostas às necessidades dos clientes têm de ser pensadas a muito longo prazo. Um grande empreendimento hidroeléctrico é, em geral, programado e decidido com cerca de uma década de antecedência em relação à data em que se tornará necessária a sua integração no sistema produtor.

O planeamento a longo prazo, sendo uma prática indispensável no sector, é também um processo de permanente renova-

ção de cenários, de análise de alternativas e de introdução de novas restrições relevantes para a tomada de decisões.

A reestruturação que está em curso no sector da electricidade, e em que a criação do Grupo EDP constituiu um passo decisivo, impõe que o processo de planeamento de novos centros produtores se transfira, no futuro, para uma entidade de planeamento independente. Deste modo se garantirá uma igualdade de condições entre o Grupo EDP e os demais agentes do mercado no acesso à realização dos novos empreendimentos que venham a revelar-se necessários aos desenvolvimentos do Sistema. Não pode porém haver quebras de continuidade neste processo e, enquanto não surge essa entidade de planeamento, a EDP mantém a responsabilidade dessa missão.

Em 1994, a actividade desenvolvida neste âmbito teve naturalmente em conta as mudanças estratégicas no sector energético em Portugal das quais se destaca a **introdução do gás natural e a construção da primeira central de ciclo combinado, queimando aquele tipo de combustível.** Nestas condições

- i) analisaram-se as **possíveis evoluções do sistema até ao horizonte 2010** para cenários diferenciados da composição do parque electroprodutor e de crescimento dos consumos de electricidade;
- ii) estudaram-se alternativas **de utilização de gás natural nas actuais centrais termoelectricas do Grupo EDP;**
- iii) actualizou-se e desenvolveu-se a análise técnico-económica do interesse da **reconversão da Central de Setúbal para queima do Orimulsion** como combustível alternativo;
- iv) realizou-se a análise preliminar do interesse da revitalização dos **grupos turbo-alternadores III e IV da Central do Carregado.**

Para além da expansão do sistema produtor, o planeamento teve-se ainda em estudos importantes sobre o modo como poderá concretizar-se o cenário de desenvolvimento previsto para o sistema, nomeadamente no que respeita aos aproveitamentos hidroeléctricos. Destaca-se neste âmbito, a análise das incidências para Portugal, no que se refere aos aspectos hidroenergéticos, da realização do **Plano Hidrológico Espanhol**, e os estudos para a caracterização da produtividade do **empreendimento de fins múltiplos de Alqueva**.

#### Os Novos Aproveitamentos Hidroeléctricos

O sistema produtor foi enriquecido em 1994 com o novo **aproveitamento hidroeléctrico do Caldeirão**. Este empreendimento, cuja construção se iniciou em 1986, tem uma potência instalada de 32 MW e pode produzir, em ano médio cerca de 46 GWh.

As suas potencialidades vão, todavia, para além da componente energética; o aproveitamento permite também o abastecimento de água ao concelho da Guarda e o desenvolvimento de actividades turísticas, desportivas e de recreio.

No final do ano encontravam-se em construção ou reforço de potência os seguintes aproveitamentos hidroeléctricos:

representa um reforço de potência na actual Central de Miranda, no Douro Internacional; encontra-se na fase final de construção — a entrada em serviço está prevista para 1995 — e irá permitir uma gestão optimizada das águas daquele troço do rio Douro.

Foz Côa é um empreendimento de grandes dimensões que irá transformar económica e socialmente toda a região circundante. É um projecto de inequívoco interesse nacional. Insere-se na estratégia de aproveitamento dos nossos recursos endógenos e o seu interesse não é medido apenas pela sua valia eléctrica específica mas sobretudo pela sua inserção no aproveitamento optimizado dos empreendimentos dos rios Douro e Côa. Terá a barragem mais alta de todas as que até agora foram construídas em Portugal.

Durante o ano de 1994, as actividades de Foz Côa centraram-se essencialmente em trabalhos de construção civil: escavações prévias, acessos à barragem, contenção de muros nas estradas de acesso, instalações sociais, etc. Marco importante na realização do projecto foi seguramente a **adjudicação da empreitada principal de engenharia civil** que desde logo permitiu o início da montagem das instalações do estaleiro da obra e da pedreira.

Aproveitamento	Curso de água	Tipo de aproveitamento	Data prevista de entrada em exploração	N.º de grupos	Potência (MW) (a)	Fase de construção	Produtibilidade média anual (GWh)
Miranda II (b)	Douro	Fio de água	1995	1	193	Final	223
Foz Côa (c)	Côa	Albufeira	1998	2	144	Intermédia	330
Celra (b)	Ouro	Fio de água	1995	2	1,6	Inicial	4,5
Guilhofrei (b)	Ave	Albufeira	1995	1	2,2	Inicial	9,8
Desterro II (b)	Alva	Albufeira	1995	1	5,0	Intermédia	9,3
Ponte de Jugals (b)	Alva	Fio de água	1996	1	12,4	Inicial	41,7

a) Potência total nos velos das turbinas sob a queda de dimensionamento.

b) Reforço de potência. As características indicadas referem-se ao novo grupo.

c) Incluindo a contribuição da bombagem.

A estes empreendimentos corresponde uma potência total a instalar de 358,2 MW.

Destacam-se pela sua dimensão **os projectos de Miranda II e Foz Côa**. O primeiro

Já no último trimestre do ano este projecto viria a revelar-se o centro de uma forte controvérsia a nível nacional, chegando mesmo a ser notícia em alguns órgãos de

comunicação internacional. Estão na base dessa projecção os achados arqueológicos em relação aos quais parece haver unanimidade dos especialistas quanto à sua importância histórica-cultural. A EDP e as suas empresas mais directamente envolvidas no projecto, a CPPE e a HIDRORUMO, de imediato clarificaram a sua posição em relação a esta matéria. E essa posição não poderia ser outra senão a que a EDP vem adoptando e publicitando desde há vários anos e que é a de um profundo respeito pelas questões ambientais, pelos interesses das populações e pela salvaguarda dos patrimónios sócio-culturais das regiões onde os empreendimentos se situam.

No caso de Foz Côa, a EDP quis assumir-se desde o primeiro instante, não só com total transparência e empenho no levantamento da situação, mas inclusive disponibilizando meios técnicos e económicos para se encontrar a solução adequada à preservação dos achados. Enquadra-se neste espírito o protocolo que celebrou oportunamente com o IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.

A EDP manifestou assim, publicamente, toda a sua disponibilidade e apoio, acreditando-se que se encontrará uma solução equilibrada para o problema.

### **Centrais Termoeléctricas: Revitalização e Adaptação às Novas Tecnologias**

O parque termoeléctrico da CPPE encontra-se estabilizado, já que não se prevê, no horizonte até ao ano 2000, a entrada em serviço de novas centrais.

Nem por isso deixam de se colocar enormes desafios àquela empresa no sentido de manter o parque actual em boas condições de exploração.

O parque é constituído por centrais em diferentes estádios da sua vida técnica. A sua revitalização e a constante adaptação

às evoluções tecnológicas são preocupações permanentes que implicam vultuosos investimentos.

Atingiram-se nos últimos anos níveis de disponibilidade destes equipamentos que os situam entre os melhores índices observados nas congéneres europeias. Conseguindo este patamar, o grande objectivo centra-se agora na manutenção desses indicadores, na melhoria dos rendimentos e na redução das emissões atmosféricas.

Para a realização destes objectivos a CPPE continuou a ser apoiada em 1994 pela PROET, a empresa do Grupo que, como já referido anteriormente, detém o essencial das competências neste domínio. Realizaram-se trabalhos de grande vulto na maior parte das centrais em serviço, referindo-se a título de exemplo, o **estudo preliminar de enquadramento da revitalização dos grupos turbo-alternadores e o estudo do acondicionamento dos precipitadores electroestáticos** na Central da Tapada do Outeiro, a **adjudicação da 2.ª fase da empreitada de construção civil e da instalação eléctrica geral dos despojeadores electroestáticos dos Grupos III e IV**, na Central do Carregado, a **especificação e a adjudicação de equipamentos para o desenvolvimento dos ensaios de queima de Orimulsion, no Grupo IV** da Central de Setúbal.

### **Rede de Transporte e Interligação Internacional**

O Despacho Nacional e a rede de transporte e interligação internacional constituem, no âmbito do novo quadro organizativo do Grupo e do sector eléctrico, o centro nevrálgico de todo o Sistema de Abastecimento Público de Electricidade. A missão de conduzir e desenvolver este conjunto foi entregue à REN, estando criadas ou em vias de ser criadas regras que garantirão, no futuro, a utilização das res-

pectivas infraestruturas por terceiros em igualdade de condições com as empresas do Grupo EDP.

O desenvolvimento destas infraestruturas, em 1994, no que respeita à rede de transporte, consistiu basicamente no reforço da capacidade de transformação e na melhoria das condições de alimentação aos grandes centros de consumo. Assinala-se, em particular, a melhoria das condições de alimentação do Algarve com a **entrada em serviço da linha a 150 kV Sines - Ourique e do 2.º autotransformador 400/150 kV na subestação de Sines.**

#### LINHAS

Tensões de serviço (kV)	Comprimento de linhas entradas em serviço no decurso de 1994 (km)	Em serviço em 94.12.31	
		km	N.º postes
60	—	149,0	287
130	—	9,0	21
150	75,2	2 433,7	6 028
220	68,8	2 250,7	4 962
400	0,2	1 171,7	3 050
<b>TOTAL</b>	<b>144,2</b>	<b>6 014,1</b>	<b>14 348</b>

#### SUBESTAÇÕES

	Instalações entradas em serviço em 1994		Em serviço em 94.12.31	
	N.º transf.	Pot. total (MVA)	N.º transf.	Pot. total (MVA)
Grupo de Exploração Norte	4	504	57	7 211
Grupo de Exploração Sul	2	530	62	8 358
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>1 034</b>	<b>119</b>	<b>15 569</b>

De resto, a potência de transformação em serviço aumentou no ano, 1 034 MVA e o comprimento dos circuitos de linhas teve um acréscimo de 144,2 km.

#### Rede de Distribuição; Garantia do Abastecimento nas Melhores Condições Técnicas

Cumprido há muito o objectivo de fazer chegar a electricidade a todos os recantos de Portugal Continental, tem-se agora como desafio a procura incessante da qualidade nas condições técnicas de fornecimento de electricidade aos nossos clientes.

#### QUADRO DE INSTALAÇÕES EM SERVIÇO POR EMPRESA EM 94/12/31 (valores provisórios)

RUBRICA	EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO				TOTAL GLOBAL
	EN	CENEL	LTE	SLE	
<b>Subestações</b>					
Número de Subestações	96	76	100	75	347
Número de transformadores	189	124	181	125	615
Potência instalada (MVA)	4 496,3	1 943,6	2 724,5	2 132,4	11 296,8
<b>Linhas (inclui ramais) (km)</b>					
<b>Aéreas</b>					
AT (60/130 kV)	1 828,7	1 421,8	1 436,9	1 361,3	6 044,4
MT (6/40 kV)	13 114,5	12 825,6	9 476,4	10 437,2	45 868,4
<b>Cabos Subterrâneos</b>					
AT (60/130 kV)	40,8		213,0	44,6	298,5
MT (6/40 kV)	1 614,7	554,2	3 864,8	1 599,9	7 634,6
<b>Posto de Transformação</b>					
Unidades	13 250	9 557	8 464	7 465	38 733
Potência instalada (MVA)	3 800,9	1 431,9	2 529,4	1 778,4	9 541,4
<b>Redes BT (km)</b>					
Aéreas	35 203,4	21 281,3	12 110,8	14 361,7	82 957,2
Subterrâneas	6 429,8	946,6	6 169,2	3 842,0	17 387,7
Contadores (mil unidades)	1 664,1	894 370	1 334,5	813,7	4 706,7
AT + MT	6,6	3,0	4,6	2,4	1,7
BT + BTe	1 657,5	8 914,1	1 329,9	811,3	4 690,1

Cabe às nossas empresas distribuidoras, EN, CENEL, LTE e SLE, dar continuidade a essa missão. Ou seja, são estas empresas do Grupo que devem construir e desenvolver as suas instalações de distribuição, na exacta medida das necessidades. Assim, em 1994, a actividade neste sector caracterizou-se pela realização de uma grande multiplicidade de obras em todo o território continental, visando o reforço e a substituição de redes e as ligações aos novos clientes.

O Grupo tem atribuído uma grande prioridade a estes investimentos, nos últimos anos. Em 1994, por exemplo, o investimento na distribuição representou quase 70% do total dispendido.

No final do ano, as quatro distribuidoras tinham em serviço 83 000 km de linhas BT, 38 700 postos de transformação, com uma potência instalada de cerca de 9 500 MVA e serviam mais de 4,6 milhões de Clientes.

### **A Introdução do Gás Natural em Portugal**

O grupo EDP tem acompanhado desde o início o processo de introdução do gás natural em Portugal.

Embora não lidere directamente nenhum dos projectos actualmente em curso, a verdade é os seus desenvolvimentos não lhe poderiam ser indiferentes. Em primeiro lugar, porque se trata de uma alteração estratégica profunda no sector energético nacional. O sector da electricidade reflectirá naturalmente as consequências disso e o Grupo EDP não poderá deixar de estar atento aos cenários de desenvolvimento do mercado a prazo, para em conformidade, adaptar a sua própria estratégia.

Em segundo lugar, porque o Grupo EDP é parte importante na arquitectura do projecto global. É sabido que a viabilização económica do projecto passa pela construção da Central de Ciclo Combinado a Gás Natural na Tapada do Outeiro e teria que ser a EDP a assegurar a aquisição da res-

pectiva produção de electricidade e a introduzi-las nas suas redes de distribuição.

Mas mais do que isso, a existência de uma cláusula da *take or pay* na aquisição do gás importado implicará a necessidade de consumir as quantidades não distribuídas ao consumidor final ou utilizadas na Central de Ciclo Combinado. A solução passa por queimar esses eventuais excedentes em alguns dos grupos térmicos da CPPE, obrigando naturalmente às necessárias adaptações tecnológicas e respectivos investimentos.

Como é evidente, a multiplicidade de interesses num processo tão complexo obriga à caracterização e partilha rigorosa dos riscos das partes envolvidas.

As empresas TRANSGÁS, como concessionária da construção e exploração das infraestruturas de importação e transporte do gás, e TURBOGÁS, como concessionária da Central de Ciclo Combinado da Tapada do Outeiro, e as quatro empresas regionais de distribuição do gás, são os principais agentes envolvidos no projecto. O facto de a EDP participar na estrutura accionista da TRANSGÁS e mais recentemente, da TURBOGÁS, facilitou extraordinariamente as negociações e a delimitação dos riscos, no que à EDP diz respeito. E foi assim que culminando um longo processo de negociações, as três empresas estabeleceram entre si, no final de 1994 as condições contratuais que hão-de enquadrar a participação de cada uma delas na execução do projecto.

### **As Novas Energias**

Embora a EDP não tivesse assumido no passado a área de negócio das energias renováveis como um dos seus objectivos estratégicos, não deixou por isso de desenvolver uma permanente actuação a nível dos estudos e acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos, com participação em diversos projectos e promoção

da realização doutros que se revelou de grande utilidade quando foi decidido, ainda no ano de 1993, actuar no sentido de vir a efectuar investimentos na produção, no âmbito daquelas tecnologias.

Com efeito, as energias renováveis constituem um complemento interessante das produções energéticas convencionais e minimizam os impactos ambientais negativos.

Das diversas formas de energia renovável, cuja maturidade técnica permite perspectivar já uma utilização interessante (energia solar, biomassa, energia eólica, energia hídrica e geotérmica) considerou-se que, numa primeira fase, seria de privilegiar os investimentos na área da eólica, pela evolução tecnológica atingida e pelo relevo que vem assumindo, designadamente a nível europeu.

A conjugação do referido com os incentivos à utilização das fontes de energia renováveis no Quadro Comunitário de Apoio, levaram assim a que, em finais de 1993, a EDP em associação com a CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS e a PROMINDÚSTRIA constituíssem a empresa ENERNOVA que tem precisamente por objecto projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas.

Em 1994, primeiro ano de actividade da ENERNOVA, esta empresa deu prioridade à identificação de locais com potencial eólico e demais condições de ligação à rede, acessos, adequabilidade ambiental e integração paisagística. Paralelamente foi-se aprofundando o conhecimento dos diversos equipamentos existentes, as suas características, os fornecedores dos mesmos e as potencialidades de contribuição nacional.

## INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A actividade de investigação e desenvolvimento tem, no Grupo EDP, a exemplo do que já acontecia na EDP, uma expressão

prática permanente que passa pela introdução nas suas instalações das mais modernas tecnologias existentes a nível internacional, no sector da electricidade.

Neste domínio e com carácter aplicacional destacam-se as seguintes realizações em 1994:

- a conclusão do **programa de automação e telecomando de todas as centrais do Parque Hidroeléctrico da CPPE;**
- a redução da **emissão de partículas nas centrais a fuelóleo**, através de medidas de optimização da combustão e da instalação de precipitadores electrostáticos;
- a **realização de ensaios, à escala comercial, para a utilização de Orimulsion** no Grupo IV da Central de Setúbal;
- a conclusão do processo de **reformulação das redes de monitorização da qualidade do ar** nas zonas de influência das centrais;
- o **desenvolvimento de um Sistema Integrado de Controlo Ambiental (SICA)** o qual tem por objectivo o controlo, em tempo real, dos parâmetros de qualidade do ambiente, permitindo adequar a exploração das centrais às condicionantes ambientais.

As Empresas do Grupo continuaram, em 1994, a participar activamente em múltiplos projectos, de I & D, nomeadamente no âmbito de programas comunitários específicos, em colaboração com universidades, centros de investigação e outros organismos técnicos e científicos, a nível nacional e internacional.

Esta colaboração foi particularmente intensa com o INESC, o LNETI, o IST, o LNEC e a Universidade de Aveiro, a nível nacional, e com a UNIPEDE, a Agência Internacional de Energia e a União Europeia, no contexto internacional, para além, claro está, da partilha de projectos comuns com as maiores empresas congéneres do Continente Europeu.

Pode, em síntese, afirmar-se que a actividade de investigação e desenvolvimento efectuadas pelo Grupo, autonomamente ou em colaboração com outros agentes económicos, incide nas vertentes, da oferta e da procura do mercado da electricidade.

Quanto aos projectos de I&D relacionados com a oferta, o Grupo visa a diversificação das fontes de energia primária, o aumento da fiabilidade e eficiência das instalações, equipamentos e materiais e a redução do respectivo impacto ambiental. Por outro lado procura aumentar a eficiência administrativa da organização através da introdução das mais modernas tecnologias da informação nas actividades internas e no relacionamento com os seus clientes e fornecedores.

O envolvimento em projectos de investigação e desenvolvimento relacionados com a procura visa essencialmente a utilização mais eficiente e mais racional da energia eléctrica, centrando-se no desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos, máquinas e equipamentos ao alcance do cliente final.

## RECURSOS HUMANOS

### O Reajustamento dos Recursos Humanos

No final de 1994, trabalhavam nas Empresas do Grupo 16 826 trabalhadores.

À data da cisão da EDP, os 16 875 contratos de trabalho existentes foram transmitidos para as empresas cessionárias, tendo sido facultada, aos trabalhadores colocados nas empresas de serviços, a possibilidade de estabelecerem um vínculo contratual com uma das seis empresas nucleares do sector eléctrico, equiparando-os em termos de perspectiva de segurança aos demais trabalhadores.

Com a cisão procurou-se manter o grau de flexibilidade que existia no seio da EDP, S.A., possibilitando a mobilidade entre empresas, numa óptica de racionalização e aproveitamento de capacidades e competências. Esta movimentação pode assumir a forma de cessão de posição contratual ou de cedência ocasional. Os trabalhadores que prestam serviço na EDP, S.A. (Holding) mantêm um vínculo contratual com uma das seis empresas nucleares.

EVOLUÇÃO DE EFECTIVOS 1992-1994 (a)  
(Efectivos em 31 Dezembro)

	1992	1993	1994
Quadro permanente	18 020	16 989	16 358
Contrato a termo	209	163	160
<b>TOTAL</b>	<b>18 229</b>	<b>17 152</b>	<b>16 518</b>

(a) Considerando apenas o universo equivalente à EDP, antes da cisão.

O número de trabalhadores que em 31 de Dezembro de 1994 prestava serviço no universo de empresas equivalente à EDP antes

NÚMERO DE TRABALHADORES POR CARGOS DE DIRECÇÃO/CHEFIAS SUPERIORES E CATEGORIA PROFISSIONAL EM 1994

CATEGORIA PROFISSIONAL	Homens	Mulheres	Totais	%
Directores/Chefias superiores	772	60	832	5,0
Quadros superiores	979	202	1 181	7,0
Quadros médios	313	43	356	2,1
Chefias Intermédias	476	63	539	3,2
Profissionais altamente qualificados	1 711	442	2 153	12,8
Profissionais qualificados	4 059	1 338	5 397	32,1
Profissionais semi-qualificados	5 478	209	5 687	33,8
Profissionais não qualificados	388	133	521	3,1
Contratos a termo	112	48	160	0,9
<b>TOTAL</b>	<b>14 288</b>	<b>2 538</b>	<b>16 826</b>	<b>100,0</b>

da cisão, tinha baixado 3,7 % relativamente ao ano anterior. Esta redução insere-se num processo de reajustamento dos recursos, consistente com a dinâmica de modernização que tem vindo a ser posta em prática há alguns anos. Tem-se procurado que este processo seja conduzido com os trabalhadores e não contra os trabalhadores pelo que não se registou até agora qualquer conflitualidade social nem quebras de continuidade na realização dos objectivos da empresa.

Além disso, o processo tem sido acompanhado com medidas que procuram premiar os melhores desempenhos e partilhar os lucros da Empresa pelos trabalhadores, na medida da sua contribuição para a realização desses lucros.

### **Prevenção e Segurança na Primeira Linha das Preocupações do Grupo**

A actividade das empresas do Grupo, em particular das empresas do sector eléctrico, é bastante sensível à ocorrência de acidentes.

Na EDP e nas empresas do Grupo há uma consciência assumida neste domínio e, por isso, a prevenção e segurança estão na primeira linha das preocupações dos gestores. As acções desencadeadas não se esgotam na actividade dos seus colaboradores. São também os equipamentos e as instalações que naturalmente têm de respeitar os manuais de segurança, assim como os colaboradores de empreiteiros e fornecedores que prestam serviços às empresas do Grupo.

Os Índices de sinistralidade concedem ao Grupo um lugar favorável de destaque na sinistralidade da indústria portuguesa e não divergem dos valores médios observados nas congéneres europeias.

Salienta-se aliás, o facto de a EDP ter sido vencedora do Troféu de Segurança

1994, num concurso promovido pela Companhia de Seguros Bonança para premiar a empresa que mais se distinguiu em acções de organização e promoção da Segurança.

### **Assistência Médica; o Apoio da SÁVIDA**

A continuação do apoio médico a todos os trabalhadores do Grupo é assegurada, a partir de 1994, pela empresa SÁVIDA, uma subsidiária saída da cisão da EDP. A empresa não é mais do que a anterior estrutura organizativa da EDP para a prestação de assistência médica, submetida agora às exigências de uma organização empresarial. No novo contexto, pretende-se que a SÁVIDA concilie a racionalidade da gestão e a submissão às regras do mercado com acréscimos de qualidade na prestação dos serviços médicos.

Há bons indícios de que este objectivo será conseguido.

Embora a SÁVIDA esteja a aproveitar a sua experiência para eventual apoio a terceiras entidades, a sua missão está essencialmente direccionada para os trabalhadores do Grupo, a quem está contratualmente garantida uma assistência complementar àquela que é prestada pelas Instituições de Segurança Social.

Assim, no domínio da medicina assistencial, a SÁVIDA prosseguiu em 1994 os esforços de reorganização interna, visando sempre o objectivo da melhoria da qualidade, e no domínio da medicina do trabalho realizou quase 10 mil exames médicos e mais de 42 mil exames complementares, num esforço de defesa, vigilância e promoção da saúde dos trabalhadores.

### **INSPECÇÃO E AUDITORIA; POLÍTICA DE QUALIDADE**

Ao lançar há uns anos atrás projectos como o SEGEC, Sistema Empresarial de Gestão Comercial, e o SIREDA, Sistema Integrado

das Redes de Distribuição, a EDP tinha em vista uma importante modernização dos serviços, mas tinha também em mente uma alteração profunda das relações com os seus clientes. Pensava-se, naturalmente, na qualidade do serviço prestado.

Aqueles projectos revelaram-se estruturantes na medida em que obrigaram a uma vasta reorganização interna, quer na função técnica, quer na função comercial, e sobretudo porque ajudaram a consolidar uma nova cultura de profundo respeito pelos clientes. Cultura que é simultaneamente geradora de motivação para a procura de incessantes melhorias e ela própria, uma mostra de qualidade.

A evolução positiva dos indicadores da Qualidade de Serviço e a potencial melhoria ainda existente levaram a que a EDP, ainda no final de 1993, explicitasse a **Qualidade** como uma das variáveis estratégicas da maior relevância. Entendia-se que uma Política de Qualidade, visando o objectivo da **Qualidade Total**, deveria estar presente em todas as vertentes da actividade da empresa.

Em conformidade com esta decisão, foi, em 1994, desenvolvido um conjunto de iniciativas de carácter estruturante das quais, pela sua relevância, se destaca a criação da Direcção Central da Qualidade, como órgão coordenador global de acções e programas, neste domínio, ao nível do Grupo.

Foi assim possível, em 1994, iniciar a referência das melhores práticas (benchmarking) de empresas congéneres, estabelecer os princípios básicos comuns da Política de Qualidade no Grupo EDP e organizar acções de sensibilização da gestão de topo. Destaca-se ainda, como realização particularmente importante, em 1994, um conjunto de acções de sensibilização e formação nas metodologias de auto-avaliação do Prémio de Excelência do Sistema Português de Qualidade, abrangendo todas as empresas do Grupo. Estas acções permitiram estabelecer

as bases necessárias ao desenvolvimento em todo o Grupo, das auto avaliações da Qualidade, programada para o primeiro quadrimestre de 1995.

Consistentemente com a Política de Qualidade Total, o Grupo EDP mantém na dependência directa da Holding uma organização central de inspecção e auditoria, com estruturas e ramificações funcionais nas principais empresas. O objectivo é promover um **aperfeiçoamento contínuo e sustentado dos procedimentos e métodos adoptados no Grupo**. Neste sentido, realizaram-se em 1994 acções de inspecção e auditoria que incluíram não só a apreciação do rigor posto no cumprimento da legislação e das normas internas em vigor, mas também a adequação destas normas aos fins prosseguidos e à satisfação dos clientes, internos e externos.

De entre estas acções destacam-se as auditorias globais a Centros de Produção e de Distribuição, caracterizadas por se debruçarem sobre as diferentes áreas de actividade dessas unidades de gestão.

#### **AMBIENTE: UMA QUESTÃO ACTUAL; UMA POLÍTICA MOBILIZADORA**

Ao publicar nos órgãos de comunicação social, a 31 de Março de 1994, a sua **Declaração sobre Política de Ambiente**, a EDP assumiu frontalmente com a opinião pública o compromisso de estabelecer o Ambiente como um objectivo de gestão. Ao mesmo tempo, transmitiu às estruturas da Empresa um sinal claro no sentido de que, a todos os níveis, deveriam ser estabelecidos objectivos de melhoria progressiva do desempenho na área do ambiente.

De facto, as questões ambientais assumem na actualidade uma dimensão que estava longe de se suspeitar há anos atrás.

A EDP sempre teve e continua a ter, agora como Grupo Empresarial, uma política clara quanto a estas questões: mais do que cum-

prir as disposições legais, assume como objectivo a redução, ou mesmo eliminação, de eventuais impactos negativos associados às realizações dos seus empreendimentos. Como se sabe, o aparecimento de novos projectos, em particular os de grande envergadura, representam sempre um desequilíbrio da Natureza. Os aspectos positivos sobrepõem-se em geral aos negativos, mas nem por isso o Grupo diminui o seu empenho na eliminação destes últimos.

Ao compromisso público que representou a publicação da Declaração sobre Política de Ambiente correspondeu internamente a divulgação de um **Código de Conduta em Matéria de Ambiente**, tendo como destinatários todos os trabalhadores do Grupo.

Pretendeu-se, assim, que a política de Ambiente fosse transparente e claramente conhecida por todos; que fosse interiorizada e mobilizadora das atitudes de todos e de cada um no exercício das suas actividades.

Foi elaborado um esquema de auditorias ambientais, a utilizar numa primeira fase sob a forma de **auto-avaliação do desempenho ambiental**, e a sua aplicação será promovida pela Holding, em íntima colaboração com as empresas.

Um **Relatório Anual do Ambiente** registará e divulgará as acções e os resultados da aplicação dos planos de actuação na área do ambiente, levados a cabo pelas empresas do Grupo. Um vasto programa de acções teve de facto concretização em 1994, delas se destacando:

- a aprovação de um programa de limitação das emissões de SO<sub>2</sub> e NO<sub>x</sub> do conjunto das centrais termoeléctricas, para o período 1996-2005;
- a análise das propostas de revisão das Directivas Comunitárias sobre grandes instalações de combustão;
- o acompanhamento das propostas da

União Europeia tendentes à fixação de instrumentos económicos e financeiros orientados para a redução de CO<sub>2</sub>;

- a definição dos condicionantes de ordem ambiental relativos à possível utilização de novos combustíveis, como é o caso do *Orimulsion* na Central de Setúbal;
- a instalação nas chaminés das centrais termoeléctricas de instrumentação de medida das emissões poluentes e o reequipamento das redes de monitorização da qualidade ambiental;
- a revitalização dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos nas centrais termoeléctricas de Setúbal, Tapada do Outeiro e Carregado.

## EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO

### Actividade Comercial

#### *Uma política comercial centrada nos Clientes*

As quatro empresas distribuidoras seguem uma política comercial comum, coordenada a nível central pela Holding.

A maior proximidade dos Clientes e a acrescida flexibilidade e presteza nas tomadas de decisão são condições favoráveis, emergentes da cisão, para que as necessidades dos Clientes tenham respostas no tempo certo e com crescente qualidade.

A distribuição de energia eléctrica manteve as sinergias conseguidas ao longo dos anos. As quatro empresas distribuidoras respeitam a estabilidade e a uniformidade tarifárias e utilizam, de forma integrada, os sistemas comerciais de apoio aos Clientes.

Deste modo, foram também mantidos os procedimentos potenciadores de economias de escala e, relativamente ao relacionamento com os Clientes, continuou a observar-se a prática de todo e qualquer assunto poder ser tratado no balcão que

mais convier ao Cliente, independentemente de esse balcão se situar, ou não, na área geográfica da empresa distribuidora responsável pelo fornecimento da energia eléctrica.

Continuou-se o diálogo franco com as associações representativas de interesses dos consumidores, no quadro da abertura das Empresas ao exterior e da aproximação ao Cliente. Acentuou-se a formação do pessoal afecto ao atendimento da clientela. Prosseguiu-se com a harmonização dos procedimentos comerciais.

No plano da Utilização Racional da Energia (URE), destaca-se, em especial, a continuação da cooperação com o Centro para a Conservação da Energia, através de acções de formação de técnicos da Empresa, de estudos sobre URE na Indústria e Serviços e de preparação de suportes informativos destinados à sensibilização de segmentos da clientela. Participou-se também no Programa de Acção Comunitário para aumentar a eficiência da utilização racional de electricidade (Programa PACE).

Além das numerosas acções de divulgação do sistema tarifário — ele próprio um instrumento de racionalização — as empresas do Grupo EDP mantiveram a sua participação em diversas iniciativas de esclarecimento dirigidas ao sector empresarial.

No domínio da gestão corrente, prosseguiu-se com a política de rigor na cobrança da facturação — pagamento dos consumos de electricidade dentro dos prazos — bem como com a progressiva regularização das obrigações em atraso.

#### **Revisão do sistema tarifário**

Em 1994 continuou-se com a política de transferir para os Clientes uma parte dos ganhos de produtividade do Grupo.

A convenção reguladora do tarifário para 1994 foi assinada entre a EDP e a Direcção-Geral de Concorrência e Preços em 30 de

Dezembro de 1993, tendo entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 1994.

Concretizando a política tarifária acima referida, foi acordado nesta convenção uma descida nominal de 1,4 % das tarifas aplicáveis aos clientes com potências contratadas superiores a 19,8 kVA e um acréscimo médio de 3 % dos preços a pagar pelos clientes com potências contratadas até 19,8 kVA. O acréscimo médio dos preços a pagar pelos clientes, na sua globalidade, foi de 0,8 % para uma inflação verificada de 5,2 %.

Tendo em vista promover a utilização racional da electricidade através dum melhor alisamento do diagrama de cargas, procedeu-se a uma maior descida dos preços da energia de vazio, de modo a dar incentivo adicional à transferência de cargas para o período de horas de vazio.

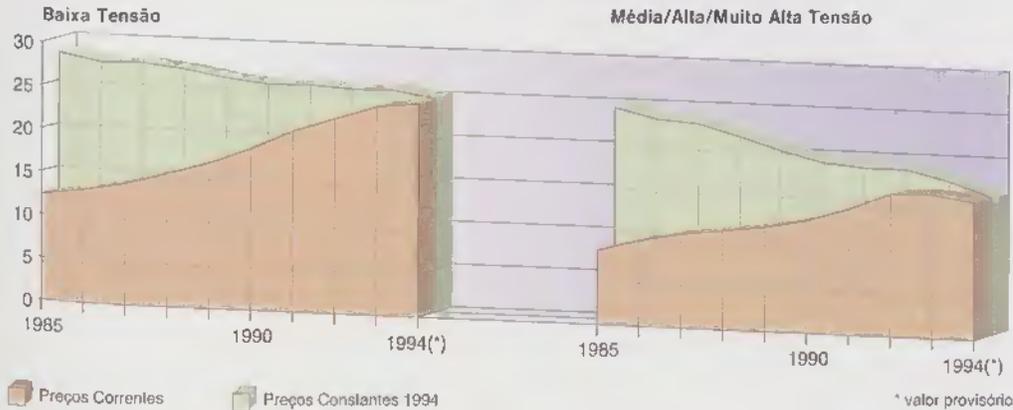
Manteve-se em vigor a Adenda à Convenção do ano anterior que estabelece para Clientes industriais **descontos de interruptibilidade** e **descontos de antecipação da correcção da distorção da estrutura tarifária**. Estes descontos são concedidos desde que os clientes preencham certas condições, devidamente regulamentadas, e podem representar percentagens muito significativas da factura de energia eléctrica.

#### **Evolução dos preços médios**

Nos gráficos da página seguinte pode observar-se a evolução dos preços médios para os clientes na baixa e na média/alta/muito alta tensão, quer em termos de preços correntes, quer em termos de preços constantes de 1994.

É notório o decréscimo real sustentado das tarifas desde 1984. Neste período, verificaram-se decréscimos reais médios anuais de 1,5 % na Baixa Tensão e de 4,4 % no agrupamento da Média/Alta/Muito Alta Tensão.

## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS (ESC//kWh)



### Comparação internacional dos preços de electricidade

Em relação a 1993, verificou-se uma aproximação significativa do posicionamento das tarifas portuguesas à média da União Europeia. Esta melhoria deveu-se ao efeito da evolução relativa das tarifas portuguesas e das tarifas do conjunto daqueles países, muito favorável a Portugal no que se refere aos consumidores industriais de maior dimensão, conjugada com a evolução da paridade do escudo face às moedas daqueles países.

Assim, no que se refere às tarifas para usos domésticos, Portugal apresentava para o Cliente-tipo A da UNIPEDE de menor dimensão (600 kWh por ano) preços cerca

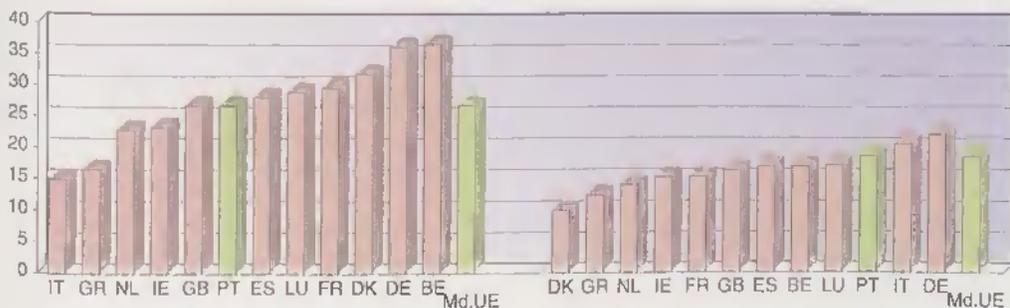
de 23% inferiores à média da União Europeia e para o Cliente-tipo B2 (consumo anual de 1700 kWh), bem representativo da realidade portuguesa, os preços situavam-se ao nível da média da União Europeia.

Relativamente às tarifas para usos industriais, o cliente-tipo B1 da UNIPEDE, com uma potência de 500kW e um consumo anual de 1250MWh, bem representativo da realidade portuguesa, apresentava preços cerca de 14% acima da média da União Europeia. Esta situação representa, no entanto, uma melhoria significativa do posicionamento das tarifas portuguesas em relação a 1993, e insere-se na tendência de aproximação aos valores médios da União Europeia.

## PREÇOS DA ELECTRICIDADE (ESC/kWh)

Preços médios em 94.01.01  
(Taxas incluídas)  
Consumidor - Tipo B2  
Consumo anual 1700 kWh  
Consumo anual de vazio 0 kWh  
Usos Domésticos

Preços médios em 94.01.01  
(Taxas incluídas, excepto IVA)  
Consumidor - Tipo B1  
Potência contratada 500 kW  
Utilização anual 2500 h  
Usos Industriais



### Facturação de energia eléctrica

A facturação da energia eléctrica atingiu, em 1994, o montante global de 511,8 milhões de contos, correspondendo 183,9 milhões de contos a fornecimentos de energia em muito alta, alta e média tensão e 327,9 milhões de contos a fornecimentos em baixa tensão.

FACTURAÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (a)  
(milhão de contos)

	1990	1991	1992	1993	1994
Fornecimentos em MAT/AT/MT	159,4	186,5	201,0	184,4	183,9
Fornecimentos em BT	180,8	219,2	269,2	309,5	327,9
TOTAL	340,2	405,7	470,2	493,9	511,8

(a) Incluindo o adicional para o ex-FAT e excluindo o IVA.

Relativamente ao ano anterior, verificou-se um aumento global de 3,6 % no montante da facturação. Nos fornecimentos em muito alta, alta e média tensão assistiu-se a um decréscimo da ordem dos 0,3 %, enquanto que os fornecimentos em baixa tensão se verificou um aumento de cerca de 5,9 %.

Excluindo o adicional do ex-FAT, o aumento global da facturação foi de cerca de 8 %.

A facturação de energia em baixa tensão que, em 1990, representava, apenas 53,1 % do total, tem vindo sucessivamente a crescer, apresentando, em 1994, um valor próximo de 64 %.

### Cobrança e recuperação de dívidas em atraso

Apesar de se ter mantido, em 1994, a tendência para a recuperação dos créditos sobre Clientes, o seu montante no final do ano continua a justificar a manutenção de uma política de rigor na cobrança da facturação.

No final de 1994, o total de créditos da Empresa, relativos a facturação por fornecimento de energia eléctrica, era de 137,2 milhões de contos. Este valor corresponde

a cerca de 26,8 % da facturação de electricidade do ano e traduz uma melhoria em relação a 1993, já que representa uma redução de 1,8 pontos percentuais face a idêntica relação verificada naquele ano.

Neste domínio, a diversidade de situações, a natureza das acções desenvolvidas e os resultados alcançados justificam uma análise separada dos grandes conjuntos de Clientes.

### DÍVIDAS DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

	(mil contos)	
	1993	1994
Estado e Organismos Oficiais	7 274,6	7 175,4
Autarquias Locais	58 262,7	56 145,7
Sector Empresarial Privado e Particulares	75 750,7	73 902,7
TOTAL	141 288,0	137 223,8

No que respeita às Autarquias Locais foram recebidos cerca de 1,4 milhões de contos de dívida atrasada, através do mecanismo de retenção de verbas do FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, representando aproximadamente 2,5 % do montante global da dívida das Autarquias em finais de 1994. A redução total da dívida dos Municípios, foi porém de 2,1 milhões de contos (-3,8 %), reflectindo, além da recuperação via FEF, o cumprimento dos acordos de pagamento.

Relativamente às dívidas do Estado e dos Organismos Oficiais, verificou-se um decréscimo de 1,4 % apesar de, num significativo número de casos, se continuarem a observar dificuldades no cumprimento dos prazos legais de pagamento.

A redução do valor da dívida nos Sectores Público e Privado foi da ordem de 1,8 milhões de contos, ou seja, 2,5 %.

Globalmente, a redução ronda 4,1 milhões de contos (-3 %), o que, para um acréscimo da facturação próximo dos 17,9 milhões de contos, comprova uma recuperação sustentada dos créditos atrasados.

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CLIENTES DE ELECTRICIDADE

	Variação em relação a 1993	Repartição por classes de clientes (%)	
		1993	1994
Estado e Organismos Oficiais	-1,4	5,2	5,2
Autarquias Locais	-3,8	41,2	40,9
Sector Empresarial Privado e Particulares	-2,5	53,6	53,9
<b>TOTAL</b>	<b>-3,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Assinala-se o enorme peso (cerca de 41 %) que a dívida das Autarquias representa na dívida global da EDP. Esta situação deve-se ao facto de o seu montante ser ainda, na sua maior parte, constituído por dívida vencida e registada há longo tempo nas contas da Empresa. Uma parte muito significativa desta dívida respeita a Municípios que não estabeleceram até agora acordos de regularização com a EDP e que, por essa razão, estão sujeitos à aplicação do mecanismo legal da retenção de verbas do FEF. Durante o ano de 1994, apenas um Município saiu desta situação. Dos que se mantêm sujeitos à retenção do FEF, sobressaem, pela expressão dos respectivos montantes em dívida, os Municípios da área do Grande Porto.

As relações com os Municípios, enquanto entidades concedentes do serviço público de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, processaram-se com elevado espírito de colaboração mútua, na generalidade dos casos, tendo em vista a resolução dos problemas relacionados com a prestação daquele serviço.

## Despesas de Investimento em 1994

O Investimento realizado pelas empresas do Grupo em 1994 atingiu 111 milhões de contos, incluindo os encargos financeiros intercalares:

## QUADRO DE INVESTIMENTO EM 1994 (a) (mil contos)

Actividades	Custos técnicos	Encargos financeiros	Total
<b>ELECTRICIDADE</b>	94 959	9 821	104 780
Aprov. hidroeléctricos	13 772	4 150	17 922
Centrais termoeléctricas	2 577	983	3 560
Rede de Transporte	10 766	1 136	11 902
Rede de Distribuição	68 157	3 552	71 709
<b>OUTROS</b>	6 103	191	6 294
<b>TOTAL</b>	<b>101 375</b>	<b>10 012</b>	<b>111 387</b>

(a) Valores provisórios

A custos técnicos, a maior parcela coube ao sector da distribuição que representou só por si, 67,4 % do total. Estão aqui incluídas as múltiplas obras realizadas pelas empresas distribuidoras nos grandes centros de consumo, quer para assegurar as ligações às novas urbanizações, quer sobretudo para reforço e substituição das redes existentes. Uma relativa concentração do investimento na distribuição obedece à estratégia do Grupo no sentido de melhorar a qualidade técnica do abastecimento e, simultaneamente, reduzir o nível das perdas, nas áreas mais sobrecarregadas.

## ESTRUTURA DO INVESTIMENTO, POR SECTOR DE ACTIVIDADE - Custos Técnicos, Preços Correntes (a)

Actividades	1993		1994	
	mil contos	%	mil contos	%
<b>ELECTRICIDADE</b>				
Aprov. hidroeléctricos	17 576	14,1	13 772	13,6
Centrais termoeléctricas	28 493	22,8	2 577	2,5
Rede de Transporte	11 965	9,6	10 766	10,6
Rede de Distribuição	57 758	46,3	68 157	67,3
<b>OUTROS</b>	8 927	7,2	6 103	6,0
<b>TOTAL</b>	<b>124 719</b>	<b>100,0</b>	<b>101 375</b>	<b>100,0</b>

(a) Valores provisórios

Na rede de transporte — ligação dos centros produtores aos centros de consumo e reforço da capacidade de transformação — investiram-se cerca de 11 milhões de contos.

A desaceleração dos consumos de electricidade desde o início da década de noventa e a alienação da Central do Pego em 1993, aliviaram a pressão do investimento em centros produtores. Em 1994, as despesas de investimento na produção concentraram-se na revitalização e adaptação tecnológica das centrais em exploração e no prosseguimento dos empreendimentos hidroeléctricos em construção. Desles, destacam-se os investimentos realizados em Foz Côa e em Miranda II.

**Evolução do Investimento**

Até um passado recente, coube quase exclusivamente às empresas do Grupo EDP a responsabilidade pela realização dos investimentos no sector da electricidade.

Com a flexibilização do sector, outros agentes ao nível da produção passaram a intervir no mercado. Foi o caso da TEJO ENERGIA, com a já referida aquisição da Central do Pego à EDP em 1993, e da TURBOGÁS que recebeu recentemente a concessão para a construção da primeira Central de Ciclo Combinado a Gás Natural na Tapada do Outeiro.

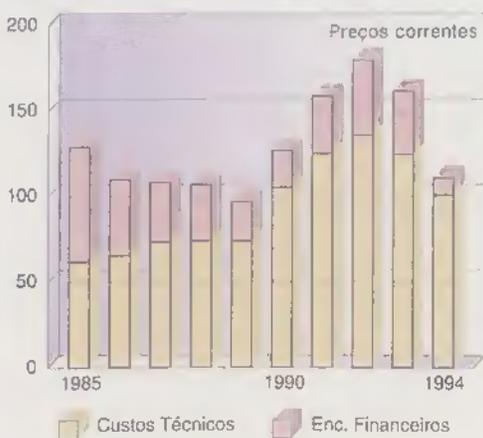
Mantém-se, em todo o caso, no Grupo EDP, a responsabilidade supletiva de garantir a expansão do sistema electroprodutor na justa medida das necessidades

impostas pela evolução dos consumos. E tudo isto de forma necessariamente equilibrada entre os subsectores de produção, transporte e distribuição de electricidade, com total respeito pelas exigências crescentes de preservação do ambiente.

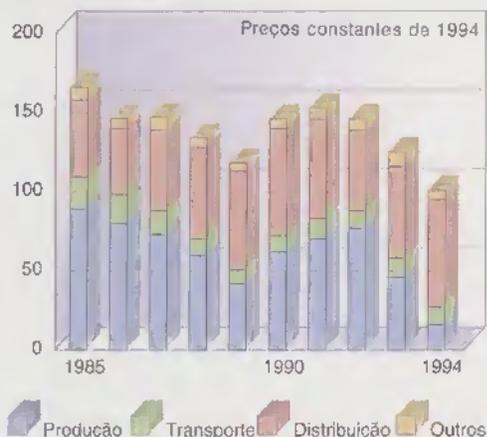
A entrada da Tejo Energia no sector teve já efeitos visíveis no nível de investimento do Grupo, em 1994, que foi 19% inferior ao do ano anterior.

Como se vê pelos gráficos, a tendência de decompressão do investimento era porém já evidente nos últimos anos, quer pela referida desaceleração dos consumos de electricidade, quer pela existência de restrições financeiras que houve que respeitar.

INVESTIMENTO TOTAL (milhões de contos)



INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS (milhões de contos)



**A Reestruturação da EDP e a Função Financeira**

Na sequência da reestruturação da EDP procedeu-se à reorganização da função financeira. A criação de empresas autónomas assim o exigia. Esta reorganização teve subjacente a intenção de manter no Grupo EDP as vantagens da racionalidade financeira alcançadas pela EDP, S.A., enquanto empresa única, nomeadamente no que respeita à centralização dos fluxos de tesouraria e ao financiamento.

Assim, a EDP, S.A., como empresa Holding, assumiu funções de *banco interno* do Grupo, administrando centralizadamente os fluxos financeiros, com base nos mesmos princípios que vigoraram anteriormente.

Não é porém posta em causa a autonomia e a responsabilidade das empresas. Pretende-se que a sua capacidade de intervenção na gestão do seu endividamento seja em tudo equivalente à que teriam com qualquer instituição financeira, **salvaguardados os interesses do Grupo.**

Relativamente ao endividamento existente na data da cisão, não sendo exequível a sua transmissibilidade imediata para as empresas subsidiárias, foi o mesmo mantido na Holding que continuou a responder perante entidades terceiras no que respeita ao rigoroso cumprimento dos respectivos compromissos. Ao mesmo tempo, foi atribuída a cada uma das empresas do sector eléctrico uma dívida nominal, consistente com a definição dos seus valores patrimoniais e equivalente em termos globais, à dívida financeira da Holding para com o exterior do Grupo.

Em consequência, compete às empresas subsidiárias gerar e dotar a empresa-mãe com os fundos necessários à satisfação dos compromissos contratuais da Holding com os financiadores. Na concretização destes compromissos, o *banco interno* presta um serviço às empresas do Grupo.

Relativamente a novos financiamentos as empresas subsidiárias podem agenciar directamente fora do Grupo os meios financeiros de que venham a necessitar. Terão que o fazer, porém, com respeito pelo princípio *first call, last refusal*. Deste modo as empresas consultarão prioritariamente a Holding quanto a disponibilidades e condições, se e quando necessitarem de novos financiamentos.

Os objectivos da gestão do endivida-

mento financeiro foram satisfatoriamente cumpridos em 1994. Com efeito, no início do ano foram definidos princípios que, além da contenção de risco financeiro, contemplavam também a constituição de uma componente financeira de curto prazo através da emissão de papel comercial no mercado nacional.

No que respeita à contenção do risco, o objectivo consistiu em modificar a composição da dívida através do aumento percentual das responsabilidades na moeda nacional realizando operações de swap. Em consequência, a dívida em moeda estrangeira baixou de quase 50 % no final de 1993 para pouco mais de 41 % no final de 1994.

#### COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA

	1994		1993		Diferença (valor)
	Valor	%	Valor	%	
Em escudos	454,9	58,9	440,7	50,3	+14,2
Em moeda estrangeira	317,2	41,1	435,6	49,7	-118,4
	772,1	100,	876,3	100,	-104,2

A relativa estabilidade cambial, observada principalmente no último trimestre do ano, permitiu um abrandamento do esforço de cumprir o objectivo inicial e que consistia em limitar as responsabilidades em divisas estrangeiras a uma percentagem entre 35 % e 40 % da dívida total.

Verificou-se no exercício um ganho cambial líquido de 1,6 milhões de contos e as diferenças de câmbio potenciais correspondentes à actualização da dívida externa em fim de exercício passaram de 73,3 milhões de contos, em 1993, para 43,7 milhões de contos em 1994.

A preocupação de diminuir os custos financeiros levou a que se actuasse sobre as taxas de juro e na substituição de empréstimos que se apresentavam com condições desfasadas das que vigoravam no mercado. Foram, portanto, realizadas várias

operações financeiras no mercado externo de que resultaram condições mais favoráveis quanto a taxas e quanto a margens de intermediação. Renegociaram-se também as taxas de juro de alguns empréstimos no mercado interno, cujos efeitos vieram somar-se aos resultados da evolução das taxas no mercado.

#### EVOLUÇÃO DAS TAXAS MÉDIAS DE JURO DA DÍVIDA DO GRUPO

	1990	1991	1992	1993	1994
Mercado Interno	19,50	19,84	16,89	12,69	10,81
Mercado Externo	8,65	8,52	8,51	6,75	6,48
MÉDIA	13,05	14,29	12,96	9,64	8,90

Relativamente a 1993, verificou-se uma redução em cerca de 3,4% das taxas médias de juro da dívida do Grupo, com predominância das do mercado interno que baixaram nominalmente cerca de 1,8%. As emissões de papel comercial — que atingiram o valor de 37,5 milhões de contos — introduziram no endividamento global uma componente de curto prazo de que resultou, quer a redução de encargos, quer uma maior flexibilidade da gestão da tesouraria. Todas as mencionadas emissões foram notadas com A1 pela Companhia Portuguesa de Rating. Foi Assim possível pré-pagar alguns empréstimos nacionais e antecipar o reembolso da 19.ª emissão de obrigações.

No decurso do ano foram assinados com o BEI dois empréstimos que totalizaram 34 milhões de contos. A boa situação de tesouraria dispensou a utilização destes dois financiamentos tendo os projectos de investimento a que se destinavam sido cobertos por recursos gerados internamente.

#### Financiamento Global

Desde 1990, o endividamento global da EDP foi reduzido em cerca de 283 milhões de contos. Se se tiver em conta que no mesmo período de tempo o investimento realizado a custos totais foi da ordem dos 740 milhões de contos, pode concluir-se

(milhões de contos)		
Posições em (31/12)	Redução do endividamento	Investimento a custos totais
1990	19,3	126,9
1991	8,2	159,1
1992	23,0	179,9
1993	128,0*	161,8
1994	104,2	111,4

\* Reflecte os efeitos da venda da Central do Pego

que a EDP e as empresas do Grupo *libertaram* recursos financeiros que ultrapassaram em muito os 1000 milhões de contos, já que outras aplicações vultosas se realizaram no período.

	Saldo em 31.12.93	Movimentos em 1994		Saldo em 1994	
		Utilizações	Reembolsos	Valor	%
<b>Mercado Interno</b>					
— Curto Prazo	1,0	105,0	68,5	37,5	4,9
— Médio e Longo Prazo	424,3	60,6	94,4	392,7	50,8
<b>Soma (MI)</b>	<b>425,3</b>	<b>165,6</b>	<b>162,9</b>	<b>430,2</b>	<b>55,7</b>
<b>Mercado Externo</b>					
— Curto Prazo	14,7	18,1	25,1	7,7	1,0
— Médio e Longo Prazo	436,3	60,2	162,3	334,2	43,3
<b>Soma (ME)</b>	<b>451,0</b>	<b>78,3</b>	<b>187,4</b>	<b>341,9</b>	<b>44,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>876,3</b>	<b>243,9</b>	<b>350,3</b>	<b>772,1</b>	<b>100,0</b>

No que respeita à constituição das responsabilidades em divisas, dada a instabilidade cambial ocorrida em 1993, procurou-se no exercício de 1994 modificar ligeiramente a tendência de concentração da dívida nas moedas da União Europeia.

#### EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA POR DIVISA

Divisas	1990	1991	1992	1993	1994
(%)					
<b>UE</b>					
PTE	39,9	52,7	54,0	50,3	58,9
ECU	10,6	10,7	12,0	14,4	5,7
DEM	12,2	13,9	16,9	14,7	8,0
Outras	6,8	5,8	6,4	7,5	9,5
	<b>69,5</b>	<b>83,0</b>	<b>89,3</b>	<b>86,9</b>	<b>82,1</b>
CHF	11,9	5,3	5,5	5,3	12,3
USD	13,2	4,7	3,9	5,3	1,4
JPY	5,4	6,9	1,4	2,5	4,2

Quanto à gestão corrente de tesouraria, não se verificou durante o exercício quaisquer dificuldades de liquidez. Episódicas necessidades de fundos foram rapidamente cobertas por créditos de curto prazo, com a utilização do papel comercial a exercer, como referido, um papel relevante.

As empresas subsidiárias puderam abastecer-se, sem restrições, no seu *banco interno* e as suas ordens de pagamento foram cumpridas de acordo com as condições por elas próprias estabelecidas.

#### Comparticipações Financeiras e Apoio Financeiro Comunitário

A ajuda da União Europeia, no âmbito dos Fundos Estruturais, destinou-se a apoiar projectos na área da Rede de Transporte e Distribuição de Energia. Traduziu-se numa participação global, a fundo perdido, de 333 mil contos, respeitantes a projectos em curso, já que não foram aprovadas quaisquer novas candidaturas.

Este valor inclui a comparticipação recebida no âmbito do PEDIP (231 mil contos) bem como a referente a alguns pequenos projectos da Rede de Distribuição, aprovados em 1989 (83 mil contos), processos que foram entretanto dados como encerrados.

Relativamente ao PROTEDE (Programa Operacional de Transportes e Distribuição de Energia), foram concluídas as obras nele inseridas, aguardando-se que a última *tranche* da comparticipação comunitária (cerca de 1,3 milhões de contos) seja recebida no decorrer de 1995.

#### QUADRO DAS COMPARTICIPAÇÕES DE CLIENTES

	(mil contos)	
	1993	1994
Estado e Organismos Oficiais	798,0	721,9
Autarquias Locais	2 957,0	2 366,9
Sector Público e Particular	9 655,8	12 698,5
<b>TOTAL</b>	<b>13 410,8</b>	<b>15 787,3</b>

As participações financeiras dos clientes para a realização de obras que lhe respeitam directamente foi de 15,8 milhões de contos. Este valor corresponde a 15,6 % do investimento, a custos técnicos realizado em 1994.

#### Contas Consolidadas do Grupo; Realização Económica e Financeira em 1994

Pode considerar-se que o exercício de 1994 foi para o Grupo, em termos financeiros, um ano relativamente tranquilo, se se tiver em conta as fortes perturbações cambiais que se tinham verificado no ano anterior.

Com efeito, a paridade cambial do escudo manteve-se estável ao longo do ano, tendo-se apurado mesmo um ganho cambial de 3,2 milhões de contos. As diferenças cambiais potenciais, correspondentes à

actualização da dívida externa em final de exercício, baixaram de 73,3 para 43,7 milhões de contos.

A procura de electricidade aumentou 2,9%, um crescimento baixo quando comparado com o verificado na década de oitenta. Foi no entanto, superior à taxa verificada em 1993 — crescimento nulo — e às melhores previsões que se foram estabelecendo até meados do ano. A procura de electricidade terá acompanhado assim, a recuperação da economia nacional no segundo semestre do ano, evidenciando uma tendência de crescimento sustentado que se prolongará seguramente por 1995.

Em termos hidrológicos, o ano de 1994 não foi um ano favorável. O coeficiente de hidraulicidade foi 10% inferior à média dos regimes, reflectindo-se assim negativamente na exploração do sistema electroprodutor. O sistema inclui uma componente hidroeléctrica muito significativa — bastará referir que em termos médios representa mais de 40% da produção nacional de electricidade — pelo que a redução desta componente implica um reforço complementar da produção térmica e/ou de importação.

No exercício de 1994 este efeito de sobrecurso de produção foi atenuado, face à relativa estabilidade dos preços dos combustíveis utilizados na produção térmica. Registou-se no último trimestre do ano um agravamento dos preços médios do fuel-óleo mas o seu efeito será mais significativo em 1995.

A função financeira é uma variável determinante na realização económica e financeira do Grupo. A dívida, no final de 1994, atingiu um valor próximo dos 772 milhões de contos. A redução das taxas de juro do mercado teve assim um efeito bastante positivo nas contas do Grupo. Os custos financeiros diminuíram significativamente, quer pelo efeito directo das taxas de juro,

quer pela própria dívida que, apesar de elevada, baixou cerca de 104 milhões de contos em relação a 1993. Por outro lado, a capacidade de negociação do Grupo e a sofisticação dos mercados financeiros permitiu igualmente registar economias não dispiciendas na gestão dessa dívida.

Em síntese pode dizer-se que o Grupo pôde beneficiar de condições relativamente favoráveis do mercado e que estas suplantaram o défice de hidraulicidade, o crescimento moderado da procura e a política de actualização tarifária, bastante abaixo da inflação, estabelecida para os nossos Clientes.

Acentuaram-se os progressos registados a nível interno em consequência das mudanças estruturais que vêm sendo operadas há já alguns anos. Destacam-se, neste contexto, a evolução da produtividade do factor trabalho, a racionalização conseguida na exploração do sistema electroprodutor e o desenvolvimento do sistema integrado da informação. A exigência de rigor e de competência na gestão, aos diferentes níveis de responsabilidade, reforçou e consolidou o controle das variáveis fundamentais na estrutura de custos de exploração.

Nestas condições, as contas consolidadas do Grupo apresentam um **resultado líquido de 30,5 milhões de contos**.

Foram feitas dotações para o Fundo de Pensões dos trabalhadores e para a Correção de Hidraulicidade que permitiram cobrir integralmente as responsabilidades actuais do Grupo, nestes dois domínios. O IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas foi estimado em 11,6 milhões de contos.

Este resultado líquido que corresponde a um aumento de 67% em relação ao ano anterior, anima a prosseguir com a estratégia que vem sendo posta em prática no Grupo e reforça a sua já apreciável solidez económica e financeira.

## Balanço

A cisão da EDP foi precedida de uma reavaliação do seu património, de acordo com o determinado pelo Dec.-Lei 7/91 que transformou a Empresa em sociedade anónima de capitais públicos e que explicitou desde logo o processo de cisão.

Por força desta reavaliação, levada a cabo por consultores independentes, o activo aumento cerca de 145 milhões de contos e no passivo foram reconhecidas responsabilidades adicionais de quase 99 milhões de contos, com referência ao balanço de 31 de Dezembro de 1992, data da reavaliação. Os efeitos de reavaliação, que começaram por ser repercutidos no balanço da EDP, acompanharam naturalmente os patrimónios destacados para as novas empresas, em 1 de Janeiro de 1994.

A cisão beneficiou do regime da neutralidade fiscal previsto no Código das Sociedades Comerciais, o que teve como consequência a inscrição dos patrimónios nos balanços das empresas pelos mesmos valores que tinham na contabilidade da EDP. Além disso, a transferência dos patrimónios teve de ser acompanhada de todas as situações específicas existentes na EDP (provisões e regime de amortizações, por

exemplo) de modo a que a liquidação fiscal nas novas empresas se realizasse nos mesmos termos em que se processaria se houvesse continuidade de operações na EDP.

O balanço consolidado do Grupo, em 1994, reflectindo os efeitos da referida reavaliação e o bom desempenho financeiro do exercício, continua a acentuar uma apreciável solidez económica e financeira.

A solvabilidade total tem vindo a registar melhorias sucessivas desde 1990, atingindo o coeficiente 207,6 em 1994.

A relação passivo de MLP/capitais próprios situa-se muito aquém da unidade o que representa um indicador particularmente favorável em actividades muito capital intensivas como são as realizadas pelo Grupo EDP. Para as instituições financeiras estes dois indicadores são uma garantia folgada de que o Grupo dispõe de condições para satisfazer os seus compromissos financeiros.

O imobilizado encontra-se adequadamente coberto por capitais permanentes. O capital circulante mantém um peso no total do activo sensivelmente ao de 1993. No circulante, a parte mais significativa respeita às dívidas de Clientes onde se registam alterações relevantes em relação

## BALANÇO COMPARATIVO

(milhão de contos)

	1990	1991	1992	1993	1993	
					Valor	Acresc. (%)
<b>Activo</b>	<b>1 996,4</b>	<b>2 022,3</b>	<b>2 364,0</b>	<b>2 247,2</b>	<b>2 364,4</b>	<b>5,2</b>
Imobilizado (liq.)	1 654,6	1 738,2	2 189,1	2 095,6	2 226,3	6,2
Circulante	119,7	117,9	100,3	111,1	95,8	-13,8
Créditos MLP	199,1	135,3	47,5	15,3	16,0	4,9
Acrésc. e Diferimentos	23,1	30,9	27,1	25,2	26,3	4,2
<b>Passivo</b>	<b>1 160,2</b>	<b>1 179,7</b>	<b>1 205,8</b>	<b>1 082,7</b>	<b>1 204,6</b>	<b>11,3</b>
Exigível MLP	844,1	910,7	876,7	814,2	636,4	-21,8
Exigível CP	273,4	192,1	227,8	163,8	383,7	134,3
Acrésc. e Diferimentos	42,7	76,9	101,3	104,8	184,4	75,9
<b>Capitais Próprios</b>	<b>836,3</b>	<b>842,6</b>	<b>1 158,2</b>	<b>1 164,5</b>	<b>1 159,8</b>	<b>-0,4</b>
<b>Interesses Minoritários</b>					<b>0,1</b>	
<b>Passivo + Capitais Próprios</b>	<b>1 996,4</b>	<b>2 022,3</b>	<b>2 364,0</b>	<b>2 247,2</b>	<b>2 364,4</b>	<b>5,2</b>

ao ano anterior. As dívidas vencidas das autarquias apenas se reduziram em montante equivalente às transferências do FEF e aos pagamentos realizados no âmbito dos acordos de regularização de dívidas, nos casos em que existem. O risco associado à incobrável dos créditos sobre clientes encontra-se adequadamente coberto por provisões.

As exigências representam cerca de 2,5 meses de consumo. Manteve-se a situação de 1993 o que significa que se alcançou já a nível global, um razoável grau de racionalização do aprovisionamento e da gestão dos materiais de armazém.

Ficou totalmente regularizado em 1994, o défice do ex-Fundo de Apoio Térmico.

O saldo positivo da conta da Correção da Hidraulicidade atingiu cerca de 78 milhões de contos, valor que se considera suficiente para suportar os sobrecustos equivalentes à sucessão de regimes hidrológicos mais gravosa, observada nos últimos 30 anos.

## Custos e Proveitos

As vendas de energia eléctrica aumentaram 8,2% em relação a 1993. Este aumento corresponde a uma evolução da procura global de electricidade de 2,9% e a um acréscimo tarifário médio de 4,7%. O acréscimo, ligeiramente superior ao que seria expectável pela conjugação destes dois factores, terá resultado de diferentes evoluções da procura nos clientes industriais e nos clientes *domésticos* para os quais são aplicados níveis tarifários diferenciados.

Como se pode observar na demonstração de resultados síntese, os **proveitos inerentes ao valor acrescentado** aumentaram 8,7% enquanto que os **consumos corrigidos** — corrigidos do efeito da hidraulicidade registaram um acréscimo de 26,4%.

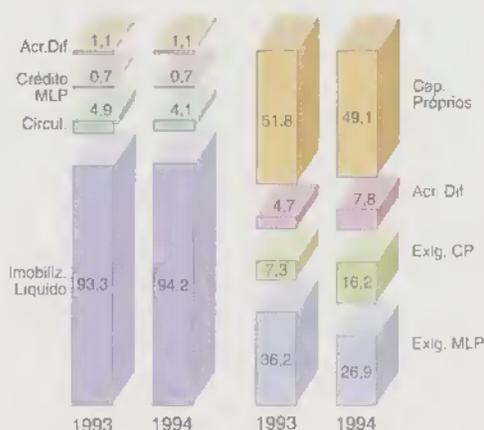
Estas evoluções estão influenciadas, quer nos proveitos, quer nos custos, pelos trabalhos de investimento realizados para o próprio Grupo.

Na actividade especificamente de exploração pesam, em particular, os encargos com combustíveis para produção de electricidade, as compras de electricidade, os encargos com pessoal, as amortizações dos equipamentos e os custos da função financeira.

Quanto aos encargos com combustíveis, a redução de 13,6% em relação a 1993 explica-se fundamentalmente por um menor recurso à produção de electricidade de origem térmica. Em contrapartida, as importações e as aquisições de electricidade a outros produtores independentes mais do que quadruplicaram, estando aqui a influência da energia produzida pela Central do Pego e que, a partir de 1993, passou a ser adquirida à TEJO ENERGIA.

Os encargos com pessoal mantiveram-se praticamente ao nível do ano anterior, o pequeno aumento observado reflecte a

ESTRUTURA DO BALANÇO (%)



A dívida de financiamento passou de 876,3 milhões de contos no final de 1993, para 772,1 milhões no final de 1994, incluindo-se neste último exercício, naturalmente, a dívida das empresas do Grupo já existentes à data da cisão.

consolidação das empresas existentes à data da cisão cujos efeitos ultrapassaram ligeiramente os efeitos da diminuição dos efectivos.

O acréscimo das amortizações (+ 13,5 %) tem a ver com as transferências de imobilizado em curso para exploração – recorda-se que o investimento do ano ultrapassou os 100 milhões de contos – e sobretudo com a reavaliação do imobilizado corpóreo para efeitos da cisão. Durante o exercício não ocorreram alterações nos critérios e nas taxas de reintegração dos imobilizados.

Registou-se na função financeira uma evolução particularmente favorável. Em termos líquidos, as diferenças cambiais do exercício foram favoráveis em 3,2 milhões de contos e quanto aos custos do financiamento verificou-se uma diminuição de 31,5 %.

Não se tornou necessário, em termos globais, reforçar as provisões para créditos de cobrança duvidosa. O agravamento de algumas situações parcelares foi compensado por recuperações.

Consideram-se suficientes as provisões constituídas para cobertura de menos valias potenciais em investimentos financeiros.

O resultado líquido e o cash-flow correspondem a aumentos respectivamente, de 67 % e 3,1 % em relação ao ano anterior. Os meios libertos foram porém bastante superiores ao cash-flow dado alguns custos extraordinários não corresponderem a efectivas saídas de fundos.

#### CASH-FLOW

	1990	1991	1992	1993	1994
Resultados Líquidos	10,3	14,3	16,8	18,3	30,5
Amortizações	57,4	74,7	79,7	104,1	118,2
Provisões (líquidas)	17,4	39,3	6,9	-1,5	-24,0
<b>TOTAL</b>	<b>85,1</b>	<b>128,3</b>	<b>103,4</b>	<b>120,9</b>	<b>124,7</b>

#### Correcção da Hidraulicidade

Os resultados do Grupo estão corrigidos do efeito da hidraulicidade do ano.

As condições hidrológicas foram desfavoráveis, ficando aquém da média dos regimes. O sobrecusto daí resultante foi compensado com um diferencial positivo para o Grupo no montante de 1,2 milhões de contos.

Contudo, o mecanismo da Correcção da Hidraulicidade impõe que, além da regularização anual do diferencial de custos, seja constituída uma dotação com um determinado **nível de referência** capaz de absorver, no futuro, os efeitos negativos equivalentes à sucessão mais gravosa de regimes hidrológicos, ocorrida nos últimos 30 anos.

A preços de 1994, o **nível de referência** foi fixado em 77,7 milhões de contos.

Tendo em conta os bons resultados financeiros do exercício, o Grupo decidiu efectuar uma dotação extraordinária para constituição daquele **nível de referência** que, adicionado à contribuição anual obrigatória, elevou o saldo da conta precisamente para os 77,7 milhões de contos. Ou seja, a dotação está constituída e permite enfrentar as variações hidrológicas, no futuro, com tranquilidade.

#### Trabalhos para a própria empresa

Uma parte importante do investimento do Grupo, em 1994, foi realizado com os meios próprios das empresas.

De acordo com as regras contabilísticas, os custos directos e indirectos evidenciados na demonstração de resultados e com aplicação no investimento são compensados em proveitos na conta de **trabalhos para a própria empresa**.

Esta componente do investimento representou, em 1994, cerca de 55 milhões de

contos e teve, no último quinquénio, a evolução que se apresenta no quadro seguinte:

#### TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

	(milhão de contos)				
	1990	1991	1992	1993	1994
Mat. diversos e F.S.E.	17,9	23,5	19,3	25,4	29,5
Encargos de Estrutura	18,7	17,2	18,3	20,0	15,7
Encargos Financeiros	21,5	33,9	44,0	37,1	10,0
<b>TOTAL</b>	<b>58,1</b>	<b>74,6</b>	<b>81,6</b>	<b>82,5</b>	<b>55,2</b>

#### Aspectos Fiscais e parafiscais

O grupo EDP está sujeito, como qualquer sociedade comercial, ao imposto sobre rendimento das pessoas colectivas (IRC). Considerou-se em 1994 uma estimativa de IRC de 11,6 milhões de contos, depois de se deduzir à colecta um montante de 7,6 milhões de contos de crédito fiscal ao investimento cujo prazo de utilização se esgotava precisamente em 1994.

#### CONTA DE RESULTADOS

	(mil contos)						
	1990	1991	1992	1993	1994		
					Valor	Acresc. (%)	
Vendas e Prestações de Serviços	323 902	390 912	440 898	468 888	514 202	9,7	
Trabalhos para a própria Empresa (a)	36 525	40 666	37 696	45 352	45 211	(0,3)	
Produtos e Trabalhos em Curso	26	(218)	55	23	17	(26,4)	
Outras Receitas Correntes	1 721	1 640	2 314	2 038	1 534	(24,7)	
<b>Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado</b>	<b>362 174</b>	<b>433 000</b>	<b>480 963</b>	<b>516 301</b>	<b>560 964</b>	<b>8,7</b>	
Compra e Importação de Electricidade	745	2 950	11 042	9 223	40 197	335,8	
Combustíveis	53 949	55 677	60 461	52 812	45 623	(13,6)	
Materiais Diversos	21 258	23 955	21 597	26 994	32 160	19,1	
Correcção de Hidraulicidade	(5 422)	(4 797)	(22 424)	(7 356)	(1 162)	(84,2)	
Fornecimento e Serviços Externos	19 921	25 408	33 166	37 495	37 650	0,4	
Impostos Indirectos	424	440	8 365	5 472	3 066	(44,0)	
<b>Consumos Corrigidos</b>	<b>(-)</b>	<b>90 875</b>	<b>103 633</b>	<b>124 640</b>	<b>157 534</b>	<b>26,4</b>	
<b>Valor Acrescentado Bruto</b>	<b>(=)</b>	<b>271 299</b>	<b>329 367</b>	<b>391 661</b>	<b>403 430</b>	<b>3,0</b>	
Despesas com o Pessoal	(-)	62 102	69 116	76 419	79 828	0,2	
Outros Encargos de Exploração	(-)	7 723	20 501	45 167	24 248	8,5	
Outros Proveitos de Exploração	(+)	231	582	498	786	199	(74,7)
<b>Excedente Bruto de Exploração</b>	<b>(=)</b>	<b>201 705</b>	<b>240 332</b>	<b>247 668</b>	<b>299 553</b>	<b>3,2</b>	
Despesas Financeiras	(-)	195 044	213 633	177 855	205 327	92 011	(55,2)
Receitas Financeiras	(+)	27 069	58 704	30 628	27 031	20 876	(22,8)
Imputação despesas financeiras a T.P.E.	(+)	21 587	33 882	43 957	37 128	10 012	(73,0)
Juros FAT, Corr. de Hidraulicidade	(+)	22 386	10 129	7 878	2 746	281	(89,8)
Resultados Extraordinários e de exercicios anteriores	(+)	7 440	(1 122)	(48 912)	(31 092)	(102 417)	229,4
Imposto s/Rendimento				0	11 635		
<b>Cash-Flow</b>		<b>85 143</b>	<b>128 292</b>	<b>103 367</b>	<b>120 870</b>	<b>124 659</b>	<b>3,1</b>
Amortizações	(-)	57 411	74 749	79 703	104 147	118 176	13,5
Provisões (Líquidas)	(-)	17 453	39 293	6 877	(1 543)	(24 030)	1457,6
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>10 279</b>	<b>14 250</b>	<b>16 787</b>	<b>18 266</b>	<b>30 513</b>	<b>67,0</b>

a) Sem encargos financeiros.

No exercício de 1994, o Grupo liquidou a favor dos Municípios um montante de 18,1 milhões de contos a título de rendas de concessão e de centros electroprodutores.

No final do exercício, não existiam dívidas vencidas à Segurança Social.

## PERSPECTIVAS PARA 1995

Espera-se para 1995 um nível de desempenho económico e financeiro semelhante ao verificado em 1994.

Não se prevêem alterações significativas na maior parte das variáveis-chave com peso nos custos de exploração das empresas do Grupo. Apenas nos combustíveis para produção de electricidade — fuelóleo e carvão — deverá verificar-se um agravamento dos preços médios em 1995, na continuação de uma tendência que foi já visível no último trimestre de 1994.

Estão já definidas e aprovadas pela Direcção-Geral de Concorrência e Preços as tarifas de venda de electricidade para 1995.

Na linha do que vem sendo posto em prática, os Clientes vão uma vez mais beneficiar dos bons resultados do Grupo. As tarifas que vigoram desde 1 de Janeiro de 1995 correspondem a uma **redução nominal** de 5% para os Clientes industriais e outros Clientes com potência contratada superior a 19,8 kVA. **A variação é nula** para os Clientes com potência inferior a 19,8 kVA. Os Clientes industriais beneficiam ainda de uma redução mais generosa nos consumos efectuados nas *horas de vazio* e mantêm-se os chamados descontos de “antecipação” e de interruptibilidade aos Clientes que se enquadrem em determinadas condições.

Com a recuperação da economia, a procura de electricidade deverá crescer a uma taxa à volta dos 3,5%, um pouco mais do que em 1994.

Prevê-se um investimento anual de 116 milhões de contos a custos técnicos. Deste montante, mais de 77 milhões destinam-se a obras nas redes de transporte e distribuição e cerca de 24 milhões serão gastos nos aproveitamentos hidroeléctricos em construção e na revitalização/adaptação dos centros produtores já em exploração. Uma verba com alguma expressão será afectada à estratégia de internacionalização do Grupo que se pretende intensificar em 1995.

Ainda no final de 1994 desencadeou-se internamente o processo de preparação das condições para abertura parcial do capital da CPPE aos investidores privados. Este processo prosseguiu nos primeiros meses de 1995 e não condicionará o calendário que o accionista da Holding venha a definir para a operação.

Em síntese e no pressuposto de que não ocorrerão em 1995 imprevistos com forte impacto na exploração — agravamento acentuado dos preços dos combustíveis, seca com características de calamidade nacional ou perturbações significativas nas paridades cambiais — o Grupo EDP apresentará em 1995 um nível de resultados não inferior ao apresentado em 1994.

Lisboa, 17 de Março de 1995

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serrão da Silva Correia — *Presidente*

Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro

Machado — *Vice-Presidente*

José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

José António de Matos Taborda Farinha

José Manuel Machado Saldanha Bento

António Maria Ramos da Silva Vidigal

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães





## BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

Unidade: Escudos

Notas		Exercícios			
		1994		1993	
		AB	A/P	AL	AL
	<b>ATIVO</b>				
	<b>IMOBILIZADO:</b>				
23.a./27	Imobilizações incorpóreas:				
	Despesas de instalação	178 430 618	12 340 522	166 090 096	534 866 785
	Despesas de Investig. e desenvolvimento	96 377 327	13 690 905	82 696 422	170 365 264
	Propriedade industrial e out. direitos	40 348 237	26 704 275	13 643 962	29 508 294
	Trespases				12 500 000
	Diferenças de câmbio				3 825 005
		315 156 182	52 725 702	262 430 480	751 063 348
23.b./27.	Imobilizações corpóreas:				
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	72 273 227 257	55 146 939 303	17 126 287 954	19 398 408 465
	Terrenos e recursos naturais	19 067 584 848		19 087 584 848	7 172 004 230
	Edifícios e outras construções	55 828 833 201	20 659 093 840	35 169 739 361	30 032 794 152
	Equipamento básico	3 714 988 651 174	1 711 046 872 635	2 003 941 778 539	1 886 624 327 094
	Equipamento de transporte	9 932 253 276	7 189 806 747	2 762 646 529	2 589 701 943
	Ferramentas e utensílios	2 378 825 502	2 000 048 146	376 777 356	381 106 368
	Equipamento administrativo	24 923 084 510	14 069 057 860	10 854 026 650	12 076 456 332
	Taras e vasilhame				12 728
	Diferenças de câmbio	14 598 257 924	487 834 821	14 110 423 103	12 520 045 433
	Outras imobilizações corpóreas	601 623 934	280 989 006	320 634 928	318 524 467
	Imobilizações em curso	105 266 207 593		105 266 207 593	110 005 127 672
	Adiantamentos p/ conta Imob. corpóreas	254 017 890		254 017 690	194 792 580
23.d./27.	Aproveit. fins múltip. (parte n/ afect)	4 681 547 237		4 681 547 237	5 312 875 944
	Produção hidroeléctrica	3 360 336 532		3 360 336 532	4 081 062 617
	Obras em curso	1 321 210 705		1 321 210 705	1 231 813 327
		4 024 792 114 146	1 810 860 442 358	2 213 931 671 788	2 086 626 177 398
23.c./27	Investimentos financeiros:				
	Partes de capital em empresas do grupo	9 424 431 932	8 000 000 000	1 424 431 932	1 563 034 861
	Partes de capital em empresas associadas	5 747 230 563		5 747 230 563	1 966 839 459
	Títulos e outras aplicaç. financeiras	5 040 439 559	63 526 122	4 976 913 437	4 736 551 519
		20 212 102 054	8 063 526 122	12 148 575 932	8 266 425 839
	<b>CIRCULANTE:</b>				
23.e.	Existências:				
	Matérias-primas, subprod. e consumo	15 770 067 245		15 770 067 245	15 912 713 515
	Produtos e trabalhos em curso	305 833 553		305 833 553	289 302 085
	Mercadorias	91 258 193		91 258 193	
	Adiantamentos por conta de compras	110 859 221		110 859 221	78 646 966
		16 278 018 212		16 278 018 212	16 280 662 566
50.a.	Dívidas de Terceiros - Médio Longo Prazo:				
	Autorizadas - Dívida de 31/12/88	42 214 429 013	38 300 000 000	3 914 429 013	3 752 409 096
	Accionistas (Sócios)	3 052 897 784		3 052 897 784	3 156 083 977
50.e.	Imobilizados em Integração compensados	8 364 344 204		8 364 344 204	8 377 042 504
		53 631 671 001	38 300 000 000	15 331 671 001	15 285 535 577
	Dívidas de terceiros - curto prazo:				
	Clientes c/c	68 213 786 661	7 511 094 001	60 702 692 660	63 475 425 639
	Clientes - títulos a receber	111 005 000		111 005 000	120 279 637
	Clientes de cobrança duvidosa	28 998 860 775	28 974 206 391	24 654 384	
	Estado e outros entes públicos	2 603 291 210		2 603 291 210	3 664 222 820
23.m/50d/l	Déficit do ex-FAT	15 805 353 380	245 811 536	15 558 541 844	7 575 107 854
50.c./l.	Outros devedores	115 732 297 026	36 732 111 928	79 000 185 098	16 566 527 063
		115 732 297 026	36 732 111 928	79 000 185 098	91 401 563 013
	Títulos negociáveis:				
	Outras aplicações de tesouraria	187 999 059		187 999 059	600 000 000
		187 999 059		187 999 059	600 000 000
	Depósitos bancários e caixa:				
	Depósitos bancários	363 050 980		363 050 980	
	Caixa	594 342 501		594 342 501	2 796 795 744
		957 393 481		957 393 481	2 796 795 744
50.b.	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
	Acrescimos de proveitos	14 590 568 339		14 590 568 339	12 182 781 572
	Custos diferidos	11 672 123 089		11 672 123 089	13 018 983 771
		26 262 691 428		26 262 691 428	25 201 765 343
	Total de Amortizações		1 810 976 694 182		
	Total de Provisões		83 032 111 928		
	<b>Total do Activo</b>	<b>4 258 369 442 589</b>	<b>1 894 008 806 110</b>	<b>2 364 360 636 479</b>	<b>2 247 209 988 828</b>

DIRECÇÃO-CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL

O Técnico de Contas

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalho

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL

Manuel de Jesus Martins

Unidade: Escudos

Notas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
	Exercícios	
	1994	1993
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>		
	600 000 000 000	250 000 000 000
Capital		
Ajust. partes de cap. em filiais e assoc.	3 566 222 303	5 475 770 280
Reservas de avaliação	464 247 128 522	782 580 865 651
Reservas:		
Reservas legais	34 476 192 153	86 437 715 520
Outras	25 657 022 635	25 669 590 637
Resultados transitados	1 335 489 848	974 958 908
Subtotal	1 129 282 055 461	1 146 210 688 996
Resultado consolidado líquido do exercício	30 512 755 590	18 266 011 821
Total do Capital Próprio	1 159 794 811 051	1 164 476 710 817
Interesses minoritários	142 838 135	
<b>PASSIVO:</b>		
50.f.	17 000 000 000	
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões	48 249 564 616	1 253 688 481
Outras provisões p/ riscos e encargos	65 249 564 616	1 253 688 481
<b>Dívidas a terceiros – Médio L./Prazo:</b>		
33.	79 585 000 000	126 185 000 000
Empréstimos p/ obrigações – não convert.		
33.	521 482 884 207	643 265 007 250
Dívidas a instituições de crédito		
33.	13 247 995 694	11 916 824 645
Outros credores		
23.n/50.d.	77 688 062 887	8 184 439 084
Correcção de Hidraulicidade		
23.d.	3 957 418 000	3 957 418 000
Particip. do Estado p/ Aprovell. de Fins Múltiplas		
03.b.ii	17 126 287 954	19 398 408 465
Conta de regularização – (DL 344-B/82)		
	713 087 648 742	812 907 097 444
<b>Dívidas a terceiros – Curto Prazo:</b>		
	21 932 500 000	5 250 000 000
Empréstimos p/ obrigações – não convert.		
	158 871 968 529	104 388 188 398
Dívidas a instituições de crédito		
	19 285 450	75 000
Adiantamentos por conta de vendas		
	13 058 867 258	12 308 127 367
Fornecedores c/c		
	373 822 351	2 489 316 691
Fornecedores – Fact. em recepção e cont.		
	198 934 077	
Outros accionistas (Sócios)		
	17 472 590 494	18 131 345 347
Adiantamentos de clientes		
	13 468 651 661	2 647 762 282
Fornecedores de imobilizado o/c		
Estado e outros entes públicos		
50.c.i	16 338 634 424	17 546 416 913
Outros credores		
	241 735 272 244	163 759 231 898
<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>		
50.b.	42 765 144 042	36 048 056 208
Acréscimos de custos		
	141 585 357 649	68 765 203 980
Proveitos diferidos		
	184 350 501 691	104 813 260 188
Total do Passivo	1 204 422 987 293	1 082 733 278 011
Total do Capital Próprio e do Passivo	2 364 360 636 479	2 247 209 988 828

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Joaquim Serra da Silva Correia – Presidente  
 Arnaldo Pedro Figueiró Navarro Machado – Vice-Presidente  
 José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa  
 José António de Matos Taborda Fátima  
 José Manuel Machado Saldanha Bento  
 António Ramos da Silva Vidigal  
 Jorga Fernando Alves Ferreira Guimarães

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

## CUSTOS E PERDAS

Notas	Exercícios	
	1994	1993
Custo das existências vendidas e consumidas		
Electricidade	40 197 447 140	9 222 560 623
Combustíveis p/ produção da electricidade	45 622 784 474	52 812 044 184
Materiais diversos	31 107 333 786	26 994 194 796
Mercadorias	1 053 026 957	
	117 980 592 357	89 028 799 603
Fornecimentos a serviços externos	37 649 566 079	37 495 175 556
Custos com o pessoal		
Remunerações	55 913 695 766	53 616 690 439
Encargos sociais:		
23.j. Complemento de pensões de reforma	3 221 511 935	3 699 345 447
Prémios para pensões	2 465 493 933	936 187 000
Encargos s/ remunerações	13 234 505 112	13 214 573 825
Custos de acção social	1 097 099 810	4 253 225 554
Outros	3 895 337 548	3 987 004 674
	79 827 644 104	79 707 026 939
27.b. Amortizações do exercício	118 176 171 403	104 146 838 348
46. Provisões do exercício	2 243 249 298	498 523 508
	120 419 420 701	104 645 381 856
Impostos:		
Impostos indirectos	3 065 968 431	5 471 908 416
Impostos directos	58 136 484	56 738 304
Outros custos e perdas operacionais	831 235 458	552 304 659
23bii/50g Rendas de concessões e c. electroprodutores	18 103 550 014	16 675 194 441
23n/50d Correção hidraul. - diferença! exerc. - Custo		
Correção hidraulicidade - Agravamento	5 255 213 562	5 070 799 000
	27 314 103 949	27 826 944 820
A - Custos e Perdas Operacionais	383 191 327 190	338 703 308 774
44. Custos e perdas financeiras		
Perdas em empresas do grupo associadas		
Juros	77 837 171 101	115 698 272 748
27.b. Amortiz. e provis. de aplic. e invest. financ.	10 058 820	2 147 216
Diferenças de câmbio	10 619 020 905	86 627 062 758
Out. custos e perdas financ. e similares	3 544 700 477	3 001 257 066
	92 010 951 303	205 328 739 788
C - Custos e Perdas Correntes	475 202 278 493	544 032 048 562
45. Custos e perdas extraordinárias		
Dividas Incobráveis	828 155 998	1 374 526 295
Perdas em existências	53 783 991	107 936 357
Perdas em imobilizações	216 092 642	1 241 364 270
Aumento de amortizações e provisões	296 692 412	12 943 523
Correcções relativ. a exercícios anteriores	2 021 401 747	2 426 195 122
Outros custos e perdas extraordinárias	124 824 725 444	38 668 729 404
	128 240 852 234	43 831 694 971
E - Custos e Perdas do Exercício	603 443 130 727	587 863 743 533
Imposto sobre o rendimento do exercício	11 634 552 100	0
G - Custos Totais	615 077 682 827	587 863 743 533
Interesses minoritários	5 204 272	
Resultado consolidado líquido do exercício	30 512 755 590	18 266 011 821
TOTAL	645 595 642 689	606 129 755 354
Resultados Operacionais	(B) - (A)	
Resultados Financeiros	((D) - (B)) - ((C) - (A))	
Resultados Correntes	(D) - (C)	
Resultados Antes de Impostos	(F) - (E)	
Resultado Líquido do Exercício	(F) - (G)	

DIRECÇÃO CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL  
O Técnico de Contas  
Carlos Manuel Fernandes de Almeida Carvalha

O DIRECTOR CENTRAL DE CONTABILIDADE  
E GESTÃO ORÇAMENTAL

Manoel de Jesus Martins

Unidade: Escudos

Notas	Exercícios			
	1994		1993	
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
36.	Vendas			
	De energia eléctrica	502 074 391 604	484 327 622 451	
36.	Outras	2 988 447 085	1 440 674 715	
36.	Prestações de serviços	9 138 791 507	3 119 251 695	468 887 548 861
	Variação da produção			
	Produtos e trabalhos em curso:			
	Existências finais	305 833 553	289 302 085	
	Existências iniciais	289 302 085	266 242 347	23 059 738
50.l.	Trabalhos para a própria empresa		55 223 138 578	82 480 202 344
	Proveitos suplementares	1 533 657 539	2 038 860 976	
50.h.	Subsídios à exploração	17 164 936	532 556 082	
	Outros proveitos e ganhos operacionais	181 803 899	253 005 724	
23.n./50.d.ii.	Correcção hidraul. - dil. do exerc. - Provento	1 162 381 050	7 355 886 052	
	Correcção de hidráulidade - Bonificação			10 180 308 834
		2 894 807 424		
	<b>B - Proveitos e Ganhos Operacionais</b>	<b>572 336 107 666</b>		<b>581 571 119 777</b>
44.	Proveitos e ganhos financeiros			
	Ganhos em empresas do grupo e associadas		25 687 386	
	Rendimentos de participações de capital	97 825 732	1 032 321 284	
	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	736 270 789	5 978 562 916	
	Outros juros e proveitos similares	6 193 584 982	19 992 947 808	
	Diferenças de câmbio favoráveis	13 848 408 431	2 746 817 829	
23.k./50.d.ii.	Juros e/ déficit do ex-FAT	281 156 227		29 777 137 203
23.n./50.d.ii.	Juros de correcção de hidráulidade		21 157 246 155	
	<b>D - Proveitos e Ganhos Correntes</b>	<b>593 493 353 821</b>		<b>591 348 256 980</b>
45.	Proveitos e ganhos extraordinários			
	Ganhos em imobilizações	337 420 924	3 821 664 243	
	Reduções de amortizações e de provisões	41 279 404 751	2 066 005 976	
	Correcções relat. a exercícios anteriores	707 615 951	1 086 721 390	
	Outros proveitos e ganhos extraordinários	9 777 847 242	7 808 106 765	14 781 498 374
		52 102 288 866		
	<b>F - PROVEITOS TOTAIS</b>	<b>645 595 642 699</b>		<b>606 129 755 354</b>
		189 144 780 476		222 867 811 003
		- 70 853 705 148		- 175 551 602 585
		118 291 075 328		47 316 208 418
		42 152 511 962		18 266 011 821
		30 512 755 590		18 266 011 821

## O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João M. Serrão da Silva Correia - Presidente

Amário Pedro Figueirôa Navarro Machado - Vice-Presidente

José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhos

José António de Matos Taborda Farinha

José Manuel Machado Saldanha Bento

António Ramos da Silva Vidigal

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

## ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 94.12.31

### 00 – Nota introdutória

#### a) Cisão da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. e criação do Grupo EDP

No cumprimento do disposto nos Decretos-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro e 131/94 de 19 de Maio, o Conselho de Administração da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., elaborou um Plano Geral de Cisões da Empresa, o qual foi apreciado e aprovado por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas reunida no dia 18 de Agosto de 1994.

Em consequência do atrás exposto foi criado o Grupo EDP, no qual se integram não só as Empresas constituídas pelo processo de cisão referido, mas também as Empresas existentes nessa data, e as entretanto constituídas.

#### b) Objecto e detentores do capital

O Grupo EDP tem por actividade principal o estabelecimento e exploração do serviço público de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica em Portugal continental.

O capital das Empresas incluídas na consolidação é totalmente detido, directa ou indirectamente, pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A., com excepção das seguintes participações minoritárias detidas por terceiros no capital das Empresas.

ENERNOVA – Novas Energias, S.A. ....	25 % de terceiros
ECONOLER – Sociedade de Eficiência Energética, S.A. ....	49,83 % de terceiros

O capital da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., é totalmente detido pelo Estado Português (sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos) e as acções representativas do seu capital só poderão ser transmitidas para outros entes públicos (conforme Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro).

#### c) Regime de preços da energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) são fixados por convenção negociada entre o Grupo e a Direcção-Geral da Concorrência e Preços, nos termos do Decreto-Lei n.º 18-A/89, de 12 de Janeiro.

#### d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação (Decreto-Lei n.º 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos municípios, admitindo-se no entanto a possibilidade da sua concessão à EDP, tendo no processo de cisão esta possibilidade sido transferida para as Empresas de Distribuição de Electricidade então criadas.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos municípios concedentes (Nota 50.g).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração das Empresas de Distribuição do Grupo.

Na base desta disposição, o Grupo considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 23.b.ii e 27.c.ii), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 23.b.ii).

#### e) Fundo de Correção de Hidraulicidade

A Correção de Hidraulicidade constitui um mecanismo instituído legalmente (Decreto-Lei n.º 338/91) de compensação dos custos variáveis da produção de energia eléctrica.

Em anos secos o sistema termoeléctrico é sobreutilizado, e os gastos de combustíveis ou a importação de electricidade aumentam significativamente. Em anos húmidos a situação inverte-se.

As tarifas são calculadas tendo em conta os custos de exploração de um ano em condições hidrológicas médias.

Assim, neste contexto e para evitar distorções de grande significado nos resultados, os encargos com combustíveis e importação de electricidade, contabilizados na Demonstração de Resultados, são corrigidos positiva ou negativamente, em função da hidraulicidade ser favorável ou desfavorável (Nota 50.d.i.).

#### f) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português (POC). As Notas números 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 48 e 49 não estão incluídas neste anexo, por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

#### g) Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e, especialização dos exercícios (excepto como indicado na Nota 23.n), e de acordo com as normas de consolidação definidas no Plano Oficial de Contabilidade.

## 01 – Empresas incluídas na consolidação

(Escudos)

Denominação Social e Sede	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1994	Condições de Obrigatoriedade de Consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/7
EDP-Electricidade de Portugal, S.A. Av. José Malhoa, Lote A-13 Lisboa	Produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia eléctrica em Portugal, em conformidade com as licenças, concessões ou autorizações de que for titular.	Estado Português	100%	1 134 892 637 941	30 104 920 974	Majoria dos direitos de voto
CPPE-Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A. Av. Defensores do Chaves, 4 Lisboa	Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias, sob obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.	EDP	100%	493 730 286 349	9 274 480 582	Majoria dos direitos de voto
REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 12.º, Lisboa	Assegurar a gestão global do sistema eléctrico de abastecimento público (SEP), visando garantir a estabilidade e segurança do abastecimento de electricidade e assegurando a conjugação dos interesses dos diversos intervenientes em presença; explorar e desenvolver a rede nacional de transporte em muito alta tensão em Portugal Continental, por ir a carreira de sítios para centrais eléctricas e proceder à realização de concursos para a construção e exploração de novos centros produtores de energia eléctrica.	EDP	100%	214 555 906 002	2 008 845 414	Majoria dos direitos de voto
EN-Electricidade do Norte, S.A. Rua Gonçalo Cristóvão, 216 Porto	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	135 829 087 043	4 328 421 584	Majoria dos direitos de voto
CENEL-Electricidade do Centro, S.A. Av. de Brasil, 1 Coimbra	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	101 026 061 596	3 877 989 036	Majoria dos direitos de voto
LTE-Electricidade do Lisboa e Vale do Tejo, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	86 347 947 378	6 071 816 204	Majoria dos direitos de voto
SLE-Electricidade do Sul, S.A. Rua Dom Francisco Manuel de Melo, 23-A, Lisboa	Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.	EDP	100%	87 773 072 840	3 446 770 070	Majoria dos direitos de voto

## 01 - Empresas incluídas na consolidação (cont.)

(Escudos)

Denominação Social	Actividade Principal	Detentoras do Capital	% Capital Detido	Capitais Próprias	Resultado do Exercício de 1994	Condições de Obrigatoriedade de Consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/7
HDM-Energia do Norte, S.A. Rua da Gaires, 292 Braga	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	EN	100 %	6 731 536 578	251 782 900	Majoria dos direitos de voto
HIDROCENEL-Energia do Centro, S.A. Lugar de Quintela Seia	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações ou alheias.	CENEL	100 %	13 142 666 460	813 851 468	Majoria dos direitos de voto
HIDROTEJO-Hidroeléctrica do Tejo, S.A. Rua Camilo Castelo Branco, 43 Lisboa	Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias ou alheias.	LTE	100 %	12 817 854 967	179 262 472	Majoria dos direitos de voto
HIDRORUMO - Projecto e Gestão, S.A. Rua do Bolhão, 36 Porto	Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, na realização total ou parcial desses empreendimentos e no desenvolvimento de actividades conexas e complementares.	EDP CPPE EN CENEL LTE SLE	40 % 40 % 5 % 5 % 5 % 5 %	800 000 000	14 622 976	Majoria dos direitos de voto
PROET - Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 2.º Lisboa	Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na investigação, desenvolvimento e demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção termoeléctrica, integrando ainda a prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial.	EDP CPPE EN CENEL LTE SLE	40 % 40 % 5 % 5 % 5 % 5 %	740 257 097	82 263 119	Majoria dos direitos de voto
LABELC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A. Rua Cidade de Goa, 4 Sacavém	Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente do índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo da qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade, bem como de fabricantes ou empresas relacionadas com a indústria eléctrica e entidades com solicitações afins.	EDP REN EN CENEL LTE SLE	40 % 40 % 5 % 5 % 5 % 5 %	550 332 719	2 487 916	Majoria dos direitos de voto
EDINFOR-Sistemas Informáticos, S.A. Rua Particular EDP à Rua Cidade de Goa, Sacavém	Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.	EDP CPPE REN EN CENEL LTE SLE	40 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	503 659 081	64 658 720	Majoria dos direitos de voto
MRH - Mudança e Recursos Humanos, S. A. Rua Cova da Moura, 2, 4.º Lisboa	Consultoria e prestação de serviços no âmbito da formação profissional e outras áreas da gestão de recursos humanos, bem como no exercício de actividades relacionadas com aquelas.	EDP CPPE REN EN CENEL LTE SLE	40 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	89 869 961	139 671 925	Majoria dos direitos de voto
SÁVIDA - Medicina Apolada, S.A. Av. Casal Ribeiro, 15 Lisboa	Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheios.	EDP CPPE REN EN CENEL LTE SLE	40 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 % 10 %	115 008 493	91 483 802	Majoria dos direitos de voto

## 01 – Empresas incluídas na consolidação (cont.)

(Escudos)

Denominação Social	Actividade Principal	Detentores do Capital	% Capital Detido	Capitais Próprios	Resultado do Exercício de 1994	Condições de Obrigatoriedade de Consolidação N.º 1 Art.º 1 DL 238/91 de 2/7
EDALPRO - Imobiliária, Lda. Av. José Malhoa, lote A-13 Lisboa	Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; o estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos; a administração de bens e a realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária.	EDP EDINFOR	90 % 10 %	165 205	23 186 874	Majoria dos direitos de voto
INTERNEL - Electricidade de Portugal Internacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55, 10.º Lisboa	Consultoria de organização e gestão de empresas, consultoria e assistência técnica no domínio da actividade de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, elaboração e gestão de projectos, promoção e celebração de contratos comerciais, por conta própria ou alheia, e o controlo da sua execução, formação profissional de quadres, bem assim como actividades conexas.	EDP	100 %	116 020 009	34 783 527	Majoria dos direitos de voto
ENERNOVA - Novas Energias, S.A. Av. José Malhoa, lote A-13 Lisboa	Projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas, fornecer serviços ou participar em realizações congéneres para outras entidades e exercer quaisquer outras actividades de estudo, projecto e execução em correspondência com as suas capacidades.	EDP	75 %	20 000 000	3 001 020	Majoria dos direitos de voto
ECONQUER - Sociedade de Eficiência Energética, S.A. Rua Guerra Junqueiro, 495, S/L Perto	Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade, através da realização de estudos técnico-económicos e financeiros e da execução de projectos de optimização de consumos energéticos e da produtividade em geral, bem como da comercialização, produção e exploração de equipamento destinado à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.	EDP	50,17 %	175 865 671	11 949 682	Majoria dos direitos de voto

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício.

## 02 -- Empresas excluídas da consolidação

(Escudos)

Denominação Social e Sede	Detentores do capital	% capital detido	Últimas contas aprovadas		Motivo da exclusão Art.º 4 DL 238/91 de 2/7	
			Ano	Capitais próprios		Resultado do exercício
ENERGIA, RE Luxembourg, 5 Place de la Gare	EDP	90,998 %	1994	249 554 991	Som actividade no exercício (constituída em 94.11.07)	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
Sociedade de Assistência Técnica Empresarial, Lda Av. Dr. Mário Soares, 26, 1.º, compartimento, 13 - Macau	EDP	99 %	1993	620 042 687	235 779 289	Actividade diferenciada (Encontra-se valorizada pelo Método de Equivalência Patrimonial)
Sociedade Portuguesa do Electrometalurgia, S.A. Canas do Senhorim	EDP	70 %	1993	318 005 965	-- 1 897 526	Restrições severas e duradouras

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício.

### 03 – Empresas associadas incluídas na consolidação por equivalência patrimonial

(Escudos)

Denominação Social e Sede	Detentoras do capital	% capital detido	Últimas contas aprovadas		
			Ano	Capitais próprios	Resultado do exercício
EDEL - Empresa Editorial Electrotécnica, Lda. Rua de Dona Estefânia, 48, 3.ª - Lisboa	EDP	44,77 %	1993	499 900	-261 720
PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A. Largo do Depósito, 4 - Sines	EDP	40 %	1994	2 136 665 989	1 186 546 194
TRANSGÁS - Sociedade Portuguesa do Gás Natural, S.A. Av. Marechal Gomes da Costa - Lisboa	EDP	29 %	1993	5 000 000 000	-10 031 000
TANQUIPOR - Movimentação e Armazenagem de Líquidos, S.A. Parque Industrial da Quilperque - Barreiro	EDP	28,89 %	1993	586 798 000	8 374 000

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício.

### 06 – Empresas com participações iguais ou superiores a 10 % excluídas da consolidação

(Escudos)

Denominação Social e Sede	Detentoras do capital	% capital detido	Últimas contas aprovadas		
			Ano	Capitais próprios	Resultado do exercício
EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento da Electrónica, S.A. Quinta das Medronheiras - Lazarim	EDP	14,29 %	1994	2 389 081 000	-289 639 000
VALORSUL, S.A. Av. Marechal Gomes da Costa, 37 - Lisboa	EDP	11 %	1994	30 000 000	Sem actividade no exercício (constituída em 94.09.16)
IMOTRON - Edifícios Inteligentes, S.A. Av. Estados Unidos da América, 27 - B e E Lisboa	EDP	15 %	1993	30 000 000	-13 506 356
TEJO ENERGIA, S.A. Central Termoelectrónica do Pego, EN 118, km 142,1, Pego - Abrantes	EDP	10 %	1993	9 999 644 000	-265 757 000
OCE - Centro para a Conservação da Energia Estrada de Alfragide, Praceta 1 - Alfragide	EDP	10 %			

Nota: Os capitais próprios não incluem o resultado líquido do exercício.

### 07 – Pessoal ao serviço do Grupo

O número médio de pessoas ao serviço das Empresas do Grupo durante o exercício foi de 17 121 trabalhadores, não existindo assalariados.

O desdobramento por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional dos trabalhadores do quadro permanente é a seguinte:

Directores/Chefias superiores.....	806
Quadros superiores.....	1 194
Quadros médios.....	343
Chefias intermédias.....	666
Profissionais altamente qualificados.....	2 001
Profissionais qualificados.....	5 453
Profissionais semi-qualificados.....	5 918
Profissionais não qualificados.....	578
<b>Total</b>	<b>16 959</b>

Para além do pessoal do quadro permanente estiveram também ao serviço das Empresas do Grupo 162 contratados a prazo.

## 18 – Contabilização das Participações em Associadas

Os investimentos financeiros em partes de capital em associadas, são contabilizados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, com excepção da participação na Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, que está contabilizada pelo valor do custo.

## 21 – Compromissos Financeiros

a) Contrato de troca a termo certo (SWAP) entre a EDP-Electricidade de Portugal, S.A., e o BPI - Banco Português de Investimento, S.A., por um período de 5 anos, com a data de vencimento da operação em 14 de Maio de 1995, e os seguintes montantes de moeda específica, e taxas de juro:

Montante a ceder pela Empresa.....	5 000 000 000 00 PTE
Montante a ceder pelo BPI.....	27 529 098 26 ECU
Taxa de juro a pagar pela Empresa.....	17,5 %
Taxa de juro a pagar pelo BPI.....	a fixar semestralmente com base na taxa de juro em ECU equivalente à LIBOR praticada para operações em ECU no mercado interbancário.

b) Financiamentos com contratos SWAP

O Grupo ao efectuar contratos de SWAP sobre empréstimos obtidos em moeda estrangeira, procede à conversão da sua moeda de responsabilidade, e é em relação a esta que efectua a actualização de saldos expressos em moeda estrangeira aos câmbios oficiais à data do Balanço.

Assim, encontra-se expressa no Balanço a responsabilidade (contrapartida em escudos e actualização cambial) derivada do contrato de SWAP e não a do empréstimo inicial.

Indicam-se no quadro seguinte os empréstimos com contratos de SWAP:

Escudos

Empréstimo Inicial			Contratos de SWAP								Data de Vencimento Final
Instituição	Divisa	Montante	EDP - recebe			EDP - paga					
			Instituição	Divisa	Montante	Taxa de Juro	Instituição	Divisa	Montante	Taxa de Juro	
BOT	JPY	15 000 000 000	SWISS BANK CORP.	JPY	15 000 000 000	5,80 %	SWISS BANK CORP.	PTE	16 800 000 000	13,1875 %	1997.02.28
BOT	JPY	15 000 000 000	MERRYL LYNCH	JPY	15 000 000 000	5,70 %	MERRYL LYNCH	DEM	217 497 103	LIBOR - 55 bp (s/ USD +115 874 855)	1999.02.22
NIPPON	JPY	10 000 000 000	CITIBANK	JPY	10 000 000 000	4,10 %	CITIBAK	PTE	11 000 000 000	14,125 %	1996.03.30
BOT	DEM	100 000 000	BOT	DEM	100 000 000	7,1428 %	BOT	DEM	100 000 000	LIBOR + 14 bp	1996.08.28
			BOT	DEM	100 000 000	LIBOR + 14 bp	COB	PTE	10 174 600 000	LIBOR + 12,5 bp	1996.08.26
JLC	USD	77 280 000	BPI e DBI	USD	77 280 000	LIBOR	BPI e DBI	PTE	11 166 960 000	13,0625 %	1996.12.18
BEI	JPY	2 700 000 000	PARIBAS	JPY	2 700 000 000	5,00 %	PARIBAS	USD	18 777 384	LIBOR - 11,5 bp	1990.05.17
			CRÉDIT LYONNAIS	USD	18 777 384	LIBOR - 11,5 bp	CRÉDIT LYONNAIS	ESP	2 814 187 356	7,05 %	1999.05.17
			CITYBANK	ESP	2 614 187 356	7,05 %	CITYBANK	PTE	3 280 543 712	8,35 %	1993.05.17
SUMITOMO	DEM	318 384 800	CITIBANK	DEM	188 304 800	LIBOR + 17,5 bp	CITIBANK	PTE	17 287 911 803	9,33 %	1999.08.18
			CISF	DEM	150 000 000	LIBOR + 17,5 bp	CISF	PTE	15 439 500 000	9,08 %	1990.08.18
BAYERSCHE	DEM	188 398 238	CISF	DEM	188 398 238	LIBOR + 22,5 bp	CISF	PTE	18 915 183 045	8,95 %	1998.09.25
BEI	PTE	6 500 000 000	CITIBANK	PTE	6 500 000 000	10,25 %	CITIBANK	PTE	6 500 000 000	LIBOR - 110 bp	2001.08.15
BEI	ECU	45 006 871	CISF	ECU	45 006 871	8,35 %	CISF	PTE	8 767 338 362	LIBOR - 25 bp	2001.11.20
BEI	DEM	46 849 080	CRÉDIT LYONNAIS	DEM	46 849 080	7,15 %	CRÉDIT LYONNAIS	PTE	4 773 921 243	LIBOR - 47 bp	2001.11.20
BEI	DEM	33 824 713	BBV	DEM	33 824 713	6,85 %	BBV	PTE	3 419 566 046	LIBOR - 60 bp	2001.12.10

## c) Operações FORWARD

Instituição	EDP - Venda		EDP - Recebe		Data de Pagamento
	Divisa	Montante	Divisa	Montante	
CITIBANK	ECU	27 529 093	PTE	5 692 190 560	95.05.14
BPA	PTE	8 220 000 000	USD	50 000 000	95.07.31
BPA	USD	77 280 000	PTE	13 176 240 000	96.12.18
CITIBANK	JPY	13 125 000 000	PTE	20 803 125 000	97.02.28
CITIBANK	JPY	15 000 000 000	DEM	2 18 023 256	99.02.22

d) Os compromissos contratuais para a aquisição de imobilizado são à data do Balanço de 8 287 456.

## 22 – Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade do Grupo por garantias prestadas ascende a 2 409 634.

Estas garantias são constituídas na sua quase totalidade por garantias bancárias, sendo o residual constituído por cauções em dinheiro. Foram prestadas na sua quase totalidade a fornecedores, existindo ainda algumas prestadas a tribunais e alfândegas. Não existem garantias reais.

A responsabilidade por letras descontadas ascende a 474 093.

## 23 – Critérios contabilísticos e valorimétricos

## a) Imobilizações incorpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição ou produção, líquido das amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Não existem imobilizações em trespasses.

## b) Imobilizações Corpóreas

## i) Imobilizações de propriedade do Grupo

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas. As imobilizações incluem encargos financeiros e diferenças de câmbio capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, bem como, encargos de estrutura, como indicado nas alíneas h) e i) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Art. 39.º do Estatuto da EDP-EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79.02.07 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79.03.28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros, as diferenças de câmbio e os encargos de estrutura imputados às imobilizações, são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 45.b), pela amortização das participações (reguladas em Acréscimos e Diferimentos – Subsídios para o Investimento) efectuada durante um período de 30 anos, equivalente à vida útil média dos imobilizados do Grupo.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos, e transferidos para resultados num período máximo de 6 anos conforme alínea g) desta mesma nota e Nota 50.b.i).

## ii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei n.º 344-B/82, conforme referido na alínea d) da nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pelo Grupo. Em conformidade com o precedente, os imobilizados afectos à concessão são mostrados em imobilizações corpóreas (nota 27.c.ii), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da reavaliação efectuada no exercício de 1992, líquidos das amortizações acumuladas.

Os imobilizados afectos à concessão são amortizados na mesma base e às mesmas taxas em que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proventos e ganhos extraordinários (nota 45.b), pela redução em igual montante, da responsabilidade para com os municípios (registada em Outros Devedores e Credores – Conta de Regularização do DL 344-B/82).

Pela exploração deste património são pagas rendas de concessão às Autarquias concedentes (Nota 50.g). Os períodos de concessão, que vigoram de um modo geral pelo prazo de 20 anos, poderão ser revogados com um aviso prévio de 2 anos.

## c) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em partes de capital estão mostrados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9 emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, com excepção da Sociedade Portuguesa de Electrometalurgia, que está mostrada pelo valor do custo, líquido de uma provisão para fazer face a esperadas perdas de valor.

Os investimentos em imóveis estão mostrados pelo valor resultante da reavaliação efectuada no exercício de 1992, sobre os valores de custo (de aquisição ou construção) ou de similares reavaliações, líquidos das amortizações acumuladas.

Os restantes investimentos financeiros estão mostrados pelo valor de custo.

Os rendimentos são contabilizados em resultados no exercício a que respeitam.

## d) Aproveitamentos de Fins Múltiplos (parte não afectada)

Estão valorizados a custo de construção, incluindo-se nestes ainda os encargos de estrutura, como indicado na alínea i) desta mesma nota.

Não são efectuadas amortizações sobre o valor atribuído à parte dos aproveitamentos que não está afectada à produção de energia eléctrica.

O valor atribuído ao investimento da responsabilidade do Estado nos aproveitamentos de fins múltiplos de Agueira, Raiva e Alqueva, é determinado pela aplicação das seguintes percentagens provisórias aos custos directos acumulados desses aproveitamentos à data do Balanço:

Agueira e Raiva.....	50 %
Alqueva.....	65 %

A participação recebida do Estado relativamente a estes aproveitamentos é mostrada no passivo a médio e longo prazo.

## e) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, no caso de existências adquiridas ao exterior, e ao custo de produção no caso das existências produzidas internamente, sendo as saldas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio.

f) Dívidas de e a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira relacionam-se quase inteiramente com financiamentos externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações.

No final do ano os saldos a pagar e a receber em moeda estrangeira são actualizados aos câmbios oficiais em vigor na data do Balanço (Nota 24), sendo as respectivas diferenças cambiais contabilizadas como indicado na alínea h) desta mesma nota.

g) Custos Diferidos

Despesas relacionadas com emissões de obrigações, bem como, com grandes reparações e benfeitorias, são contabilizadas em Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos e transferidas para resultados no período máximo de 6 anos (Nota 50.b).

h) Encargos Financeiros e Diferenças de Câmbio

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar os imobilizados em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a Imobilizações em Curso (Nota 50.i), sendo os outros contabilizados em resultados do exercício (Nota 44).

As diferenças de câmbio têm tratamento idêntico aos encargos financeiros, este critério, adoptado na EDP desde o exercício de 1986, tem justificação contabilística na especificidade do financiamento do Grupo, e numa mais correcta expressão patrimonial e económico-financeira do Grupo.

i) Encargos de Estrutura

Os encargos gerais dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos – Nota 50.i) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura são repartidos entre o investimento (Encargos de Estrutura – Nota 50.i) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos empreendimentos em curso.

j) Pensões de Reforma e Sobrevivência/Fundo de Pensões

O Grupo tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Esta responsabilidade encontrava-se no final do exercício de 1994 totalmente transferida para um Fundo de Pensões, o qual se encontrava integralmente dotado, com referência a 94.12.31, no que respeitava a responsabilidades passadas, com pensões de reforma e de sobrevivência, incluindo ainda as situações de reforma antecipada existentes nesta data.

O Fundo de Pensões suportou no exercício os complementos pagos ao pessoal reformado desde 1 de Janeiro de 1987, tendo os complementos pagos no exercício ao pessoal reformado em anos anteriores a 1987 sido suportados pelo Grupo e debitados a resultados.

k) Provisão para Reformas Antecipadas

Os trabalhadores do Grupo têm a possibilidade de optar pela pré-reforma, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Deste modo, foi criada uma Provisão para Reformas Antecipadas (Nota 50.f), a qual ascende no final do exercício a 17 milhões de contos, e que se destina a cobrir as responsabilidades passadas com os custos de futuras situações de pré-reforma, encontrando-se as situações existentes em 94.12.31 transferidas para o Fundo de Pensões, tal como referido na nota anterior.

l) Responsabilidades com Assistência Médica

Os trabalhadores do Grupo ao passarem à situação de reforma mantêm o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

Deste modo, foi criada uma Provisão para Actos Médicos (Nota 50.f), a qual ascende no final do exercício a 40 milhões de contos, e que se destina a cobrir as responsabilidades passadas com assistência médica dos reformados e pensionistas, actuais e futuros.

#### m) Ex-Fundo de Apoio Térmico

O adicional à tarifa de venda de energia eléctrica para regularização do défice do ex-FAT é, nos termos da legislação que o regula, contabilizado directamente a crédito do ex-Fundo de Apoio Térmico. Como indicado na Nota 50.d.ii, o ex-FAT foi debitado no exercício pelos encargos financeiros, considerados como proveitos do Grupo, referentes ao saldo existente. O valor líquido movimentado no exercício a crédito destinou-se a recuperar o défice acumulado em exercícios anteriores.

O défice do ex-Fundo de Apoio Térmico foi totalmente recuperado no exercício. No cumprimento do disposto no art.º 3 do Decreto-Lei n.º 20/94 de 26 de Janeiro, o remanescente do adicional cobrado no exercício foi absorvido pelo nível de referência da Correção de Hidraulicidade (Nota 50.d.i). A conta do ex-FAT foi eliminada definitivamente do Balanço do Grupo.

#### n) Correção de Hidraulicidade

Em conformidade com o indicado na Nota 00.e, o Grupo corrige anualmente os seus resultados líquidos, de modo a que correspondam à média das condições hidrológicas.

O valor anual da correção de hidraulicidade, constituído por custos ou proveitos, engloba:

- O diferencial entre o custo económico de produção de energia eléctrica e o custo económico de referência;
- Os custos ou proveitos financeiros associados ao saldo acumulado da correção de hidraulicidade;
- Uma parcela, que constituirá um proveito ou custo, correspondente ao montante necessário para tornar o valor esperado do saldo, a prazo de 10 anos igual a um adequado nível de referência.

O saldo acumulado emergente dos custos e proveitos englobados no valor anual da correção de hidraulicidade, conforme indicado na Nota 50.d.i, é mostrado numa conta de passivo a médio e longo prazo.

## 24 – Câmbios utilizados

As cotações cambiais utilizadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moeda estrangeira existentes na data do Balanço foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 1994/12/31, conforme se indicam de seguida:

USD.....	159,093	MOP.....	19,962	DKK.....	26,151
DEM .....	102,707	NLG .....	91,710	IEP .....	246,13
FRF .....	29,786	BEF.....	4,9972	GRD .....	0,6621
GBP.....	248,879	CHF .....	121,360	CAD.....	113,29
ESP.....	1,2088	JPY.....	1,5958	ATS .....	14,596
XEU.....	195,174	SEK .....	21,337	FIM.....	33,570
ITL .....	0,09799	NOK.....	23,533	ZAR.....	44,887
				AUD.....	123,42

## 25 – Despesas de Instalação, Investigação e Desenvolvimento

A rubrica *Despesas de Instalação* inclui essencialmente custos com a constituição das Empresas. A rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento* não tem expressão no Grupo.

## 27 – Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros

## a) Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>						
Despesas de Instalação	15 575		162 856			178 431
Despesas de Investigação e Desenvolvimento			28 457		67 920	96 377
Propriedade Industrial e Outros Direitos	40 000		348			40 348
Trespases						
Diferenças de Câmbio						
<b>Total (1)</b>	<b>55 575</b>		<b>191 661</b>		<b>67 920</b>	<b>315 156</b>
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>						
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	72 616 159				-342 932	72 273 227
<b>Subtotal (2.1)</b>	<b>72 616 159</b>				<b>-342 932</b>	<b>72 273 227</b>
<b>Imobilizações Próprias Grupo EDP</b>						
Terrenos e Recursos Naturais	19 056 548		11 041		-4	19 067 585
Edifícios e Outras Construções	55 515 731		45 907	-22 243	289 438	55 828 833
Equipamento Básico	3 615 446 656		7 658 561	-432 781	95 676 551	3 718 348 988
Equipamento Técnico Específico	3 606 607 494		5 756 592	-276 803	95 420 103	3 707 507 386
Produção de Electricidade	2 085 494 491		452 753	-246 805	21 636 854	2 107 337 293
Produção Hidroeléctrica	1 453 354 692		452 609	-246 805	23 771 057	1 477 331 553
Produção Termoeléctrica	628 858 768		112		-2 213 477	626 645 403
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/ afectá)	3 281 031		32		79 274	3 360 337
Transporte de Electricidade	258 344 270		679		9 481 784	267 826 733
Distribuição de Electricidade	1 262 768 733		5 903 160	-29 990	64 301 464	1 332 343 360
Outro Equipamento Básico	8 839 162		1 901 968	-155 978	256 449	10 841 602
Equipamento de Transporte	9 339 682		1 184 115	-631 347	59 803	9 932 253
Ferramentas e Utensílios	2 249 793		127 819	-8 622	7 837	2 376 826
Equipamento Administrativo	24 088 003		1 370 232	-37 478	-497 673	24 923 084
Diferenças de Câmbio	12 725 031		0		1 873 227	14 598 258
Outras Imobilizações Corpóreas	580 215		21 138		271	601 624
<b>Subtotal (2.2)</b>	<b>3 739 001 659</b>		<b>10 398 813</b>	<b>-1 132 471</b>	<b>97 409 450</b>	<b>3 845 677 451</b>
Imobilizado em Curso	91 313 795		110 708 228		-96 755 816	105 266 207
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/ afectá)	1 232 389		137 254		-48 442	1 321 211
Adiantamentos p/c de Imobilizações em Curso	72 498		92 015		89 505	254 018
<b>Subtotal (2.3)</b>	<b>92 618 682</b>		<b>110 937 497</b>		<b>-96 714 753</b>	<b>106 841 436</b>
<b>Total (2)</b>	<b>3 904 236 510</b>		<b>121 036 310</b>	<b>-1 132 471</b>	<b>351 765</b>	<b>4 024 792 114</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>						
Partes de Capital	14 344 772		3 978 109			18 322 881
Investimentos em Imóvels	107 361				395 579	502 940
Outras Aplicações Financeiras	1 867 800		15 548	-497 067		1 386 281
<b>Total (3)</b>	<b>16 319 933</b>		<b>3 993 657</b>	<b>-497 067</b>	<b>395 579</b>	<b>20 212 102</b>
<b>Total Geral (1) + (2) + (3)</b>	<b>3 920 612 015</b>		<b>125 521 628</b>	<b>-1 629 538</b>	<b>815 264</b>	<b>4 045 319 372</b>

## b) Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>					
Despesas de Instalação	8 346		3 995		12 341
Despesas de Investigação e Desenvolvimento			13 681		13 681
Propriedade Industrial e Outros Direitos	20 000		6 704		26 704
Trespasse					
Diferenças de Câmbio					
Total (1)	28 346		24 380		52 726
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	53 217 751		2 182 256	(253 068)	55 146 939
Subtotal (2.1)	53 217 751		2 182 256	(253 068)	55 146 939
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>					
Edifícios e Outras Construções	19 310 387		1 439 079	(90 372)	20 659 094
Equipamento Básico	1 600 693 693		110 390 142	(36 962)	1 711 046 872
Equipamento Técnico Específico	1 595 096 645		109 112 071	(213 292)	1 703 995 423
Produção de Electricidade	924 734 145		50 422 063	(2 108 669)	973 049 539
Produção Hidroeléctrica	635 751 568		29 557 248	(167 928)	665 140 888
Produção Termoelectrica	288 982 577		20 864 815	(1 938 741)	307 908 651
Transporte de Electricidade	113 324 382		8 996 164	1 908 132	124 228 678
Distribuição de Electricidade	557 038 118		49 693 844	(14 755)	606 717 206
Outro Equipamento Básico	5 597 048		1 278 071	176 330	7 051 449
Equipamento de Transporte	6 730 931		994 002	(555 326)	7 169 607
Ferramentas e Utensílios	1 868 685		127 708	3 656	2 000 048
Equipamento Administrativo	1 202 156		2 717 767	(674 866)	14 069 058
Diferenças de Câmbio	206 746		281 173	(85)	487 835
Outras Imobilizações Corpóreas	281 689		19 664	(364)	280 989
Subtotal (2.2)	1 641 098 287		115 969 535	(1 354 318)	1 755 713 503
Total (2)	1 694 316 038		118 151 791	(1 607 386)	1 810 880 442
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
Partes de Capital	8 000 000				8 000 000
Investimentos em Imóveis	53 467		10 059		63 526
Total (3)	8 053 467		10 059		8 063 526
Total Geral (1) + (2) + (3)	1 702 397 851		118 186 230	(1 607 386)	1 818 976 694

## c) Observações

i) Nas imobilizações próprias do Grupo o equipamento básico inclui todos os equipamentos relacionados com a Produção, Transporte e Distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.

ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios, que embora explorados pelo Grupo continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 1994:

Imobilizado.....	72 273 227
Amortizações.....	55 146 939
Valor Líquido .....	17 126 288

Parte destes patrimónios poderão vir a ser transferidos para a propriedade do Grupo para liquidação, por encontro de contas, das dívidas dos respectivos municípios (Nota 50.e).

## 28 – Capitalização dos Custos Financeiros

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 23.h, foram capitalizados no exercício em imobilizações em curso os seguintes montantes:

Rubricas	Juros de financiamento	Diferenças de câmbio	Total
<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>			
Edifícios e Outras Construções	226 773	(39 996)	186 877
Equipamento Básico	10 697 279	(872 069)	9 825 210
Equipamento Técnico Específico	10 697 279	(872 069)	9 825 210
Produção de Electricidade	5 562 476	(442 566)	5 119 910
Produção Hidroeléctrica	4 491 701	(354 623)	4 137 078
Produção Termoeléctrica	1 070 775	(87 943)	982 832
Transporte de Electricidade	1 151 011	(19 910)	1 131 101
Distribuição de Electricidade	3 970 815	(410 236)	3 560 579
Estudos e Projectos	12 977	643	13 620
<b>TOTAL</b>	<b>10 924 052</b>	<b>(911 965)</b>	<b>10 012 087</b>

### 33 – Dívidas a Terceiros – Médio e longo prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço:

	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	64 435 000	15 150 000	79 585 000
Dívidas a instituições de crédito	393 226 160	128 256 724	521 482 884
Outros credores	79 359	13 168 637	13 247 996
Cauções recebidas de clientes		13 168 637	
Outras cauções recebidas	79 359		
Correcção de Hidraulicidade		77 688 863	77 688 063
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		3 957 418	3 957 418
Conta de Regulariz. (DL 344-B/82)	10 911 279	6 215 009	17 126 288
	<u>468 651 798</u>	<u>244 435 851</u>	<u>713 087 649</u>

### 36 – Vendas e Prestações de Serviços

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados por actividades e por mercados (interno e externo):

#### a) Vendas

##### a.1) de energia eléctrica

##### – Mercado Interno

em Muito Alta Tensão .....	1 533 280
em Alta Tensão .....	363 199 64
em Média Tensão .....	146 693 830
em Baixa Tensão (> 39,6 KVA) .....	37 290 375
em Baixa Tensão .....	269 855 488
em Baixa Tensão (Iluminação Pública) .....	10 298 726
	<u>501 991 663</u>

– Mercado Externo ..... 82 729 502 074 392

##### a.2) Outras – Mercado Interno

Vapor .....	605 204
Cinzas .....	549 130
Imobiliária .....	9 250
Informática .....	1 139 742
Materiais Diversos .....	<u>685 121</u>
	2 988 447

## b) Prestações de Serviços

## – Mercado Interno

de Electricidade .....	1 788 013
de Engenharia .....	4 807 063
Laboratoriais .....	40 892
de Formação .....	11 320
de Assistência Médica .....	13 632
de Informática .....	296 558
de Consultoria .....	33 341
de Outros .....	1 658 719

8 649 538

## – Mercado Externo

de Consultoria .....	489 253	9 138 791
----------------------	---------	-----------

514 201 630

**38 – Imposto sobre o Rendimento**

O Grupo EDP será tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de cinco anos, com início em 1994.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1990.

No entanto não é previsível qualquer liquidação adicional em relação aos exercício de 1991 a 1993.

A afectar o imposto do exercício existe um montante de 7,6 milhões de contos referente a investimentos efectuados em 1989, que será deduzido à colecta.

**39 – Remunerações dos Órgãos Sociais**

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., foram as seguintes:

Conselho de Administração .....	104 076
Conselho Fiscal .....	4 648

**41 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas e dos Investimentos Financeiros**

As imobilizações corpóreas e os investimentos financeiros em imóveis foram reavaliados ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78	Decreto-Lei n.º 171/85	Decreto-Lei n.º 49/91
Decreto-Lei n.º 219/82	Decreto-Lei n.º 118-B/86	Decreto-Lei n.º 264/92
Decreto-Lei n.º 399-G/84	Decreto-Lei n.º 111/88	Decreto-Lei n.º 7/91

**Nota:** O Decreto-Lei n.º 7/91 de 8 de Janeiro, que determinava a formação de novas sociedades anónimas constituídas por meio de cisões simples a partir da EDP, dispunha no seu art.º 8.º que se promovesse a avaliação do património da EDP, sendo esta avaliação efectuada por entidades escolhidas de entre as previamente qualificadas pelo Ministério das Finanças para o efeito, e, sujeita à aprovação do Ministro das Finanças.

Esta avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 22/92 de 14 de Fevereiro, releva para efeitos fiscais, nomeadamente, no que se refere ao cálculo das reintegrações do exercício.

#### 42 – Custo Histórico das Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas e dos investimentos financeiros em imóveis, com os respectivos custos históricos é apresentada no quadro seguinte:

Rubricas	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>			
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	6 671 861	10 454 427	17 126 288
Subtotal (1.1)	6 671 861	10 454 427	17 126 288
<b>Imobilizações Próprias EDP</b>			
Terrenos e Recursos Naturais	6 357 346	12 710 239	19 067 585
Edifícios e Outras Construções	12 984 239	22 185 500	35 169 739
Equipamento Básico	1 044 339 317	962 862 799	2 007 302 116
Equipamento Técnico Específico	1 040 849 036	962 662 927	2 003 511 963
Produção de Electricidade	520 645 884	613 641 870	1 134 287 754
Produção Hidroeléctrica	292 171 295	520 019 370	812 190 665
Produção Termoelectrica	225 114 252	93 622 500	318 736 752
Aprov. Fins Múlt. (parte n/ afecta)	3 360 337	0	3 360 337
Transporte de Electricidade	104 744 663	98 853 392	143 598 055
Distribuição de Electricidade	415 458 489	310 167 665	725 626 154
Outro Equipamento Básico	3 490 281	299 872	3 790 153
Equipamento de Transporte	2 712 472	50 174	2 762 646
Ferramentas e Utensílios	325 319	51 459	376 778
Equipamento Administrativo	10 312 314	541 712	10 854 024
Diferenças de Câmbio	14 110 423	0	14 110 423
Outras Imobilizações Corpóreas	246 154	74 481	320 635
Subtotal (1.2)	1 091 387 584	998 576 364	2 089 963 948
Total (1)	1 098 059 445	1 009 030 791	2 107 090 236
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
Investimentos em Imóveis	389 942	49 472	439 414
Total (2)	389 942	49 472	439 414
Total Geral (1) + (2)	1 098 449 387	1 009 080 264	2 107 529 650

#### 43 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Nas demonstrações financeiras o exercício de 1993 refere-se exclusivamente à EDP - Electricidade de Portugal, S.A. A comparabilidade deve pois ter em atenção esta reserva, dado que em 1994 estão incluídas Empresas já existentes à data de cisão da EDP (INTERNEL, EDINFOR, EDALPRO, ENERNOVA e ECONOLER).

Estas Empresas realizam actividades complementares da actividade principal do Grupo, essencialmente para as Empresas do Grupo, não prejudicando assim, de forma materialmente relevante, apesar da reserva anterior, a apreciação da evolução económica e financeira do Grupo. Por outro lado os saldos iniciais incluídos nas Notas referem-se aos valores resultantes da reavaliação dos activos e passivos para efeitos de cisão à data de 1 de Janeiro de 1994.

## 44 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1994	1993		1994	1993
Juros Suportados	78 700 819	115 698 273	Juros Obtidos	3 574 762	4 470 954
Amortizações de Investimentos em Imóveis	10 059	2 147	Rendimentos de Imóveis	15 843	36 962
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	10 619 021	86 627 063	Rendimentos de Participações de Capital	97 826	26 687
Outros Custos e Perdas Financeiras	2 681 053	3 001 257	Diferenças de Câmbio Favoráveis	13 848 409	19 992 948
			Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	808 826	471 400
			Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	338	5 563
			Outros proveitos e ganhos financeiros	2 811 243	4 772 623
Resultados Financeiros	(70 853 705)	(175 551 603)			
	21 157 247	29 777 137		21 157 247	29 777 137

- a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Financeiros* inclui o montante de 2 274 040 referente a comissões de empréstimos.
- b) A rubrica de *Juros Obtidos* inclui o montante de 2 190 370 referente a juros debitados a Clientes de AT/MT/BTE por motivo de atraso na liquidação de facturação.
- c) A rubrica de *Outros Proveitos e Ganhos Financeiros* inclui o montante de 2 175 365 referente a compensações debitadas a Clientes de BT/IP por motivo de atraso na liquidação de facturação.

## 45 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	1994	1993		1994	1993
Donativos	194 356	163 063	Restituição de Impostos	1 043	6 685
Dívidas Incobráveis	828 156	1 374 526	Recuperação de Dívidas	25 493	13 723
Perdas em Existências	53 784	107 938	Ganhos em Existências	24 179	93 227
Perdas em Imobilizações	216 093	1 241 364	Ganhos em Imobilizações	337 421	3 821 664
Multas e Penalidades	929	1 381	Benefícios de Penalidades Contractuais	965 040	139 682
Aumentos de Amortizações e Provisões	298 692	12 944	Reduções de Amortizações e Provisões	41 279 405	2 068 006
Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	2 021 402	2 426 195	Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	707 616	1 085 721
Outros Custos e Perdas Extraordinários	124 629 440	38 504 286	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	8 762 092	7 554 790
Resultados Extraordinários	(76 138 563)	(29 050 197)			
	52 102 289	14 781 498		52 102 289	14 781 498

- a) A rubrica de *Outros Custos e Perdas Extraordinários* inclui entre outros os seguintes montantes:

Prémios para Pensões .....	43 489 745
Provisão para reformas antecipadas (Notas 23.k, 46 e 50.f) .....	8 000 000
Provisão para a Caixa Cristiano de Magalhães (Notas 46 e 50.f) .....	7 000 000
Dotação para o nível de referência da Correção de Hidraulicidade (Nota 50.d.i) .....	62 001 242

- b) A rubrica de *Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários* inclui entre outros os seguintes montantes:

Compensação de amortizações de imobilizações participadas (Nota 23.b.i) .....	5 498 012
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 23.b.ii) .....	2 182 256

## 46 – Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para dívidas de clientes	76 051 741	2 095 839	3 362 279	74 785 301
Para outras dívidas de terceiros	159 903	135 731	48 823	246 811
Para riscos e encargos	88 117 116	15 011 679	37 879 230	65 249 565
Seguros de conta própria	1 253 689	11 679	15 803	1 249 565
Fundo de pensões	37 863 427	0	37 863 427	0
Actos médicos	40 000 000	0	0	40 000 000
Reformas antecipadas	8 000 000	8 000 000	0	17 000 000
Caixa Cristiano de Magalhães	0	7 000 000	0	7 000 000
Para investimentos financeiros	8 000 000	0	0	8 000 000
<b>TOTAL</b>	<b>172 328 760</b>	<b>17 243 249</b>	<b>41 290 332</b>	<b>148 281 677</b>

## 47 – Bens em Regime de Locação Financeira

Rubricas	Activo Bruto	Amortizações	Activo Líquido
Equipamento Básico	164 058	85 447	78 611
Equipamento de Transporte	355 848	114 441	241 407
<b>TOTAL</b>	<b>519 906</b>	<b>199 888</b>	<b>320 018</b>

**Nota:** O equipamento básico refere-se a equipamento de informática (unidades de discos) utilizados pela EDINFOR - Sistemas Informáticos, S.A.

## 50 – Outras Informações

## a) Clientes

O montante da rubrica *Autarquias – Dívida consolidada em 31/12/88* é mostrado líquido da compensação de débitos relacionados com patrimónios em integração a transferir para o Grupo (alínea e) desta mesma nota, e de rendas devidas pelo Grupo naquela data.

O Decreto-Lei n.º 103-B/89 de 4 de Abril, publicado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/89, definiu as condições de regularização das dívidas das autarquias até 31 de Dezembro de 1988 e criou mecanismos de carácter financeiro destinados à sua recuperação.

## b) Acréscimos e Diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

## Acréscimos de proveitos

Energia a facturar, por consumos ocorridos até à data do Balanço .....	13 422 499
Outros acréscimos de proveitos .....	1 168 069
	<u>14 590 568</u>

## Custos diferidos

Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 23.g) .....	1 161 850
Encargos com emissão de obrigações (Nota 23.g) .....	532 969
Importação de energia eléctrica (pagamentos antecipados) .....	9 171 091
Outros custos diferidos .....	806 213
	<u>11 672 123</u>

## Acréscimos de custos

Juros de empréstimos a liquidar .....	17 471 858
Férias e subsídios de férias .....	8 354 133
Outros acréscimos de custos .....	16 939 153
	<u>42 765 144</u>

## Proveitos diferidos

Subsídios para investimento .....	141 068 253
Outros proveitos diferidos .....	517 105
	<u>141 585 358</u>

i) Os movimentos na rubrica *Reparações e Beneficiações de Imobilizado* foram os seguintes:

Saldo inicial .....	795 730
Acréscimos do exercício .....	596 788
Transferências para resultados .....	230 668
Saldo final .....	1 161 850

ii) A rubrica *Subsídios para Investimento* representa o saldo acumulado líquido, dos valores recebidos deduzidos das amortizações anuais.

Os subsídios recebidos no exercício ascendem a 22 334 098, neles se incluindo 1 813 825 de fundos comunitários da CEE.

c) Outros devedores e Outros Credores – Curto prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

Outros Devedores

Devedores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços .....	2 254 909
Cauções prestadas a terceiros .....	1 162 970
Tejo Energia – valores a regularizar .....	8 511 067
Devedores diversos .....	3 876 407
Total .....	15 805 353

Outros credores

Fornecedores de imobilizado com facturas em recepção e conferência .....	846 530
Cauções e retenções recebidas de fornecedores e outros credores .....	406 098
Credores por fornecimento de outros bens e prestação de serviços .....	1 105 19
Rendas de concessão .....	1 831 807
Tejo Energia – valores a regularizar .....	8 146 018
Credores diversos .....	4 997 662
Total .....	16 338 634

d) Correção de Hidraulicidade e Défice do ex-FAT

i) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo Inicial .....	8 184 439
Diferencial positivo debitado .....	1 162 381
Encargos financeiros creditados .....	863 647
Agravamento creditado (contribuição para o nível de referência) .....	5 255 214
Transferência do saldo da conta do ex-FAT .....	2 545 902
Dotação extraordinária creditada (constituição do nível de referência inicial) .....	62 001 242
Saldo final .....	77 688 063

Os custos e proveitos movimentados nesta rubrica e propostos pela EDP, estão sujeitos à aprovação por despacho do Ministro da Indústria e Energia.

ii) Défice do ex-FAT

Os movimentos desta rubrica foram os seguintes:

Saldo inicial .....	7 575 108
Encargos financeiros debitados .....	281 156
Adicionais à tarifa creditados .....	10 402 166
Transferência do saldo para a conta de Correção de Hidraulicidade .....	2 545 902
Saldo final .....	0

e) Imobilizados em Integração Compensados

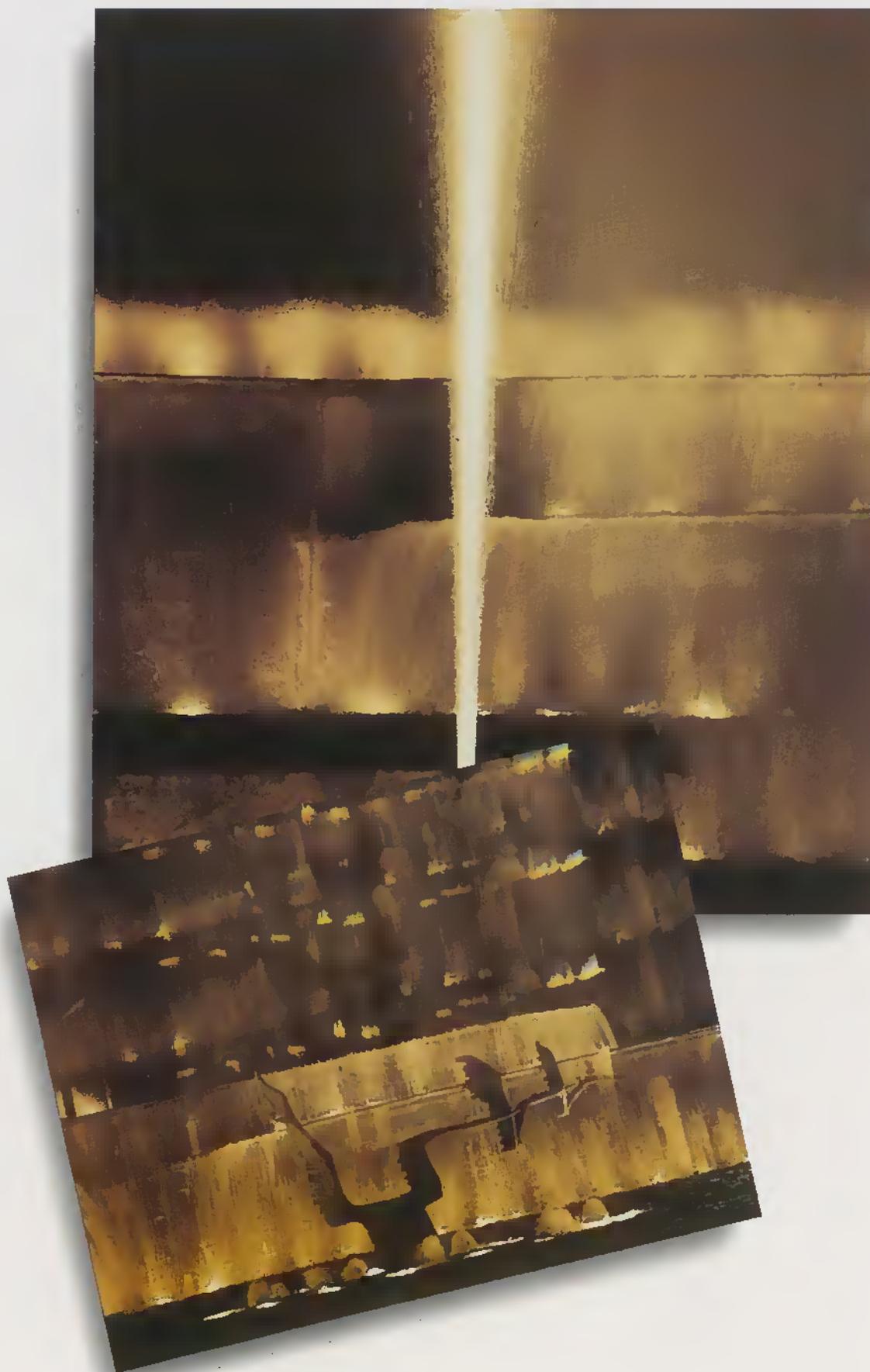
Os imobilizados em integração compensados representam os valores líquidos, à data da integração, das dívidas das Autarquias Locais até 31 de Dezembro de 1988 compensadas com os respectivos patrimónios em integração (Imobilizações Corpóreas do regime do DL 344-B/82). A transferência destes valores para imobilizações corpóreas está pendente de formalização dos contratos de concessão ou de protocolos de regularização das dívidas a celebrar entre a EDP e as autarquias (Nota 27.c.ii).

f) Provisões para Riscos e Encargos	
Correspondem às seguintes provisões:	
Seguros de conta própria (quota-parte do risco assumido pelo Grupo) .....	1 249 565
Actos médicos (Nota 23.l) .....	40 000 000
Reformas antecipadas (Nota 23.k) .....	17 000 000
Caixa Cristiano de Magalhães (Caixa proveniente da integração dos ex-SMGE do Porto) .....	7 000 000
Total .....	65 249 565
g) Rendas de concessão e de centros electroprodutores	
Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:	
Rendas de concessões pagas às autarquias (Notas 00.d e 23.b.ii) .....	17 078 951
Rendas de centros electroprodutores pagas às autarquias cuja circunscrição é atingida por zonas de influência de centros produtores de energia eléctrica .....	1 024 599
Total .....	18 103 550
h) Subsídios à Exploração	
Os subsídios à exploração referem-se a subsídios do Fundo Social Europeu e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.	
i) Trabalhos para a Própria Empresa	
Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:	
Consumo de materiais .....	26 230 902
Encargos directos internos (Nota 23.i) .....	750 624
Encargos de Estrutura Central e Regional (Nota 23.i) .....	15 962 354
Encargos financeiros (Nota 23.h) .....	10 924 052
Diferenças de Câmbio (Nota 23.h) .....	(911 965)
Outros trabalhos para a própria Empresa .....	2 267 172
Total .....	55 223 139
j) Decomposição dos <i>Empréstimos</i> por Mercado e por Moeda (*)	
XEU .....	37 356 421
DEM .....	50 619 557
FRF .....	23 968 272
BEF .....	13 364 966
NLG .....	23 822 649
ESP .....	892 778
ITL .....	512 493
GBP .....	368 478
GRD .....	342 239
LUF .....	32 264
(1) <u>Moedas CEE</u> .....	<u>151 280 117</u>
USD .....	9 787 853
CHF .....	85 681 530
ESC .....	25 306 250
JPY .....	25 839 482
SEK .....	328 185
(2) <u>Outras Moedas</u> .....	<u>146 943 300</u>
(3) <u>Mercado externo (1) + (2)</u> .....	<u>298 223 417</u>
(4) <u>Mercado interno</u> .....	<u>483 648 954</u>
(5) <u>Total (3) + (4)</u> .....	<u>781 872 371</u>

(\*) Esta rubrica encontra-se decomposta no Balanço em:

- Empréstimo por obrigações - não convertíveis - médio e longo prazo
- Dívidas a instituições de crédito - médio e longo prazo
- Empréstimos por obrigações - não convertíveis - curto prazo
- Dívidas a instituições de crédito - curto prazo





## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração Consolidada dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, documentos que evidenciam um total de balanço consolidado de 2 364 360 636 contos e um total de capital próprio de 1 159 794 811 contos, incluindo um resultado líquido de 30 512 756 contos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira das empresas compreendidas na consolidação e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequados a esse fim.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias cons-

tantes das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas;

- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade das empresas.
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### OPINIÃO

6. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do conjunto das empresas compreendidas na consolidação da EDP – Electricidade de Portugal, S.A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

### ÊNFASES

7. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:
  - 7.1 Devido ao cumprimento de regras estabelecidas em legislação específica, e tal como está referido no anexo ao Balanço e Demonstração

de Resultados (notas: 00.e; 23.n), as empresas do Grupo EDP afectas às actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica derrogam o princípio de especialização de exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da correcção de hidráulicidade. Assim, o saldo da Correcção de Hidraulicidade mostrado no passivo a médio e longo prazo, no montante de 77 688 milhares de contos, destina-se a compensar a eventual ocorrência futura de situações hidrológicas desfavoráveis. Em consequência da referida derrogação ao princípio de especialização de exercícios, os resultados do Grupo EDP, respeitantes a 1994, são mostrados diminuídos de 66 958 milhares de contos (em 1993, os resultados do exercício foram acrescidos de 1 816 milhares de contos).

- 7.2 Tal como está referido na Nota Introdutória do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, a EDP-Electricidade de Portugal, S.A., procedeu, no exercício de 1994, à avaliação do seu património para efeitos de posterior cisão, transformando-se num Grupo Empresarial, com a criação de novas empresas correspondentes a áreas de negócio específicas, já existentes. Deste modo, e de acordo com a nota 43 do citado Anexo, as demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com as do exercício antecedente.

Lisboa, 27 de Março de 1995

António de Moura Rodrigues, *em representação de*  
J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção, SROC

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais aplicáveis, apresentamos a V. Exas. o nosso relatório e parecer sobre as contas consolidadas e o relatório de gestão apresentados pelo Conselho de Administração da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., relativos ao exercício de 1994.

1. No final do ano, examinámos atentamente o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados e respectivo anexo, que estão elaborados em conformidade com as disposições legais aplicáveis e apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira das empresas englobadas na consolidação.
2. Apreciámos o relatório consolidado de gestão elaborado pelo Conselho de Administração que satisfaz o disposto no art.º 508.º-C, do Código das Sociedades Comerciais e é concordante com as contas consolidadas do exercício.
3. Apreciámos o relatório anual de fiscalização das contas consolidadas elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, representante da SROC membro deste Conselho, que fica fazendo parte deste relatório, e a certificação legal de contas, que merece o nosso acordo.
4. O Conselho Fiscal recebeu do Conselho de Administração e dos Serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.
5. Face ao referido anteriormente, somos de PARECER que:  
  
Sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício de 1994 e o respectivo Anexo, da EDP - Electricidade de Portugal, S.A.

Lisboa, 28 de Março de 1995

### O CONSELHO FISCAL

Dr. Sérgio Espadas, *Presidente*  
Eng.º Manuel Luis Norton Brandão, *Vogal*  
Dr. António de Moura Rodrigues, *Vogal*,  
*em representação de J. Brandão, M. Rodrigues*  
& *B. Assunção, SROC*

**PARECER DOS AUDITORES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A. (CONTAS CONSOLIDADAS)**

Auditámos o Balanço consolidado de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração consolidada dos Resultados relativa ao exercício findo naquela data e o respectivo Anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria. Estas normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obtermos uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções de materialidade relevante. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, de evidência comprovativa dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Inclui, também, a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas feitas pelo Conselho de Administração, bem como da apresentação global da informação constante das demonstrações financeiras. É nossa convicção que a auditoria que realizámos proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras atrás mencionadas apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira consolidada de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados consolidados das suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados no que respeita ao princípio de especialização dos exercícios como abaixo indicado no parágrafo 1.

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 23 alínea (h)), as Empresas do Grupo EDP afectas às actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica derogam o princípio de especialização dos exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulicidade mostrado no Passivo como Dívidas a Terceiros — médio e longo prazo, no montante de 77 688 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, e como indicado na (Nota 50 (d)), os resultados do Grupo EDP no exercício são mostrados diminuídos de um montante de 66 958 milhares de contos (1993: aumentados de 1816 milhares de contos).
2. Tal como está referido na Nota Introdutória do Anexo a **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, procedeu no exercício à avaliação dos seus activos e passivos para efeitos de posterior cisão, tendo sido criadas empresas com actividades específicas que vinham sendo desenvolvidas pela Empresa em exercícios anteriores. Deste modo, e de acordo com o referido na Nota 43 do Anexo as demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com as do exercício anterior.

Lisboa, 28 de Março de 1995

ERNST & YOUNG E CIA.

## RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO (Contas Consolidadas)

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos do n.º 4 do artigo 341.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, por remissão do número 1 e alínea c) do número 2 do art.º 100.º do mesmo Código, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria das contas e da situação financeira, consolidadas, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas consolidadas de **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.** Estes documentos compreendem o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 1994 que evidencia um total de 2 364 360 636 contos e um total de capital próprio de 1 159 794 811 contos, incluindo um resultado líquido de 30 512 755 contos, a Demonstração dos Resultados consolidados do exercício findo naquela data, o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados Consolidados.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Empresa a preparação dos documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo EDP de que a **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, é a empresa-mãe e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, designadamente no que respeita à suficiência, veracidade, objectividade e actuali-

dade, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

### ÂMBITO

4. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto a referida auditoria inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas;
- a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa-mãe e pelas Empresas filiais e sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
- a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5. A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo o nosso trabalho incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### OPINIÃO

7. Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos de prestação de contas consolidadas apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 1994, bem como os resultados consolidados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com as disposições legais e normas de consolidação descritas no Anexo e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

### ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

- 8.1 Devido ao cumprimento das regras estabelecidas em legislação específica pela qual se rege, e tal como está referido no Anexo (Nota 23 alínea (h)), as Empresas do Grupo EDP afectas às actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica derrogam o princípio de especialização dos exercícios no que respeita à contabilização dos movimentos da Correção de Hidraulicidade. Assim, o saldo da Correção de Hidraulici-

dade mostrado no Passivo como Dívidas a Terceiros – médio e longo prazo, no montante de 77 688 milhares de contos, destina-se efectivamente a compensar a eventual ocorrência futura da situação de hidraulicidade desfavorável. Em consequência deste critério específico, e como indicado na (Nota 50 (d)), os resultados do Grupo EDP no exercício são mostrados diminuídos de um montante de 66 958 milhares de contos (1993: aumentados de 1816 milhares de contos).

- 8.2 Tal como está referido na Nota Introdutória do Anexo a **EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**, procedeu no exercício à avaliação dos seus activos e passivos para efeitos de posterior cisão, tendo sido criadas empresas com actividades específicas que vinham sendo desenvolvidas pela Empresa em exercícios anteriores. Deste modo, e de acordo com o referido na Nota 43 do Anexo as demonstrações financeiras consolidadas não são comparáveis com as do exercício anterior.

Lisboa, 28 de Março de 1995

M. Oliveira Lima & R. Neves da Silva  
*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas*  
 Representada por:  
 Rui Neves da Silva

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA  
GERAL DE ACCIONISTAS DA EDP-  
-ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.  
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 1995.**

Acta Número Doze

«(...) Passando a tratar do ponto três da ORDEM DE TRABALHOS, isto é, apreciar e deliberar sobre as Contas de mil novecentos e noventa e quatro do Grupo EDP; o Presidente da Mesa deu a palavra ao representante do accionista Estado, Senhor Doutor Alberto Pinheiro Rifes que, no exercício do mandato que lhe foi conferido, votou favoravelmente o Relatório de Gestão e Contas de mil novecentos e noventa e quatro do Grupo EDP, com as ênfases expressas na Certificação Legal de Contas.

(...).



\* EDP até ao ano de 1993

## PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS

	Unidades	1990	1991	1992	1993	1994*
<b>ÍNDICE DE PRODUT. HIDROELÉCTRICA</b>	—	0,78	0,83	0,41	0,73	0,90
<b>PRODUÇÃO</b>	GWh	26 467,2	27 564,1	27 584,9	27 916,6	25 623,5
Centrais hidroeléctricas	GWh	9 186,0	9 049,6	4 957,9	8 386,7	10 260,7
Centrais termoeléctricas	GWh	17 281,2	18 514,5	22 627,0	19 529,9	15 362,8
<b>RECEPÇÃO DE OUTROS PRODUTORES VINCULADOS</b>	GWh	—	—	—	105,9	1 739,5
<b>SALDO DAS TROCAS COM O ESTRANGEIRO (a)</b>	GWh	37,1	92,0	1 340,9	175,2	886,9
<b>RECEPÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS</b>	GWh	57,7	84,5	129,9	481,9	796,3
<b>BOMBAGEM HIDROELÉCTRICA</b>	GWh	209,3	189,8	611,3	284,0	62,7
<b>CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS</b>	GWh	1 196,8	1 186,4	1 350,3	1 242,1	1 031,0
<b>CONSUMOS REFERIDOS À EMISSÃO</b>	GWh	25 155,9	26 364,4	27 094,1	27 153,5	27 952,4
<b>VENDAS DE ENERGIA ELÉCTRICA</b>	GWh	21 892,6	23 200,5	23 958,9	23 987,3	24 646,0
A outros distribuidores	GWh	1 142,5	1 200,0	594,8	80,4	83,5
A consumidores directos: AT/MT	GWh	11 153,9	11 379,6	11 554,2	11 069,9	11 414,7
A consumidores directos: BT	GWh	9 596,2	10 620,9	11 809,9	12 837,0	13 147,9
<b>RECEITAS DA VENDA DE ELECTRICIDADE (b)</b>	1000 contos	345 403	417 309	471 430	492 811	512 394
<b>COMBUSTÍVEIS PARA VENDA DE ELECTRICIDADE</b>	1000 contos	53 949	55 677	60 461	52 812	45 623
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA</b>	1000 contos	745	2 950	11 042	9 223	40 197
<b>INVESTIMENTO TOTAL</b>	1000 contos	126 915	159 120	179 909	161 847	111 074
<b>INVESTIMENTO AFECTO À ELECTRICIDADE (c)</b>	1000 contos	122 125	153 404	112 114	152 763	104 780
<b>POT. INSTALADA NAS CENTRAIS (em 31 Dez.)</b>	MW	10 178,5	10 176,0	10 477,9	7 589,4	7 621,3
Centrais hidroeléctricas da EDP	MW	3 069,1	3 066,6	3 368,5	3 727,1	3 759,0
Centrais termoeléctricas da EDP	MW	3 554,7	3 554,7	3 554,7	3 554,7	3 554,7
Centrais termoeléctricas de outros produtores vinculados	MW	3 554,7	3 554,7	3 554,7	307,6	307,6
<b>POTÊNCIA MÁXIMA REFERIDA À PRODUÇÃO (d)</b>	MW	4 965	5 109	5 318	5 167	5 179
<b>INSTALAÇÕES EM SERVIÇO</b>						
<b>Rede de Transporte</b>						
Subestações - Potência de transformação	MVA	12 148	13 165	13 930	14 535	15 569
Comprimento das linhas	km	5 832	5 670	5 822	5 864	6 014
<b>Distribuição</b>						
Subestações - Potência de transformação	MVA	9 879	10 112	10 964	11 257	11 297
Comprimento das linhas AT/MT	km	46 136	47 995	49 564	50 551	51 913
Cabos subterrâneos AT/MT	km	5 829	6 142	7 064	7 445	7 933
Postos de transformação - Potência instalada	MVA	7 191	7 622	8 600	9 010	9 541
Comprimento das linhas BT	km	77 138	79 069	80 294	81 131	82 957
Cabos subterrâneos BT	km	12 211	13 053	15 663	16 503	17 388
Contadores	Milhares	4 129	4 246	4 513	4 611	4 707
<b>NÚMERO DE CONSUMIDORES</b>	Milhares	4 122,0	4 233,1	4 504,4	4 598,5	4 682,0
Em Alta tensão/Média tensão	Milhares	13,3	13,8	14,7	15,2	15,4
Em Baixa tensão	Milhares	4 108,7	4 219,3	4 489,8	4 583,3	4 666,6
<b>EFFECTIVOS DE PESSOAL (em 31 Dez.)</b>	—	20 485	19 078	18 229	17 152	16 826

(a) Saldo das trocas com o estrangeiro: Importação - Exportação.

(b) Com FAT e sem Permuta de energia eléctrica com o estrangeiro (saldo).

(c) Deduzido o valor dos investimentos em aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos (Águleira/Raiva e Alqueva), na parte não afectada à electricidade, mas incluindo encargos financeiros intercalares.

(d) Ponta referente apenas às quartas-feiras até ao ano de 1990 inclusive.

(\*) Valores provisórios. A partir de 1994, inclusive, os indicadores referem-se a todo o Grupo EDP.

## ALGUNS INDICADORES RELEVANTES

	1990	1991	1992	1993	1994
Rendabilidade dos Capitais Próprios					
Result. Líquidos / Capitais Próprios (%)	1,2	1,7	1,4	1,6	2,5
Rendabilidade Económica Líquida					
Result. Operacional / Activo (%)	7,1	9,6	8,4	9,7	8,7
Rendabilidade Económica Bruta					
Result. Oper. + Amort. e Provisões / Activo (%)	10,1	11,9	10,5	12,9	12,2
Rotação do Activo					
Vendas / Activo (%)	16,2	19,3	18,7	21,0	21,7
Autonomia Financeira					
Capital Próprio / Activo (%)	41,9	41,7	49,0	51,8	49,1
Liquidez Geral					
Capitais Circul. / Passivo Curto Prazo (%)	48,5	60,7	49,4	54,7	28,2
Estrutura Financeira					
Passivo MLP / Capitais Próprios (%)	102,1	112,5	81,0	70,9	56,3
Capacidade de Autofinanciamento					
Cash Flow / Investimento Custos Técnicos (%)	80,8	102,4	77,5	96,9	123,3
Cobertura do Imobilizado					
Capitais Permanentes / Activo Fixo (%)	101,5	102,1	95,1	94,4	80,7
Solvabilidade Total					
Activo / Passivo (%)	172,2	171,5	196,3	207,8	207,5
Prazo Médio de Recebimentos					
Cred. Correntes Clientes / Vendas x 12	3,1	2,0	1,3	1,3	1,1
Taxa de Cobertura das Existências Totais (meses)					
Existências / Consumos x 12	4,6	3,7	2,9	2,4	2,5
Taxa de Cobertura de Comb. para Produção (meses)					
Existências / Consumos x 12	3,1	2,4	2,0	2,1	2,4
Taxa de Cobertura de Mat. Diver. (meses)					
Existências / Consumos x 12	8,4	6,5	5,6	3,0	2,6
V.A.B. Per-Capita (Milhares contos)					
V.A.B. / Efectivos	13,2	17,1	18,8	22,8	24,0
Vendas Per-Capita (Milhares contos)					
Vendas / Efectivos	15,8	20,3	22,5	27,3	30,6

**FINANCIAMENTOS**

Milhares de contos

Designação	Saldo no início do ano (câmbio de utilização)	Movimento no exercício		Saldo no fim do exercício		Diferenças de câmbio
		Utilizações	Amortizações	Ao câmbio de utilização	Ao câmbio de 94/12/31	
<b>MERCADO INTERNO</b>						
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Obrigações	121 250		19 733	101 518	101 518	
Créditos Financeiros	303 078	60 596	74 677	291 227	291 227	
	424 328	60 596	94 410	392 745	392 745	0
<b>Curto Prazo</b>						
Crédito Financeiro Bilateral	1 000	105 040	68 540	37 500	37 500	
	425 328	165 636	162 950	430 245	430 245	0
<b>MERCADO EXTERNO</b>						
<b>Médio e Longo Prazo</b>						
Créditos Financeiros	341 258	57 496	123 676	275 078	316 614	(41 536)
Crédito ao Equipamento	14 112	4 101	2 809	15 405	17 557	(2 153)
Obrigações	8 352	0	8 352	0	0	
	363 722	61 597	134 836	290 483	334 171	(43 689)
<b>Curto Prazo</b>						
Créditos Financeiros	0	14 486	8 410	6 076	6 068	8
Créditos Fornecedores	14 012	3 934	16 281	1 665	1 657	8
	14 012	18 421	24 692	7 741	7 725	16
	377 734	80 018	159 528	298 223	341 896	(43 673)
<b>TOTAL</b>	<b>803 062</b>	<b>245 653</b>	<b>322 478</b>	<b>728 468</b>	<b>772 141</b>	<b>(43 673)</b>

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS ANUAIS

Milhares de contos			Composição (%)		
Ano	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Custo Total	Custos Técnicos	Encargos Financeiros
1985	61 712	67 237	128 949	47,9	52,1
1986	65 344	44 538	109 882	59,5	40,5
1987	73 300	34 994	108 294	67,7	32,3
1988	73 961	32 998	106 959	69,1	30,9
1989	73 799	22 978	96 777	76,3	23,7
1990	105 328	21 587	126 915	83,0	17,0
1991	125 238	33 882	159 120	78,7	21,3
1992	135 952	43 957	179 909	75,6	24,4
1993	124 719	37 128	161 847	77,1	22,9
1994	101 062	10 012	111 074	91,0	9,0

## EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS A CUSTOS TÉCNICOS

Milhares de contos

## Preços Correntes

Ano	Total	Investimento afecto a electricidade			
		Produção	Transporte	Distribuição	Total
1985	61 712	32 939	7 490	18 228	58 657
1986	65 334	35 709	8 238	18 774	62 721
1987	73 300	36 190	7 600	25 562	69 352
1988	73 961	33 079	5 379	32 090	70 548
1989	73 799	26 132	5 458	39 293	70 883
1990	105 238	44 337	7 447	49 005	100 789
1991	125 238	57 252	10 517	52 000	119 769
1992	135 952	71 624	10 549	47 378	129 551
1993	124 719	46 069	11 965	57 758	115 792
1994	101 062	16 036	10 766	68 157	94 959
Investimento médio anual	94 032	39 937	8 541	40 825	89 302

## Preços de 1994

1985	173 837	92 786	21 099	51 346	165 231
1986	152 650	84 432	19 248	43 864	146 544
1987	153 992	76 029	15 966	53 702	145 697
1988	139 286	62 296	10 130	60 433	132 859
1989	122 794	43 481	9 082	65 379	117 942
1990	152 740	64 350	10 808	71 125	146 283
1991	159 336	72 840	13 380	66 158	152 378
1992	152 413	80 296	11 826	53 114	145 237
1993	131 283	48 494	12 595	60 798	121 886
1994	101 062	16 036	10 766	68 157	94 959
Investimento médio anual	143 939	64 004	13 490	59 408	136 902

**COMBUSTÍVEIS E AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA**

	Unidades	1990	1991	1992	1993	1994
<b>COMBUSTÍVEIS</b>						
<b>Quantidades</b>						
Fuelóleo	1000t	1901,1	2019,0	2810,2	1993,4	1282,5
Gasóleo	1000kl	0,7	0,4	1,0	0,0	0,7
Carvão Nacional	1000t	258,6	277,0	207,0	72,7	73,8
Carvão Estrangeiro	1000t	2999,9	3155,0	3333,0	3777,5	3998,9
<b>Valores</b>						
	1000 contos	53 406,7	55 677,1	60 039,2	47 870,2	45 622,7
Fuelóleo (a)		26966,7	27 421,4	33 551,9	22 723,9 (c)	18 741,2
Gasóleo		18	11,5	16,7	29,1	17,5
Carvão Nacional		1 400	1 653,6	1 691,3	552,2	722,2
Carvão Estrangeiro		25 022	26 590,6	24 779,3	24 565,0	26 141,8
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Import.) (b)</b>						
	1000 contos	237,8	1 272,9	9 035,0	1 046,2	5 047,3
<b>Preços Médios</b>						
Fuelóleo (a)	ESC/t	14 187,7	13 581,7	11 939,3	11 399,6	14 613,0
Gasóleo	ESC/kl	25 714,3	28 750,0	16 700,0	0,0	0,0
Carvão Nacional	ESC/t	6 717,3 (d)	5 969,7	8 170,5	7 595,6	9 785,9
Carvão Estrangeiro	ESC/t	8 340,9	8 428,1	7 434,5	6 503,0	6 537,2
<b>AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (Import.) (b)</b>						
	ESC/kWh	4,98	5,24	6,74	5,97	5,45

(a) Não inclui o consumo para produção do vapor na Central do Barreiro.

(b) Apenas inclui electricidade paga em divisas.

(c) Inclui o consumo em ensaios no Pego.

(d) O preço médio está influenciado por + 337,1 milhares de contos de consumos que não foram contabilizados em 1990.

**BALANÇO ANUAL DA ENERGIA ELÉCTRICA**

GWh

Rubricas	1993	1994 Provisório
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>27 916,6</b>	<b>25 623,5</b>
Centrais hidroeléctricas	8 386,7	10 260,7
Centrais termoeléctricas	19 529,9	15 362,8
<b>CONSUMOS E PERDAS NAS CENTRAIS</b>	<b>1 242,1</b>	<b>1 031,0</b>
<b>ENERGIA ENTRADA NA REDE</b>	<b>29 339,8</b>	<b>29 384,1</b>
Emissão própria	26 674,5	24 592,5
Recepção de outros produtores vinculados	105,9	1 739,5
Importação	2 077,5	2 255,8
Outras recepções (DL 189/88)	481,9	796,3
<b>ENERGIA SAÍDA DA REDE (1 + 2 + 3)</b>	<b>26 330,5</b>	<b>26 222,6</b>
<b>1 - Venda de Energia</b>	<b>23 987,2</b>	<b>24 646,0</b>
<b>DISTRIBUIDORES</b>	<b>80,4</b>	<b>83,5</b>
Autarquias locais	0,6	0,6
Outros distribuidores	79,8	82,9
<b>FORNECIMENTO DIRECTO A CONSUMIDORES</b>	<b>23 906,8</b>	<b>24 562,5</b>
Alta e Média Tensão	11 069,9	11 414,7
Baixa Tensão	12 837,0	13 147,9
<b>2 - Exportação</b>	<b>1 902,4</b>	<b>1 368,9</b>
<b>3 - Sem Receita</b>	<b>440,8</b>	<b>207,2</b>
Bombagem hidroeléctrica	284,0	62,7
Compensação síncrona	45,2	38,2
Consumos próprios + fornecimentos gratuitos dos quais Iluminação Pública	111,6	106,8
	61,6	61,6
<b>PERDAS NO TRANSPORTE E NA DISTRIBUIÇÃO</b>	<b>3 009,3</b>	<b>3 161,5</b>

**CONSUMOS DE ELECTRICIDADE SEGUNDO OS DESTINOS (Consumos finais)**

Rubricas	1993	1994 Provisório	Variação 1994/93	
			Valor absoluto	%
<b>NÚMERO DE CONSUMIDORES</b>	<b>4 586 938</b>	<b>4 681 995</b>	<b>95 057</b>	<b>2,1</b>
Em alta tensão	76	85	9	11,8
Em média tensão	14 890	15 342	452	3,0
Em baixa tensão	4 571 972	4 666 568	94 596	2,1
<b>CONSUMO DE ELECTRICIDADE (GWh)</b>	<b>24 018,4</b>	<b>24 669,3</b>	<b>650,9</b>	<b>2,7</b>
Iluminação e outros usos	11 679,0	11 916,5	237,4	2,0
Domésticos	6 906,3	7 059,0	152,7	2,2
Não domésticos	4 772,7	4 857,5	84,7	1,8
Iluminação de edifícios do Estado, dos corpos administrativos, etc.	995,2	1 058,0	62,8	6,3
Cozinha e aquecimento	18,6	11,7	-6,9	-37,0
Usos industriais	9 874,3	10 081,1*	206,8	2,1
Usos agrícolas	379,6	426,9	47,3	12,5
Tracção	205,7	271,8	66,1	32,1
Electroquímica e electrometalurgia	172,5	181,7	9,0	5,2
Iluminação pública	693,4	721,6	28,2	4,1

\* - Inclui 5,4 GWh que a REN forneceu em MAT à Tejo-Energia (Pago II) e 8,7 GWh de consumos próprios da REN em BT, ambos para "Produção, Transporte e Distribuição de Electricidade".

**RESUMO DAS INSTAL. E EQUIPAM. EM SERVIÇO EM 94/12/31 (Valores provisórios)**

Rubrica	Empresas de distribuição de energia eléctrica				Total Global
	EN	CENEL	LTE	SLE	
<b>SUBESTAÇÕES</b>					
Número de Subestações	96	76	100	75	347
Número de Transformadores	189	120	181	125	615
Potência instalada (MVA)	4 496,3	1 943,6	2 724,5	2 132,4	11 296,8
<b>LINHAS</b> (incluindo ramais em km)					
<b>Aéreas</b>					
AT (60/130 kV)	1 824,3	1 421,8	1 436,9	1 361,3	6 044,4
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	13 129,2	12 828,1	9 476,4	10 437,2	45 868,4
<b>Cabos Subterrâneos</b>					
AT (60 kV)	40,8	—	213,0	44,6	298,5
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	1 616,0	554,2	3 864,4	1 599,9	7 634,6
<b>POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO</b>					
Unidades	13 251	9 557	8 464	7 465	38 737
Potência instalada (MVA)	3 801,8	1 431,9	2 529,4	1 778,4	9 541,4
<b>REDES BT (km)</b>					
Aéreas	35 203,4	21 281,3	12 110,8	14 361,7	82 957,2
Subterrâneas	6 429,8	946,6	6 169,2	3 842,0	17 387,7
<b>CONTADORES (unidades)</b>					
AT + MT	1 664 124	894 370	1 334 500	813 707	4 706 701
BT + BT <sub>e</sub>	6 649	2 964	4 583	2 388	16 584
	1 657 475	891 406	1 329 917	811 319	4 690 117

**RESUMO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CONCLUÍDOS EM 1994 (Val. provis.)**

Rubrica	Empresas de distribuição de energia eléctrica				Total Global
	EN	CENEL	LTE	SLE	
<b>SUBESTAÇÕES</b>					
Número de Subestações	3	2	2	2	9
Número de Transformadores	12	6	4	4	26
Potência instalada (MVA)	267,5	160,0	80,0	45,5	553,0
<b>LINHAS</b> (incluindo ramais em km)					
<b>Aéreas</b>					
AT (60/130 kV)	78,9	77,2	83,2	174,6	413,9
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	391,1	629,5	420,8	518,6	1 959,9
<b>Cabos Subterrâneos</b>					
AT (60 kV)	—	—	1,5	2,7	4,2
MT (< 6/10/15/30/40 kV)	149,5	77,8	186,5	168,5	582,3
<b>POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO</b>					
Unidades	494	677	393	436	2 000
Potência instalada (MVA)	148,8	124,7	138,9	100,6	513,0
<b>REDES BT (km)</b>					
Aéreas	1 010,0	1 238,2	361,1	763,2	3 372,5
Subterrâneas	233,3	85,5	261,8	317,5	898,1
<b>CONTADORES (unidades)</b>					
	165 397	71 144	23 317	65 470	325 328





**EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**

**Sede social:** Av. José Malhoa, Lote A/13 – 1070 LISBOA

Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

**Capital social:** 600 000 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 500 697 256

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** Professor Doutor Diogo José Fernandes Homem de Lucena

**Vice-Presidente:** Doutor António Campos Pires Caiado

**Secretário:** José Jerónimo da Cruz Fonseca

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia

**Vice-Presidente:** Engenheiro Arnaldo Pedro Figueirãa Navarro Machado

**Vogal:** Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

**Vogal:** Doutor José António de Matos Tabor da Farinha

**Vogal:** Doutor José Manuel Machado Saldanha Bento

**Vogal:** Engenheiro António Maria Ramos da Silva Vidigal

**Vogal:** Engenheiro Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Doutor Sérgio Espadas Antunes

**Vogal (ROC):** J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção

**Vogal:** Engenheiro Manuel Luís Machado Norton Brandão

**Vogal Suplente (ROC):** Doutor Severo Praxedes Soares

**Vogal Suplente:** Doutor José Alberto Pinheiro Rifes

#### Direcção-Central de Ambiente

Av. José Malhoa, Lote A/13, 3.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

#### Direcção-Central Comercial

Av. José Malhoa, Lote A/13, 5.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 23 37

#### Direcção-Central de Contabilidade e Gestão Orçamental

Av. José Malhoa, Lote A/13, 3.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

#### Direcção-Central Financeira

Av. José Malhoa, Lote A/13, 6.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 46 89

#### Direcção-Central de Inspeção e Auditoria

Av. Saldónio Pais, 24, 1.º – 1100 LISBOA  
Telef. (01) 356 24 01 – Fax (01) 67 44 43

#### Direcção-Central de Planeamento

Av. José Malhoa, Lote A/13, 5.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 44 71

#### Direcção-Central para a Qualidade

Av. Estados Unidos da América, 55, 14.º – 1700 LISBOA  
Telef. (01) 847 01 80 – Fax (01) 841 21 06

#### Direcção-Central de Recursos Humanos

Av. José Malhoa, Lote A/13, 4.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

#### Direcção-Central de Sistemas e Informática

Av. José Malhoa, Lote A/13, 2.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

#### Direcção-Central de Tecnologia e Aprovisionamentos

R. Cova da Moura, 2, 2.º – 1300 LISBOA  
Telef. (01) 397 24 20 – Fax (01) 395 41 31

#### Secretariado do Conselho de Administração

Av. José Malhoa, Lote A/13, 8.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 50 29

#### Gabinete de Apoio Jurídico

Av. António Augusto de Aguiar, 150 F, 6.º – 1000 LISBOA  
Telef. (01) 387 99 48 – Fax (01) 387 78 78

#### Gabinete de Comunicação

Av. José Malhoa, Lote A/13, 3.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 34 71

#### Gabinete de Planeamento Estratégico

Av. José Malhoa, Lote A/13, 2.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 58 70

#### EQUIPAS DE PROJECTO

##### SIME – Sistema de Informação do Mercado de Energia

Av. Estados Unidos da América, 55, 19.º – 1700 LISBOA  
Telef. (01) 847 01 80 – Fax (01) 80 94 44

##### SIREN – Sistema Integrado da Rede de Distribuição

Av. Casal Ribeiro, 50, 5.º – 1000 LISBOA  
Telef. (01) 353 11 01 – Fax (01) 353 72 44

##### SEGEC – Sistema Empresarial de Gestão Comercial

Av. Saldónio Pais, 28 r/c, -Dio. – 1000 LISBOA  
Telef. (01) 352 86 16 – Fax (01) 352 85 46

#### Actividade Principal

Produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia eléctrica em Portugal, em conformidade com as licenças, concessões ou autorizações de que for titular.

**PRODUÇÃO****CPPE****Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.****Sede social:** Av. Defensores de Chaves, 4 – 1000 LISBOA

Telef. (01) 352 53 53 – Fax (01) 353 92 72

**Capital social:** 246 800 milhares de contos**N.º de contribuinte:** 503 293 695**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Presidente:** Engenheiro Hernani António Martins Verdelho**Vice-Presidente:** Engenheiro Manuel Joaquim de Oliveira**Secretário:** Engenheiro Vasco Duarte Rodrigues**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente:** Engenheiro Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado**Vogal:** Engenheiro Diogo de Sousa Almeida Luz**Vogal:** Engenheiro Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado**CONSELHO FISCAL****Presidente:** Engenheiro Rui de Arriaga Ferin Cunha**Vogal (ROC):** A. Gandara & J. Monteiro**Vogal:** Doutor José de Oliveira Campos**Vogal Suplente (ROC):** J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção**Vogal Suplente:** Doutor André d'Orey Velasco**Conselho de Administração**

Av. Duque de Ávila, 79, 4.º – 1000 LISBOA

Telef. (01) 352 53 53 – Fax (01) 352 53 91

**Direcção de Produção Hídrica**

Largo Dr. Tito Fontes, 15 – 4000 PORTO

Telef. (02) 208 15 43 – Fax (02) 31 28 72

**Centro de Produção Cávado - Lima**

Alto Lindoso – 4880 PONTE DA BARCA

Telef. (053) 37 11 22 – Fax (053) 37 12 90

**Centro de Produção Douro**

Bagauste – 5050 PESO DA RÉGUA

Telef. (054) 32 37 86 – Fax (054) 32 37 48

**Centro de Produção Tejo - Mondego**

S. Pedro de Tomar – 2300 TOMAR

Telef. (049) 38 11 00 – Fax (049) 38 13 84

**Direcção de Produção Térmica**

R. Mouzinho da Silveira, 10 – 1250 LISBOA

Telef. (01) 54 88 00 – Fax (01) 350 18 19

**Central Termoeléctrica da Tapada do Outeiro**

Brealhos-Medas – 4420 GONDOMAR

Telef. (02) 476 00 68 – Fax (02) 476 04 86

**Central Termoeléctrica do Carregado**

Carregado – 2580 ALENQUER

Telef. (063) 8 10 30 – Fax (063) 8 40 02

**Central Termoeléctrica do Barreiro e Turbinas a Gás**

Lavradio – 2830 BARREIRO

Telef. (01) 207 70 10 – Fax (01) 207 99 47

**Central Termoeléctrica da Setúbal**

Prafas do Sado – 2900 SETÚBAL

Telef. (065) 70 07 11 – Fax (065) 70 01 10

**Central Termoeléctrica de Sines**

S. Torpes – 7520 SINES

Telef. (059) 63 46 81 – Fax (059) 63 26 80

**Actividade Principal**

Produção e venda de energia sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias, sob obrigação de garantir, em última instância, a evolução sustentada do sistema electroprodutor nacional.

**TRANSPORTE**

**Sede social:** Av. Estados Unidos da América, 55, 12.º – 1700 LISBOA

Telef. (01) 847 01 80 – Fax (01) 80 94 44

**Capital social:** 106 800 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 264 032

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro Henrique Menezes Lopes Moreira

**Vice-Presidente:** Engenheiro Hugo Alberto de Sá Carneiro d'Assumpção

**Secretário:** Doutor António Manuel Pacheco de Castro

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia

**Vogal:** Engenheiro José Alberto Batista Allen de Lima

**Vogal:** Engenheiro António Manuel Barreto Pita de Abreu

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Engenheiro Manuel Luís Machado Norton Brandão

**Vogal (ROC):** J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção

**Vogal:** Doutor Miguel Oliveira Ascensão

**Vogal Suplente (ROC):** A. Gandara & J. Monteiro

**Vogal Suplente:** Doutor José de Oliveira Campos

**Grupo de Exploração Norte**

R. Casal dos Mogos – 4470 MAIA  
Telef. (02) 948 01 32 – Fax (02) 948 03 58

**Grupo de Exploração Sul**

R. Cídade da Goa, 8 – 2685 SACAVÉM  
Telef. (01) 941 14 64 – Fax (01) 942 05 24

**Actividade Principal**

Assegurar a gestão global do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público – SEP, visando garantir a estabilidade e segurança do abastecimento de electricidade e assegurando a conjugação dos interesses dos diversos intervenientes em presença; explorar e desenvolver a Rede Nacional de Transporte em Muito Alta Tensão, em Portugal Continental; gerir a carteira de sítios para centrais eléctricas e proceder à realização de concursos para a construção e a exploração de novos Centros Produtores de Energia Eléctrica.

**DISTRIBUIÇÃO**

**Sede social:** Rua Gonçalo Cristóvão, 216 – 4000 PORTO

Telef. (02) 32 15 14 – Fax (02) 31 08 23

**Capital social:** 67 950 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 310 751

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro João Carlos de Campos Guimarães

**Vice-Presidente:** Engenheiro José António M. Silva Neto

**Secretário:** Engenheiro Agostinho Gonçalves Barreira

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro António Maria Ramos da Silva Vidigal

**Vogal:** Engenheiro Carlos Manuel do Carmo Brandão

**Vogal:** Bacharel José Celestino Oliveira Rocha

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Engenheiro João Batista Lemos Costa

**Vogal (ROC):** António Magalhães & Carlos Santos

**Vogal:** Engenheiro António Carlos Machado Vieira

**Vogal Suplente (ROC):** Leal & Carreira

**Vogal Suplente:** Engenheiro Carlos Alberto Dias Machado

**Centro de Distribuição Aveiro**

R. Eng.º Von Haffe, 24 – 3800 AVEIRO  
Telef. (034) 2 03 20 – Fax (034) 2 63 92

**Centro de Distribuição Braga**

R. Pedro Magalhães Gondavo, 147 – 4700 BRAGA  
Telef. (053) 61 34 30 – Fax (053) 2 98 88

**Centro de Distribuição Bragança**

R. Miguel Torga – 5300 BRAGANÇA  
Telef. (073) 38 17 32 – Fax (073) 38 14 18

**Centro de Distribuição Guimarães**

Av. D. Afonso Henriques – 4800 GUIMARÃES  
Telef. (053) 51 44 23 – Fax (053) 51 44 32

**Centro de Distribuição Maia**

R. Dr. Carlos Felgueiras – 4470 MAIA  
Telef. (02) 944 12 12 – Fax (02) 948 99 68

**Centro de Distribuição Matosinhos**

R. Alfredo Cunha, 440 – 4450 MATOSINHOS  
Telef. (02) 937 37 50 – Fax (02) 937 14 10

**Centro de Distribuição Penafiel**

Agra – 4560 PENAFIEL  
Telef. (055) 71 26 60 – Fax (055) 71 25 71

**Centro de Distribuição Porto**

Pr. Carlos Alberto, 71 – 4050 PORTO  
Telef. (02) 200 49 76 – Fax (02) 200 57 45

**Centro de Distribuição Viana do Castelo**

Praça da Galiza, 60 – 4900 VIANA DO CASTELO  
Telef. (058) 82 89 55 – Fax (058) 82 89 60

**Centro de Distribuição Vila Nova de Gaia**

R. José Perelra Araújo – N.º do Fojo – Santa Marinha  
4400 VILA NOVA DE GAIA  
Telef. (02) 370 30 12 – Fax (02) 370 24 27

**Centro de Distribuição Vila Real**

Av. Rainha Santa Isabel – 5000 VILA REAL  
Telef. (059) 32 40 21 – Fax (059) 7 42 40

**Actividade Principal**

Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.



**Sede social:** Rua do Brasil, 1 – 3030 COIMBRA  
 Telef. (039) 40 08 00 – Fax (039) 2 90 28  
**Capital social:** 50 250 milhares de contos  
**N.º de contribuinte:** 503 293 555

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** Doutor Humberto da Costa Biu  
**Vice-Presidente:** Doutor Carlos Oliveira Riacho  
**Secretário:** Engenheiro Victor Manuel Silva Leitão

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa  
**Vogal:** Engenheiro Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe  
**Vogal:** Engenheiro António Eduardo da Silva Oliva

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Professor Doutor Carlos Artur Trindade Sá Furtado  
**Vogal (ROC):** Leal & Carreira  
**Vogal:** Engenheiro Carlos Alberto Dias Machado  
**Vogal Suplente (ROC):** António Magalhães & Carlos Santos  
**Vogal Suplente:** Engenheiro António Carlos Machado Vieira

**Centro de Distribuição Caldas da Rainha**  
 R. Columbano Bordalo Pinheiro – 2500 CALDAS DA RAINHA  
 Telef. (062) 83 06 00 – Fax (062) 84 23 30

**Centro de Distribuição Coimbra**  
 Av. Fernão de Magalhães, 511 – 3000 COIMBRA  
 Telef. (039) 41 03 00 – Fax (039) 2 71 39

**Centro de Distribuição Guarda**  
 R. Batalha Reis, 4 – 6300 GUARDA  
 Telef. (071) 22 07 00 – Fax (071) 22 23 31

**Centro de Distribuição Leiria**  
 Ponte Hintze Ribeiro – 2410 LEIRIA  
 Telef. (044) 81 02 00 – Fax (044) 81 12 34

**Centro de Distribuição Lousã**  
 R. Eng.º Duarte Pacheco – 3200 LOUSÃ  
 Telef. (039) 99 04 00 – Fax (039) 99 26 37

**Centro de Distribuição Seia**  
 Largo Marques da Silva – 6270 SEIA  
 Telef. (038) 31 05 00 – Fax (038) 2 50 33

**Centro de Distribuição Viseu**  
 R. Direita, 94 – 3500 VISEU  
 Telef. (032) 43 01 00 – Fax (032) 42 57 10

#### Actividade Principal

Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.



**Sede social:** Rua Camilo Castelo Branco, 43 – 1050 LISBOA

Telef. (01) 353 88 33 – Fax (01) 353 40 94

**Capital social:** 42 900 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 293 490

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** Doutor Manuel de Jesus Martins

**Vice-Presidente:** Doutor Manuel Lopes Agostinho

**Secretário:** Doutor Mário Augusto Saraiva Lima Almeida Brito

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Engenheiro Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

**Vogal:** Engenheiro Francisco de La Fuente Sanchez

**Vogal:** Engenheiro José Alberto Marcos da Silva

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Doutor Rui Pena

**Vogal (ROC):** J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção

**Vogal:** Doutor José Norberto Rocha Januário

**Vogal Suplente (ROC):** Bernardes, Sismeiro & Associados

**Vogal Suplente:** Doutor Miguel Oliveira Ascenção

#### Centro de Distribuição Castelo Branco

Av. Nuno Álvares, 3, 1.º-Esq. – 6000 CASTELO BRANCO  
Telef. (072) 32 31 78/9 – Fax (072) 32 16 10

#### Centro de Distribuição Lisboa

Av. Infante Santo, 17, 1.º – 1350 LISBOA  
Telef. (01) 397 24 20 – Fax (01) 397 61 37

#### Centro de Distribuição Oeste

Av. Alm. Gago Coutinho, 125 – 2700 AMADORA  
Telef. (01) 491 94 41 – Fax (01) 494 55 77

#### Centro de Distribuição de Portalegre

R. da Casa de Saúde, 2 – 7300 PORTALEGRE  
Telef. (045) 2 16 30 – Fax (045) 2 47 10

#### Centro de Distribuição Santarém

Av. Madre Andaluz – 2000 SANTARÉM  
Telef. (043) 33 39 34 – Fax (043) 33 36 02

#### Centro de Distribuição Torres Vedras

Av. Gen. Humberto Delgado, Lt. 14 – 2560 TORRES VEDRAS  
Telef. (061) 31 41 51 – Fax (061) 31 11 58

#### Centro de Distribuição Vale do Tejo

R. 4 de Outubro, 3 – 2670 LOURES  
Telef. (01) 982 00 37 – Fax (01) 983 34 97

#### Actividade Principal

Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.



**SLE**  
Electricidade do Sul, S.A.

**Sede social:** Rua D. Francisco Manuel de Melo, 23-A – 1070 LISBOA

Telef. (01) 350 00 00 – Fax (01) 388 80 37

**Capital social:** 43 800 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 293 539

#### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Presidente:** Engenheiro António Leite Garcia

**Vice-Presidente:** Engenheiro Joaquim Manuel Pinto de Araújo Rangel

**Secretário:** Engenheiro Manuel José Areias Pereira

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Doutor José António de Matos Taborda Farinha

**Vogal:** Engenheiro Júlio Morais Sarmento de Barros

**Vogal:** Engenheiro Manuel Jorge Correia Minderico

#### CONSELHO FISCAL

**Presidente:** Doutor Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar

**Vogal (ROC):** Bernardes, Sismeiro & Associados

**Vogal:** Bacharel Cristóvão Dória Machado

**Vogal Suplente (ROC):** Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues

**Vogal Suplente:** Doutor José Norberto Rocha Januário

#### Centro de Distribuição Algarve

R. Atalde de Oliveira, 98 – 8000 FARO  
Telef. (089) 80 46 51 – Fax (089) 81 35 14

#### Centro de Distribuição Almada

R. Bernardo Francisco da Costa, 34 – 2800 ALMADA  
Telef. (01) 275 30 21 – Fax (01) 276 08 25

#### Centro de Distribuição Beja

R. António Sardinha, 181 – 7800 BEJA  
Telef. (084) 2 31 04 – Fax (084) 32 97 33

#### Centro de Distribuição Évora

Lg. Alexandre Heroutano, 5 – 7000 ÉVORA  
Telef. (066) 2 61 95 – Fax (066) 2 13 02

#### Centro de Distribuição Setúbal

Estrada dos Ciprestes, 15 – 2900 SETÚBAL  
Telef. (065) 3 49 30 – Fax (065) 52 62 83

#### Actividade Principal

Distribuição e venda de energia eléctrica, nas áreas onde se encontre legalmente autorizada.

**PRODUÇÃO EMBEBIDA**

**HDN**  
Energia do Norte, S.A.

**Sede social:** Rua do Caires, 292, 1.º – 4700 BRAGA  
Telef. (053) 600 30 50 – Fax (053) 61 88 36  
**Capital social:** 4 900 milhares de contos  
**N.º de contribuinte:** 503 367 257

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro José Manuel Silveira da Cruz Morais  
**Vice-Presidente:** Engenheiro Rui Georg Borvitz Leuschner Fernandes  
**Secretário:** Engenheira Maria José Clara

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro António Maria Ramos da Silva Vidigal  
**Vogal:** Engenheiro Carlos Manuel Carmo Brandão  
**Vogal:** Engenheiro António Manuel Lobo Gonçalves

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Engenheiro Fortunato Batista  
**Vogal (ROC):** Espinha de Almeida & Lopes Vinga  
**Vogal:** Engenheiro António Machado Vieira  
**Vogal Suplente (ROC):** Marques da Cunha, A. Duarte & Pinho da Costa  
**Vogal Suplente:** Engenheiro António José Coelho de Araújo



**HIDROCENEL**  
Energia do Centro, S.A.

**Sede social:** Quintela – 6270 SEIA  
Telef. (038) 31 11 25 – Fax (038) 2 53 14  
**Capital social:** 9 100 milhares de contos  
**N.º de contribuinte:** 503 326 887

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro Virgílio Cortesão Abelaira Gomes  
**Vice-Presidente:** Engenheiro António Fernando Guimarães Ribeiro dos Santos  
**Secretário:** Engenheiro Carlos Alberto Albuquerque Neves Costa

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa  
**Vogal:** Engenheiro Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe  
**Vogal:** Engenheiro Manuel José Ribeiro Cadilhe

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Engenheiro António José Coelho de Araújo  
**Vogal (ROC):** Leal & Carreira  
**Vogal:** Engenheiro Carlos Alberto Dias Machado  
**Vogal Suplente (ROC):** Espinha de Almeida & Lopes Vinga  
**Vogal Suplente:** Engenheiro António Carlos Machado Vieira

**Actividade Principal**

Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.



**Sede social:** Rua Camilo Castelo Branco, 43 – 1050 LISBOA  
Telef. (01) 353 88 33 – Fax (01) 353 40 94

**Capital social:** 8 750 milhares de contos

**N.º de contribuinte (Provis.):** 972 773 606

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro Jorge Manuel da Cruz Morais

**Vice-Presidente:** Engenheiro Manuel Rodrigues da Costa

**Secretário:** Engenheiro Orlando Francisco Graça Lobo

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

**Vogal:** Engenheiro Francisco La Fuente Sanchez

**Vogal:** Engenheiro António Mendes Aleixo

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Engenheira Maria Helena Ferreira Rosa e Moura

**Vogal (ROC):** Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues

**Vogal:** Doutor André d'Orey Velasco

**Vogal Suplente (ROC):** Doutor Severo Praxedes Soares

**Vogal Suplente:** Bacharel Cristóvão Dória Machado

#### **Actividade Principal**

Produção e venda de energia, sob a forma de electricidade e outras, resultante da exploração de instalações próprias e/ou alheias.

**OUTRAS EMPRESAS****INTERNEL**

Electricidade de Portugal Internacional, S.A.

**Sede social:** Av. Estados Unidos da América, 55, 10.º – 1700 LISBOA

Telef. (01) 80 90 44 – Fax (01) 80 90 69

**Capital social:** 100 milhares de contos**N.º de contribuinte:** 502 539 984**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Presidente:** Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia**Secretário:** Doutor Francisco Xavier Sampaio Tinoco de Faria**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente:** Engenheiro Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado**Vogal:** Doutor José António de Matos Taborda Farinha**Administrador Delegado:** Engenheiro José Luís dos Santos Pires**CONSELHO FISCAL****Presidente:** Doutor Alberto Jorge Couto Leitão**Vogal (ROC):** Doutor Alberto de Oliveira Calhau**Vogal:** Doutor André d'Orey Velasco**Vogal Suplente:** Engenheiro Rui de Arriaga Ferin Cunha**Vogal (ROC) Suplente:** Doutor José Joaquim de Jesus Xavier Ferreira**Actividade Principal**

Gestão das actividades internacionais do Grupo EDP, envolvendo nomeadamente a consultoria de organização e gestão de empresas, a consultoria e assistência técnica no domínio das actividades de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica e a coordenação dos respectivos projectos de investimento internacional.



**Sede social:** Rua do Bolhão, 36 – 4000 PORTO  
Telef. (02) 200 82 01 – Fax (02) 208 31 09  
**Capital social:** 560 milhares de contos  
**N.º de contribuinte:** 503 293 547

**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro Fernando Marques Seabra  
**Vice-Presidente:** Engenheiro Carlos Alberto Braga Rosa de Mateus  
**Secretário:** Engenheiro Fernando José Barbosa Teixeira

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro António Maria Ramos da Silva Vidigal  
**Vogal:** Engenheiro José Rodrigues Pereira Penedos  
**Vogal:** Engenheiro Miguel António Miranda Ferreira da Costa

**CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Professor Doutor Eduardo Guimarães Oliveira Fernandes  
**Vogal (ROC):** Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Pinho da Costa  
**Vogal:** Engenheiro António Maria Ribeiro Moreira Araújo  
**Vogal Suplente (ROC):** António Magalhães & Carlos Santos  
**Vogal Suplente:** Engenheiro Carlos Alberto Dias Machado

**Actividade Principal**

Realização de estudos e projectos, gestão de empreendimentos e fiscalização de obras de qualquer ramo de engenharia, principalmente no domínio da hidráulica, na realização total ou parcial desses empreendimentos e no desenvolvimento de actividades conexas e complementares.

**PROET****Projectos, Engenharia e Tecnologia, S.A.****Sede social:** Av. Estados Unidos da América, 55, 2.º – 1700 LISBOA

Telef. (01) 847 01 80 – Fax (01) 80 94 19

**Capital social:** 450 milhares de contos**N.º de contribuinte:** 503 293 504**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Presidente:** Engenheiro Francisco José Cortez Lobão**Vice-Presidente:** Doutor Adalberto Fernando da Cunha**Secretário:** Doutora Olívia Manuela Victorino do Carmo Pinção**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente:** Doutor José Manuel Machado Saldanha Bento**Vogal:** Engenheiro Rui Jacinto Bravo Martins**Vogal:** Engenheiro Rui Manuel Soares de Albergaria Almiro**CONSELHO FISCAL****Presidente:** Engenheiro Carlos Pedro de Jesus**Vogal (ROC):** Pedro Travassos & Delfim Alves**Vogal:** Doutor Francisco Xavier Tinoco de Faria**Vogal Suplente (ROC):** S. Vaz Lima & F. Brás**Vogal Suplente:** Engenheiro Júlio Manuel Zanatti Aralla Pinto**Actividade Principal**

Prestação de serviços de engenharia de âmbito geral, multidisciplinar e de especialidade, envolvendo consultoria, concepção e execução de projectos e gestão de empreendimentos, apoio e participação na Investigação, Desenvolvimento e Demonstração, no contexto nacional e internacional, com especial relevância para o sector eléctrico, designadamente no domínio da produção termoeléctrica, integrando ainda a prospecção, análise e avaliação de actividades, projectos ou realizações no domínio energético e industrial.

**LABELEC****Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais, S.A.****Sede social:** Rua Cidade de Goa, 4 – 2685 SACAÉM

Telef. (01) 941 12 62 – Fax (01) 941 92 54

**Capital social:** 440 milhares de contos**N.º de contribuinte:** 503 326 755**MESA DA ASSEMBLEIA GERAL****Presidente:** Engenheiro José Eduardo Figueiredo Soares**Vice-Presidente:** Engenheiro António Raimundo Madeira Lau**Secretário:** Doutor Carlos Manuel Fernandes Almeida Carvalho**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO****Presidente:** Engenheiro Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães**Vogal:** Engenheiro Luís Filipe Lucena Ferreira**Vogal:** Engenheiro Augusto Manuel Valente Vaz**CONSELHO FISCAL****Presidente:** Engenheiro Fernando Augusto Gaspar Diniz Caiado Forte**Vogal (ROC):** A. Paredes, A. Oliveira & A. Santos**Vogal:** Engenheiro Arnaldo Jorge Paiva Cruz Costa**Vogal Suplente (ROC):** Pedro Travassos & Delfim Alves**Vogal Suplente:** Doutor João Vasconcelos da Costa Leite**Actividade Principal**

Realização de trabalhos de engenharia, nomeadamente do índole laboratorial, tendo em vista um apoio à concepção e exploração de instalações e ao controlo de qualidade de equipamentos e sistemas, no âmbito da produção, transporte e distribuição de electricidade, bem como de fabricantes ou empresas relacionadas com a indústria eléctrica e entidades com solicitações afins.



**Sede social:** Rua Particular EDP (à Rua Cidade de Goa) – 2685 SACAVÉM  
Telef. (01) 941 81 30 – Fax (01) 941 07 41

**Capital social:** 400 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 502 605 731

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Doutor Francisco Xavier Sampaio Tinoco de Faria

**Secretário:** Abel Meireles Pinto de Sousa

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro António Maria Ramos da Silva Vidigal

**Administrador Delegado:** Engenheiro Pedro Valentim Nunes Ferreira

**Vogal:** Doutor João Maria Carreira Maia

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Doutor João Manuel de Castro Plácido Pires

**Vogal (ROC):** Doutor António Domingos Henrique Coelho Garcia

**Vogal:** Engenheiro Victor Manuel Silva Leitão

**Vogal Suplente (ROC):** Octávio de Brito Gastambides Fernandes

#### **Actividade Principal**

Exploração de sistemas informáticos, próprios ou alheios, o desenho, implementação e operação de redes de dados, o desenvolvimento de programas e sistemas de informação com recurso a meios informáticos, a consultoria nas áreas de gestão e de organização, a formação profissional e a comercialização e importação de produtos e equipamentos informáticos e actividades afins.



**Sede social:** Av. Casal Ribeiro, 15, 6.º – 1000 LISBOA

Telef. (01) 54 28 32 – Fax (01) 315 06 46

**Capital social:** 90 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 293 512

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Doutor José Albertino Gonçalves Melchior Gomes

**Vice-Presidente:** Doutora Maria do Pilar Gomes Pereira de Gouveia

**Secretário:** Doutor José Ílidio Mendes

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

**Vogal:** Doutor Carlos Alberto de Mendonça Pires

**Vogal:** Engenheira Maria do Carmo Farinha Martins Rei

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Doutor Manuel Jorge Pombo Cruchinho

**Vogal (ROC):** Alexandre Coelho & Luís Rosa

**Vogal:** Doutor João Vasconcelos da Costa Leite

**Vogal Suplente (ROC):** A. Paredes, A. Oliveira & A. Santos

**Vogal Suplente:** Engenheiro Arnaldo Jorge de Paiva Cruz Costa

#### **Actividade Principal**

Prestação de cuidados de saúde e gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares próprios ou alheos.

**MRH****Mudança e Recursos Humanos, S.A.**

**Sede social:** Rua D. Luís I, 12 - 2.º - 1200 LISBOA  
Telef. (01) 391 88 18 - Fax (01) 343 26 27

**Capital social:** 80 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 293 520

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Engenheiro João António Pereira Gonçalves

**Vice-Presidente:** Gelásio Batista Moreira

**Secretário:** Doutor Manuel Maria Cunha Coelho da Silva

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Doutor José Manuel Machado Saldanha Bento

**Vogal:** Engenheiro Hernâni António Martins Verdelho

**Vogal:** Engenheiro Técnico José Júlio Ferreira dos Santos

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Doutor José Luís Dumas Diniz

**Vogal (ROC):** S. Vaz Lima & F. Brás

**Vogal:** Engenheiro João Pedro da Silva Ricardo

**Vogal Suplente (ROC):** Alexandre Coeiro & Luís Rosa

**Vogal Suplente:** Doutor Francisco Xavier Tinoco de Faria

#### **Actividade Principal**

Consultoria e prestação de serviços no âmbito da Formação Profissional e outras áreas da gestão de Recursos Humanos, bem como no exercício de actividades relacionadas com aquelas.



**Sede social:** Av. José Malhoa, Lote A/13 - 2.º - 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 - Fax (01) 726 50 29

**Capital social:** 400 contos

**N.º de contribuinte:** 502 881 690

#### **GERÊNCIA**

Engenheiro Joaquim Serrão da Silva Correia

Engenheiro José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa

Engenheiro Carlos Alberto Albuquerque Neves Costa

#### **Actividade Principal**

Compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; o estudo, concepção, desenvolvimento e comercialização, por conta própria ou alheia, de projectos imobiliários e turísticos; a administração de bens e a realização de todas as operações relacionadas com a actividade de promoção imobiliária.



**Sede social:** Av. José Malhoa, Lote A/13-5.º – 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 – Fax (01) 726 44 71

**Capital social:** 200 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 503 161 314

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Doutor João Alves

**Vice-Presidente:** Engenheiro Manuel Rodrigues da Costa

**Secretário:** Doutora Sónia Maria Gomes de Araújo Pinheiro

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Engenheiro Luís Garcia Braga da Cruz

**Administrador Delegado:** Engenheiro Henrique Simões dos Reis

**Vogal:** Engenheiro Jorge Ferreira Braga

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Doutor José Alberto Pinheiro Rifes

**Vogal:** Engenheiro João Pedro Ricardo

**Vogal (ROC):** Madeira & Luz

**Vogal Suplente (ROC):** Raimundo Aleixo, Celestino Rodrigues & Silvério Rodrigues

#### **Actividade Principal**

Projectar, construir e explorar meios de produção de energia eléctrica no sector das energias renováveis alternativas, fornecer serviços ou participar em realizações congêneres para outras entidades e exercer quaisquer outras actividades de estudo, projecto e execução em correspondência com as suas capacidades.



**ECONOLER**

Sociedade de Eficiência Energética

**Sede social:** Rua Guerra Junqueiro, 495 Sala I – 4150 PORTO  
Telef. (02) 600 95 16 – Fax (02) 600 95 19

**Capital social:** 180 milhares de contos

**N.º de contribuinte:** 502 421 622

#### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

**Presidente:** Doutora Maria Teresa de Almeida Carvalhas Coutinho

**Secretário:** Professor Doutor José Carlos Leão da Silva Cunha

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Doutor José António de Matos Taborda Farinha

**Administrador Delegado:** Engenheiro Luís Gonzaga Azevedo de Carvalho

**Vogal:** Engenheiro José Nuno Vasconcelos Casaes Ribeiro

**Vogal:** Doutor Thomas François Hervé Spitaels

**Vogal:** Engenheiro Joaquim José Henriques Lopes de Carvalho

#### **CONSELHO FISCAL**

**Presidente:** Doutor Paulo Azevedo Pereira da Silva

**Vogal:** Doutor Pedro Torres Castro Almeida

**Vogal (ROC):** Bernardes, Sismeiro & Associados

**Vogal Suplente (ROC):** Doutor Fernando Manuel Magalhães Teixeira Pinto

#### **Actividade Principal**

Exercício de actividades no domínio da eficiência energética e da produtividade, através da realização de estudos técnico-económicos e financeiros e da execução de projectos de optimização de consumos energéticos e da produtividade em geral, bem como da comercialização, produção e exploração de equipamento destinado à utilização racional de energia e ao aumento da produtividade.











**EDP - Electricidade de Portugal, S.A.**

---

*Sede Social: Av. José Malhoa, Lote A/13 - 1070 LISBOA  
Telef. (01) 726 30 13 - Fax (01) 726 50 29*